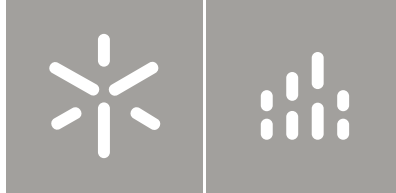




Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Daniela Sofia Matos Sousa

Reflexões sobre o Património Destruído:
A Igreja do Divino Salvador de Joane



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Daniela Sofia Matos Sousa

Reflexões sobre o Património Destruído:
A Igreja do Divino Salvador de Joane

Dissertação de Mestrado
Área Cultura Arquitectónica

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor João Cabeleira

DECLARAÇÃO

Nome: Daniela Sofia Matos Sousa

Endereço electrónico: danisousa15@hotmail.com

Telefone: 938843029

Número do Bilhete de Identidade: 13771109

Título dissertação:

Reflexões sobre o Património Destruido: A Igreja do Divino Salvador de Joane

Orientador: Professor Doutor João Cabeleira

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento: Cultura Arquitectónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 31/10/2016

Assinatura: _____

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao orientador deste trabalho, o professor João Cabeleira, por toda a ajuda, disponibilidade e confiança. De seguida, queria agradecer a todos os amigos e professores que me acompanharam e foram determinantes ao longo de todo este percurso académico. Por fim, e mais importante, gostaria, mais do que agradecer, dedicar este trabalho aos meus pais, que foram a minha pedra basilar e incondicional apoio em todos os momentos, em especial os mais difíceis.

RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre um tema fracturante acerca da classificação do Património e da sua interdependência para com o lugar e população. Partindo do estudo aprofundado da Igreja do Divino Salvador, em Joane (Vila Nova de Famalicão), *Reflexões sobre o Património Destruido* abre a discussão sobre a noção de Património, nomeadamente acerca do modo como este interage (ou obstrui) com o desenvolvimento da sociedade. Pretende-se assim compreender e analisar a dicotomia existente entre “património” e “arquitectura”, e perceber até que ponto, a esta busca incessante de proteger o legado histórico se sobrepõem questões estritamente ligadas ao valor utilitário/funcional da arquitectura.

De origem desconhecida, mas contando com centenas de anos, a Igreja do Divino Salvador de Joane era, nos anos 50 do século XX, demasiado pequena, demasiado sombria e, talvez, demasiado velha para a sua população, que vivia os lucros da industrialização nos meios rurais. Em 1954, é aprovado, em assembleia municipal, um projecto para uma nova igreja matriz, cuja localização implicaria a demolição do velho templo. Porém, aquando do seu desmantelamento, são encontrados dois frescos quinhentistas na cabeceira da velha igreja, que lhe valeram a classificação de Património de Interesse Público. A demolição, tal como indicado no projecto de arquitectura original, estava proibida. No entanto, aconteceu.

Tomando a história da Igreja do Divino Salvador como linha orientadora, esta dissertação expõe assim as lacunas e limitações da atribuição da denominação de “Património” ao edificado, seja dominado por opções políticas ou de outras, presumivelmente mais profundas e nublosas, como a Memória, a Identidade e o lugar. Acima de tudo, procura-se compreender as variáveis associadas à matéria, tentando assim responder à questão: *porquê salvar?*

ABSTRACT

The present dissertation focuses on a divisive theme about Heritage classification and its interdependence towards the place and population. Starting with the depth study of the Divino Salvador Church, in Joane (Vila Nova de Famalicão council) *Reflections about the Destroyed Heritage* approach the debate over the notion of heritage, particularly about how this interacts (or block) with the current social development. The aim is to recognize and analyse the existing dichotomy between "heritage" and "architecture", and understand how far that this persistent necessity to protect the historical legacy is overlaps with strong linked questions to the utility/function value in architecture.

From remote sources, with hundreds of years, the Divino Salvador Church of Joane was, in the 50s of the twentieth century, too small, too dark, and, perhaps, too old for its population, which receives the profits of industrialization in rural areas. In 1954, was approved, in municipal assembly, a project for a new parish church, whose location would implicate the demolition of the old temple. However, while it dispossession, were found two sixteenth century frescoes on the north wall of the old church, which earned them the title of Public Interest Heritage. The demolition, as indicated in the original architecture project, was prohibited. However, it happened.

Taking the history of Divino Salvador church as guideline, this dissertation exposes the gaps and limitations of the attribution of the title of "Heritage" to buildings, been dominated by political options or others, presumably more profound and blurred, such as Memory, Identity and Local. Above all, the aim is to understand the variables associated, trying to answer the question: *why protect?*

ÍNDICE

0/ INTRODUÇÃO	1
0.1 Património (algo mais que monumento?)	6
1/ UMA VIDA.....	9
1.1 Um Princípio Desconhecido	14
1.2 Epigrafias	25
1.3 Curiosidades: Mosteiro e Templários.....	26
1.4 Mudam-se os Templos – o Novo Projecto.....	27
2/ UMA MORTE.....	33
2.1 O Conflito entre Passado e Futuro.....	38
2.2 Os Bens Inventariados	43
2.3 Os Frescos da Velha igreja.....	46
2.4 Demolição, Restauro ou Abandono?	47
2.5 Extrapolação para a Igreja Divino Salvador	49
3/ UMA MEMÓRIA.....	57
3.1 Desmemoriados	60
3.2 Um Lugar Memorizado	63
3.3 Pertinência contemporânea	66
3.4 Uma Torre Esquecida	70
4/ CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
BIBLIOGRAFIA	79
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	82
ANEXOS	83

0/ INTRODUÇÃO

Reflexões sobre o Património Destruído apresenta-se como uma provocação. Uma contradição entre reflectir sobre o que já se encontra destruído ou *patrimonializar* o que já não existe. Uma estranha dicotomia que provoca igualmente, muitas dúvidas e poucas certezas. Refugiando-se numa história real – da Igreja do Divino Salvador – esta dissertação pretende vaguear pelas “armadilhas” do património edificado, a sua intangibilidade, o seu consumismo, a sua criação e, em especial, a sua confrontação com a utilidade/função arquitectónica.

O tema desta dissertação surge de um pequeno livro, envelhecido pelo tempo e pelas mãos por onde passou. A sua história, assim como a da Igreja que documenta, é cheia de contratempos e momentos de estranhas coincidências. O seu autor, o Padre Benjamim Salgado, figura ilustre nascido na freguesia de Joane, famoso compositor e regente de grupos corais, foi professor no seminário de Braga, director do jornal *Correio do Minho*, director da Fundação Cupertino de Miranda e da Casa de Camilo, Vereador da Cultura e Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Foi igualmente uma das principais vozes contra a demolição da antiga Igreja do Divino Salvador, luta essa que se estendeu à escrita, com o seu último livro *A Igreja do Divino Salvador de Joane: Apontamentos para a sua história*¹. O Padre Benjamim Salgado² acabaria por falecer a 28 de Janeiro de 1978, dois meses antes da demolição da igreja, ocorrida a 11 de Março, e da publicação deste seu livro, poucos dias após a destruição.

O referido livro, de menos de 100 páginas, percorre a história da Igreja e, consequentemente, da freguesia onde esta se situa, Joane. Localizada em pleno vale do Ave, é uma das maiores freguesias do concelho de V. N. Famalicão, fazendo fronteira com o concelho vizinho de Guimarães. Gozando de uma localização privilegiada, a distância idêntica para estas duas cidades e para Braga, Joane é hoje uma freguesia fortemente



Ilustração 1 – Padre Benjamim Salgado
(fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Joane>)



Ilustração 2 - Capa do livro (fotografia por Daniela Sousa)

¹ A 1ª edição foi publicada quatro dias após a demolição. A 2ª edição surge na comemoração dos 30 anos da demolição da Igreja, em 2008.

² **Padre Benjamim Salgado (1916 – 1978)**: Nascido em Joane, ingressa em 1927 no Seminário de Braga para frequentar o curso de Humanidades, Filosofia e Teologia. Estuda ainda Oratória e Harmonia/Composição musical. Em 1938 é ordenado sacerdote, tendo exercido essa profissão em duas freguesias. Envereda também pelo ensino de português e de música, uma das suas paixões, sendo director artístico de várias associações e grupos corais. Eleito Vereador da Cultura no ano de 1960 e, cinco anos mais tarde, Presidente da Câmara de V. N. Famalicão, até 1969. Entretanto, em 1963 assume a direcção do jornal *Correio do Minho*. (fonte: <http://ruadesaobento.webnode.pt/>)

industrializada, de que se destaca a indústria têxtil, e com uma população residente a rondar os 8 mil habitantes³. Devido a esta expansão foi, a 3 de Julho de 1986, elevada à categoria de vila. A sua história, no entanto, denota antiguidade, tendo origens, muito provavelmente, numa antiga *villae* romana, certamente dedicada à produção agrícola, sitiada junto à via XVI, que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Portus Cale* (Porto).

*“Historicamente, a palavra Joane está relacionada com um primitivo possuidor de ‘villa’ (grande unidade agrária) do mesmo nome, de que ainda hoje existe a casa-sede e o local (aldeia de Joane), o qual proprietário devia ser um dos mais respeitáveis ‘possessores’ do período românico.”*⁴

A Igreja do Divino Salvador, localizada no centro da freguesia, era legado material dessa longa história. De feição rural e interessantes características, advindas das várias obras sofridas, a sua história é, em si mesma, um fascinante retrato da sub-ruralidade portuguesa. A mais antiga referência remonta ao século XI, mas deste tempo (até cerca do séc. XVII) pouca informação resistiu. No estudo histórico sobre a igreja que se segue é importante ressaltar, desde já, o experimentalismo de muitas das representações do templo. Não existindo dados e datas concretas, os desenhos técnicos apresentados são, na grande maioria, interpretações pessoais e especulativas do que terá sido a evolução física da igreja, até à sua demolição. Partindo do estudo histórico para o projecto de construção da nova igreja, na década de 50, a presente dissertação entra num estudo mais teórico e reflexivo. Desta época torna-se importante compreender o contexto histórico-social-arquitectónico do país e os paradigmas que cruzam a segunda metade do século XX. Noções de índole filosófica e religiosa são igualmente importantes, como a “memória do lugar” ou a “invenção da tradição”, até porque, afinal, o *“Património é um processo de construção social”*⁵.

³ De acordo com os Censos de 2011, Joane tem uma população residente total de 8089 indivíduos.

⁴ SALGADO, P. Benjamim, *A Igreja do Divino Salvador de Joane*, 1978, p. 10

⁵ REIS, Manuela, *Noções do Património na Sociedade Portuguesa*, 2009, p. 186

Resgatando alguma simbologia religiosa, a presente dissertação divide-se em três grandes capítulos, respeitantes aos três momentos da Igreja do Divino Salvador – vida, morte e memória.

No primeiro capítulo, aborda-se a história da Igreja do Divino Salvador de Joane e as suas alterações, desde a sua mais remota referência até ao século XX e o projecto para uma nova igreja. Este é um capítulo de base mais analítica, apoiado na bibliografia essencialmente de edição municipal, em que se pretende, por um lado, compreender o valor arquitectónico, tanto da antiga igreja como da nova matriz e, por outro, perceber o valor e consideração acerca do património no contexto nacional.

No segundo capítulo aborda-se a fase do abandono da igreja, entre os anos 60 e 70. Da descoberta das pinturas a frescos à procura por uma nova visão cuja lentidão do processo provocou a demolição ilegal, este capítulo parte do estudo das avaliações da Repartição Técnica da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e do panorama nacional do Restauro até às Cartas de Atenas de 1931 e 1933. Aqui são avaliadas as várias problemáticas da protecção histórica e das suas possíveis opções - demolição, restauro ou abandono.

Por fim, o último capítulo aborda a fase mais reflexiva desta dissertação. Procura-se aqui compreender o efeito da demolição da igreja na população local e o paradoxo entre essa mesma demolição e a manutenção e restauro da torre sineira. Para além disso estuda-se igualmente o significado e o valor social do património, da sua possível excessividade à dicotomia entre destruir ou criar novos edifícios históricos. Durante esta análise são levantadas as questões teóricas que regem parte desta dissertação, em especial as direccionadas ao tema da “memória do lugar” e “identidade local”. *Até que ponto reconhecemos um espaço a partir do seu construído? Será que o construído faz o local ou o local faz o construído?*, são algumas das dúvidas apresentadas.

Antes, porém, do necessário reconhecimento do valor arquitectural (e cultural) da Igreja do Divino Salvador, é importante primeiro perceber, e até mesmo balizar, o significado de uma palavra já aqui muito referida – património.

0.1 Património (algo mais que monumento?)

*Património: herança paterna; bens que se herdaram dos pais ou avós; bens de família. Também pode significar zonas, edifícios e bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural. Figurado: riqueza.*⁶

O conceito de património como edifício, conjunto edificado, área natural ou até tradições culturais de valor protegido entrou no nosso léxico nos finais do século XIX (tendo adquirido ao longo do século XX e XXI as acepções referidas). Derivado do latim – *patrimoniū* – o termo significava, como acima indica, os bens de família herdados da geração anterior. Deste seu entendimento denota-se imediatamente a sua ligação materialista (ou mesmo, economicista), o que pode, por vezes, lhes retirar o valor social. Contudo, se Património carrega consigo um significado figurativo, outro termo, normalmente associado, remete para um ideal de obra digna de perpetuar a memória e passar à posteridade⁷. A palavra Monumento deriva do latim *monumentum*, que advém do verbo *monere* (advertir, lembrar, recordar)⁸. Refere-se essencialmente a um edifício ou objecto construído com o propósito de recordar ou dignificar um momento da história (como exemplo, os memoriais em honra de soldados falecidos, os arcos de triunfo ou, num panorama diferente, a casa Manoel de Oliveira⁹, no Porto) e do qual se obtém, assim, um valor memorial e documental (do ponto de vista histórico, o seu carácter documental traduz aquilo que se aprende hoje das épocas passadas, o seu arquivo). Deste modo, da noção de Monumento sobressai muito mais o seu valor social do que o seu valor histórico ou antigo (é uma representação, possuiu um



Ilustração 3 – A Casa Manoel de Oliveira, projectada por Souto Moura e localizada na cidade do Porto. (fonte: http://por.to/Casa_do_Cinema_Manuel_de_Oliveira)

⁶ *Património* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-08-05 16:27:07]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonio>.

⁷ *Monumento* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-08-05 16:29:37]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/monumento>

⁸ CHOAY, F., *A Alegoria do Património*, 1999, p.18

⁹ Alguns edifícios ou obras recentes podem, deste modo, ser consideráveis como monumento. Concluído em 2003, este projecto casa-museu de Souto Moura serviria para enaltecer a vida e obra do famoso cineasta português.

significado).

Alguns autores reconhecidos delimitam o significado de Monumento. CHOAY, em *Alegoria do Património* (1999), e inspirando-se nas definições apresentadas por RIEGL, décadas antes, diferencia inicialmente os termos Monumento e Monumento Histórico (“Monumento intencional” e “Monumento não-intencional”¹⁰ por RIEGL), considerando o primeiro como obra construída para recordar as gerações futuras (memória), enquanto o segundo é uma criação do Homem actual, que lhe atribui um determinado valor (seja histórico, estético, pela sua dimensão ou contexto de construção). Para além dessa divisão, ambos os autores¹¹ categorizam os monumentos. Enquanto a autora francesa considera a tripla extensão dos bens patrimoniais¹² – tipológica, cronológica e geográfica – o austriaco prefere citar valores – valor de antiguidade, valor histórico (da disciplina de História¹³), valor monumental intencional, valor instrumental (dado pelo uso), valor de novidade (contrário ao valor de antiguidade) e valor artístico relativo (dado pela aparência). Ao longo desta dissertação, e tendo por base o estudo da Igreja, alguns destes conceitos serão novamente abordados e, certamente, mais especificados.

Assertada a diferença entre estas duas palavras, compreende-se as considerações em que são similares. Ambas representam, hoje, algo – seja um edifício, um objecto, um bairro ou um espaço natural - cujo valor é reconhecido mas a sua continuidade e reprodução é incerta¹⁴, isto é, ambas acalentam o risco de desaparecimento, e por consequente, de esquecimento.

Assim sendo, a opção pelo uso do termo Património em detrimento de Monumento nesta dissertação prende-se, por um lado, com o sentido mais amplo da própria palavra e, por outro, com o estatuto da igreja do Divino Salvador. Se Património é herança e Monumento memória, então, mais importante que a “memória histórica” da igreja do Divino Salvador é o seu valor como “herança”, evocando assim o seu uso contínuo ao longo dos séculos. No entanto, *independentemente do uso que se ache mais ou menos próprio de uma ou outra palavra para os objectos por elas referenciados, está implícito a qualidade de um valor extraordinário*¹⁵.

¹⁰ Ambas as expressões foram aplicadas pelos próprios autores nas suas obras.

¹¹ Outros autores, igualmente editados, reflectiram sobre estes conceitos, sendo que alguns serão estudados numa próxima fase desta dissertação. Por enquanto, estes dois autores, ainda que com um grande espaço temporal entre eles, são os que melhor definem os termos citados, Património e Monumento, assim como se aproximam mais do que é a realidade actual e o modo como ambos são hoje abordados.

¹² CHOAY, 1999, p. 14

¹³ Neste caso, refere-se História como ensino, disciplina.

¹⁴ DURAND, J., *Patrimónios*, 2005, p. 5

¹⁵ ABREU, P., *Os Palácios da Memória*, 1996, p. 84

“Qualquer igreja, humilde ou artística, simples ou sumptuosa, de feição rural ou proporções citadinas, como casa comum dum povo que peregrina através da História, é, em si mesma, um documento histórico: encerra uma mensagem do passado; é testemunha da vivência de uma multidão, de inúmeras multidões, que nela ajoelharam e rezaram, cantaram os louvores de Deus e se acalentaram como em lareira de fé e de esperança cristã, ganharam coragem para as durezas da vida e se alentaram para os transe da morte.”¹⁶

¹⁶ SALGADO, 1978, p. 6

Antes de iniciar a análise da Igreja do Divino Salvador de Joane é importante definir algumas questões. Em primeiro lugar, e embora, como referido, a presente dissertação se direcione para o estudo da noção de património, a escolha da igreja não pretende, de modo algum, prestar-se como o exemplo ideal de património a proteger ou destruir. De facto, é a história da Igreja que leva ao estudo do património, e não o inverso, pelo que considerar a Igreja como amostra é retirar-lhe o estatuto de foco de orientação. Não faltam, por entre os meandros da história da arquitectura portuguesa, casos similares de edifícios demolidos ou destruídos, alguns com maior divulgação e exposição pública (a referir, por exemplo, a indústria de Cerâmica Lusitânia ou o renovado teatro D. Maria II¹⁷), ou com processos históricos parecidos ao caso em estudo (como a antiga Igreja Paroquial de Cabril em Pampilhosa da Serra ou a capela de aldeia de Chãs, distrito de Leiria¹⁸).

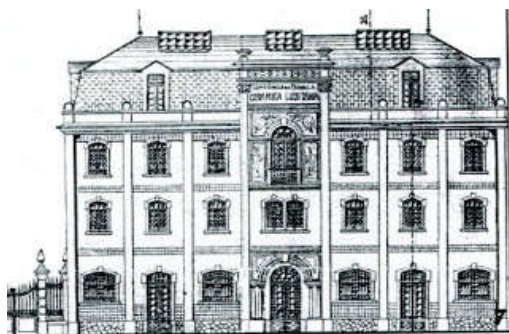


Ilustração 4 – Frontaria do edifício-sede da Companhia das fábricas de Cerâmica Lusitânia, em Lisboa e do Teatro D. Maria II, antes do incêndio que devastou todo o seu interior. (fonte 1: <http://velhariasdoluis.blogspot.pt/2010/03/ainda-fabrica-de-ceramica-lusitania-e-o.html> fonte 2: <http://www.tecnologia.com.pt/wp-content/uploads/2012/07/Teatro-Nacional-D.-Maria-II-2.jpg>)



Ilustração 5 – Fotografia da antiga Igreja de Cabril, antes de ruir, e da Capela de aldeia de Chãs, após a sua demolição. (fonte: consultar nota de rodapé 7)

¹⁷ **Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia:** Fundada em 1883 no bairro do Campo de Ourique, mais tarde transferido para junto do Campo Pequeno, Lisboa. Nos finais da década de 70, a empresa fechou, sendo adquirida pela Caixa Geral de Depósitos que aí pretendia construir a sua nova sede. Apesar dos protestos, todo o complexo industrial foi destruído, com a nova obra a iniciar-se em 1987. (fonte: http://oasrs.org/media/uploads/AAP_CGD_I.pdf)

Teatro D. Maria II: inaugurado em 1846, foi o primeiro Teatro Nacional em Portugal. A 1 de Dezembro de 1964 ficou praticamente destruído devido a um incêndio (restaram as paredes exteriores). A reconstrução durou 14 anos. (fonte: http://www.aminharadio.com/radio/radio_dmaria)

¹⁸ **Igreja Paroquial de Cabril:** construída no séc. XVII, a pequena igreja de Cabril encontrava-se, no séc. XX, deteriorada, necessitando de urgentes obras de reparação, que se iniciam em 1950. No entanto, menos de um ano depois, devido às fortes chuvadas que se fazem sentir por toda a região, parte da fachada frontal e lateral ruíram. A capela acabou por ser totalmente demolida, construindo-se um novo templo em local próximo. (fonte: <http://www.ligamfcabril.pt/downloads/cabril-igreja%20paroquial.pdf>)

Capela da aldeia de Chãs: com origens no séc. XVI, a pequena capela foi demolida recentemente, em 2012, apesar da controvérsia que opôs a Ordem dos Arquitectos e outras associações contra a Câmara Municipal de Leiria. A torre sineira e o espólio interior da igreja foram salvaguardados. (fonte: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/ausencia-de-classificacao-ditou-demolicao-de-capela-centenaria-24521711>)

Porque então a Igreja do Divino Salvador? Esta é a segunda questão que importa definir. A proximidade local, o meio semi-rural em que estava inserida, os mitos e os segredos por detrás da sua demolição, as obras inacabadas, e, em especial, a percepção que, hoje, uma geração depois, a população local tem para com ambas as igrejas – a velha, demolida, e a nova, construída – foram os principais motes para o seu estudo. Para além disso, o facto de a sua demolição ter sido uma opção, isto é, estava definida no projecto, levanta um conjunto de *ses*. *E se tivessem construído a nova igreja noutra local, ou mais afastada? E se tivessem restaurado a velha igreja? E se a tivessem mudado de lugar?* Estas são algumas das questões que se impõe reflectir nas páginas seguintes.

Para tal, foi necessária uma forte componente de investigação e procura de informação (tanto documental como fotográfica). Obviamente, a primeira publicação a ser estudada foi *A Igreja do Divino Salvador de Joane: Apointamentos para a sua história*, da autoria do Padre Benjamim Salgado. No entanto, outras fontes, mais ou menos fidedignas, foram essenciais para o resultado agora exposto. Em primeiro lugar, o SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), de onde foram recolhidas não só a maioria das fotografias da velha igreja, assim como um vasto leque de cartas, comunicações e ofícios, de e para a Repartição Técnica da DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), entre os anos de 1962 e 1979. Aqui encontraram-se também excertos de jornais, de índole regional e nacional, o que levou a uma pesquisa mais acentuada por este tipo de fonte, tendo-se, inclusive, consultado e obtido alguns dos artigos publicados no jornal *Diário de Lisboa* durante o ano de 1978 (ano da demolição)¹⁹. Em segundo lugar, o Arquivo Municipal de V. N. Famalicão que, para além de dispor de monografias dedicadas ao estudo da história do concelho e, consequentemente, de Joane, detêm igualmente os desenhos e memória descritiva do projecto da nova igreja matriz, assinados pelo arquitecto Sequeira Braga. Por fim, a população joanense, cuja memória e discernimento foi bastante útil no entendimento das vivências sociais da freguesia desde os anos 50 e, em especial, na percepção dos espaços – interiores e exteriores – da Igreja do Divino Salvador.

¹⁹ A escolha sobre o jornal *Diário de Lisboa* prendeu-se, por um lado, com o facto de ter sido a primeira publicação a noticiar a demolição da velha Igreja do Divino Salvador de Joane e, por outro, pela facilidade de acesso às suas publicações, disponíveis no website http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/

1065

"Foi fundada uma basílica na vila de Joane, no sopé do monte do castelo de Vermoim, em território portugalense, junto do rio Pele, em honra dos santos S. Salvador, Santa Maria Sempre Virgem, Santos Apóstolos Pedro e Paulo..."

SALGADO, 1978, p. 13.

1595

Tombo das Terras e Assento da Igreja e Comenda de Joane.



1640

Edificação do cruzeiro.
Inicia-se a Guerra da Restauração.

1649

Execução do lavado em pedra.

1671

Revestimento da capela-mor com azulejos.



1720 - 1738

Entre estes anos são várias as obras requeridas nas Actas de Visitação. A exemplo, soalhar e forrar a sacristia (1732) e respectivo corredor (1738), ou reparação da capela-mor (1720).

1809

Recuperação do cruzeiro.

1955

Iniciam-se as obras de construção da nova igreja.

1128

D. Afonso Henriques declara Portugal como país independente.

1272, 1273, 1333

São cinco as epígrafes associadas à Igreja do Divino Salvador de Joane, duas funerárias e duas comemorativas (uma terceira inscrição é de impossível reconhecimento por se encontrar desaparecida).



Séc. XVII

"A igreja da paróquia e Comenda de Joane tinha, já então, duas naves, sendo a da esquerda (norte) da paróquia (dos fregueses) e a da direita (sul) da Confraria do Senhor. Esta rematava na capela do Santíssimo e aquela no altar-mor (...)"

SALGADO, 1978, p. 45

1698 - 1701

Na acta de Visitação de 1698 é requerida a deslocação do altar de Nome de Deus (reconhecido como o altar do Senhor da Agonia), devido à sua peculiar localização, entre os arcos da nave. Essa mudança ocorre em 1701.

Também neste ano é ordenada a construção das escadas no interior da Parede Norte para acesso ao coro e púlpito.

1780 - 1782

Construção da torre sineira.

Também em 1782, durante a acta de Visitação, é descrita a necessidade de alargar o óculo da frontaria para melhor iluminar o interior da igreja. Para tal, seria necessário demolir o nártex existente, o que possivelmente teria ocorrido em data próxima.

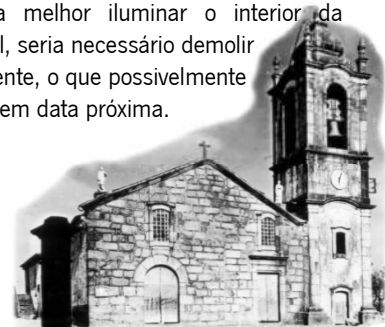


Ilustração 6 – Linha temporal com as principais fases da Igreja do Divino Salvador de Joane.

1.1 Um Princípio Desconhecido

Compreendido e analisado o conceito de Património e a sua utilização nesta dissertação, importa agora apresentar o caso em estudo. Como já foi referido no capítulo da introdução, a Igreja do Divino Salvador, centralmente localizada na freguesia de Joane, actualmente com categoria de Vila, era um edifício de média dimensão, “*espaçosa, tendo 100 palmos de fundo e 45 de largo*”²⁰ (considera-se o valor de 1 palmo equivalente a 0.22m, o que corresponde a cerca de 22m por 9.9m).

A imagem da Igreja que resistiu até aos anos 70 resultou de um contínuo conjunto de alterações e acrescentos realizados ao longo dos séculos. Sendo impossível actualmente analisar *in loco* essas possíveis alterações – a igreja já não existe – as próximas avaliações e referências partem de um estudo bibliográfico, por um lado, e fotográfico, por outro. Nas imagens da página seguinte (ilustração 7) é possível identificar as principais características da igreja. De planta rectangular e torre sineira quadrangular, apresentava uma fachada principal, a oeste, em alvenaria de granito, sendo as restantes três caiadas. O elemento mais curioso e insólito desta igreja nota-se no seu interior, com a existência de duas naves, e, por consequência, dois coros e duas capelas de topo, sendo que apenas uma, a original, do lado esquerdo (ou lado Norte), era a capela-mor. Nas paredes laterais existiam ainda mais três altares.

No entanto, a primitiva igreja seria um templo simples, de planta longitudinal e uma só nave, comum à arquitectura românica de tipologia paroquial²¹. Como apontado, não é conhecido o ano de construção da Igreja do Divino Salvador em Joane. A referência mais antiga data de 1065, num documento retirado de *Portugaliae Monumenta Historica*²², que, segundo SALGADO (1978), trata-se duma generosa doação feita por parte de Telo Gonçalves, que institui, como sua herdeira, a “*basilica na vila de Joane, no sopé do Castelo de Vermoim, em território portugalense, junto do rio Pele, em honra dos santos São Salvador, Santa Maria sempre Virgem, Santos Apóstolos Pedro e Paulo*”²³. Um outro documento, datado de 1059, refere igualmente uma igreja de S. Salvador no sopé do castelo de Vermoim²⁴, mas, neste caso, é impossível confirmar se a referida igreja é o templo em estudo, da freguesia de Joane.

²⁰ PINHO LEAL, A., *Portugal Antigo e Moderno*, 1874, p. 411

²¹ As igrejas da época românica dividem-se, essencialmente, em três categorias – peregrinação, conventuais e paroquiais.

²² Colecção de textos da história portuguesa, dividido em quatro capítulos (escritos, leis e costumes, diplomas e contractos, e inquisições) compilados sobre a direcção de Alexandre Herculano e publicados entre 1856 e 1917 pela Academia das Ciências de Lisboa.

²³ SALGADO, 1978, p. 13

²⁴ Pequena fortificação destruída durante um ataque normando em 1016. Localizar-se-ia em terrenos que actualmente pertencem à freguesia de Vermoim, concelho de V. N. Famalicão, a cerca de 3 Km a oeste de Joane (em linha recta).



Ilustração 7 – Vistas da fachada principal e interior da Igreja do Divino Salvador, em Joane. (fonte: SIPA)

Apesar deste documento de doação ser explicativo no que se refere aos valores a doar, pouco diz sobre a própria igreja. Assim, nada se pode deduzir desse documento sobre a morfologia da igreja ou mesmo sobre a organização paroquial existente à época, excepto exemplificar a riqueza desta igreja que se prolongou (e foi-se perdendo) durante séculos, desde a posse de campos, vinhas, rossios e outras propriedades agrícolas. Igualmente desconhecido é o ano (ou anos) em que foram feitas as obras de aumento que levaram à existência das duas naves. Essa descrição só surge referenciada muitos séculos depois, nas Actas de Visitação²⁵ do século XVII. Do primeiro documento retira-se apenas, deste modo, a longevidade da igreja do Divino Salvador, anterior à própria nacionalidade (a independência proclamada por D. Afonso Henriques ocorreu em 1128).

Ora, se a informação documental é escassa, ou mesmo inexistente, a informação gráfica, obtida através do acervo fotográfico relativo à igreja, talvez seja mais enriquecedora. Apesar das várias campanhas de obras, a parte da fachada Norte conservava ainda elementos que denotam a sua antiguidade, em especial a cachorrada românica, tal como o indica a ilustração 8. Na realidade, a parede lateral Norte era a que apresentava maior semelhança com a sua traça original, sendo, possivelmente, a que menos alterações sofreu desde a sua construção. Exceptua-se, obviamente, o pano esquerdo destacado (recortado na fotografia) e a incorporação da porta e janelas. Sobre estas, talvez seja importante citar o estudo de SANTOS (1976):

“O muro [parede Norte] (...) apresenta sinais de alterações e reconstruções. Quer as janelas quer a porta devem ter sido realizadas posteriormente à execução do muro. E se bem que a janela mais a nascente se implante, quanto a peitoril e padieira, em leitos de fiadas, muito bem podendo ser o alargamento de uma fresta existente, a porta e a outra janela evidenciam sinais de quebra de ritmo de obra de cantaria. No caso desta última ela situa-se em região que, além do mais, é quebrado o ritmo de implantação modulada da cachorrada (...).”²⁶

Este estudo, dedicado aos elementos românicos presentes na velha Igreja, foca-se, em especial, na análise dos cachorros e mísula existentes na referida fachada, da qual conclui que, aparte a sua antiguidade, alguns destes elementos foram sujeitos a mínimas reparações, alterando-lhes a sua fisionomia²⁷.

²⁵ A visita canónica, ou visitação, corresponde a uma prática comum de visitar, fosse por parte da Diocese ou da Comenda, as paróquias, a sua população e os seus lugares sagrados, de modo a detectar qualquer tipo de carências ou abusos.

²⁶ SANTOS, Joaquim, *Valores Patrimoniais do Concelho de Vila Nova de Famalicão*, 1976, p. 28.
Ver ANEXO 3

²⁷ Deduz-se esta informação pela existência de cachorros decorados e outros não decorados. (SANTOS, Joaquim, 1976, p. 29).

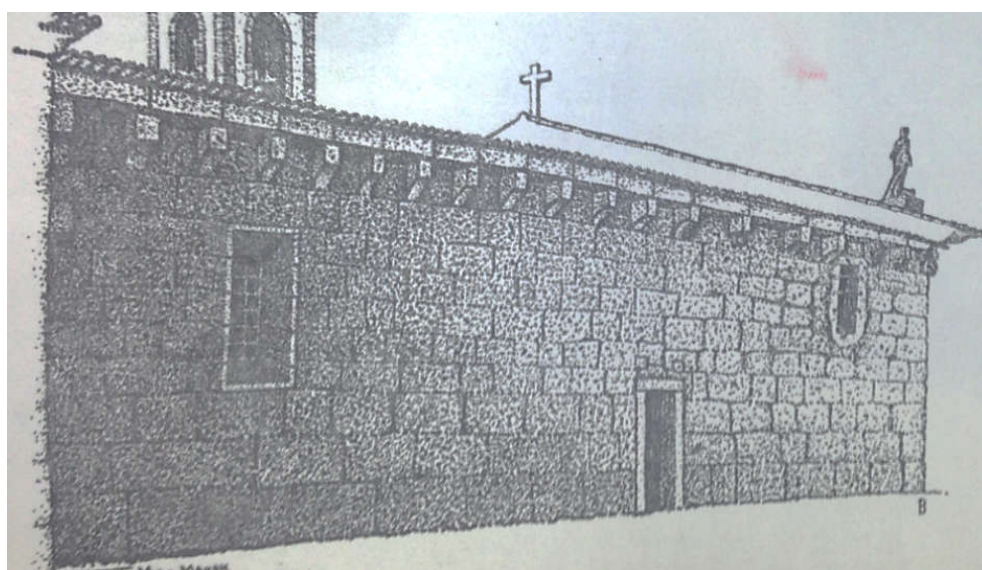
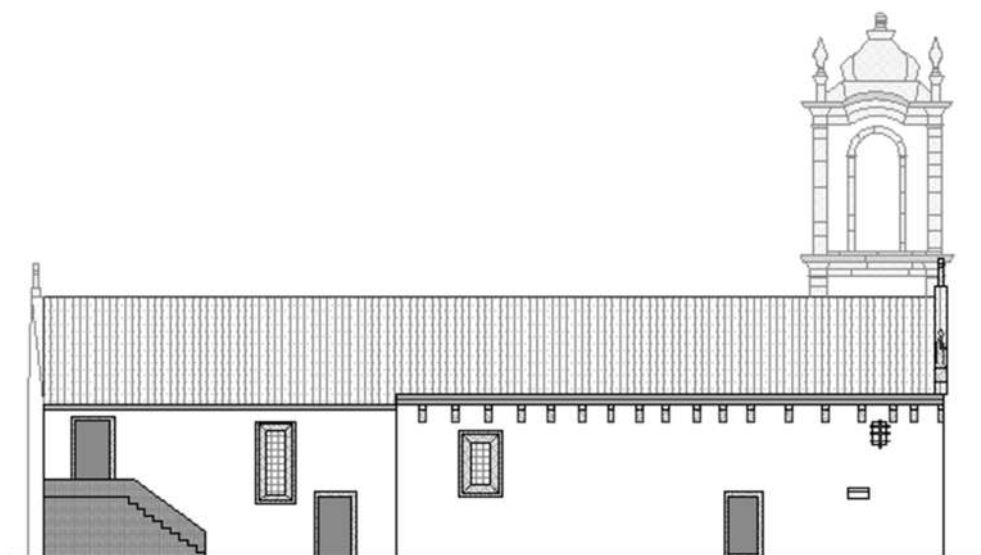


Ilustração 8 – Estudo da fachada Norte da Igreja do Divino Salvador. Na primeira imagem a representação de todo o alçado Norte, onde é possível identificar, à esquerda, num pano destacado, a capela-mor, e à direita, com os respectivos cachorros, a nave central. Na segunda imagem (fonte: SANTOS, Joaquim, 1976, p. 37), um estudo realizado e apresentado pelo Eng. Santos no seu *Valores Patrimoniais do Concelho de V. N. Famalicão*. Por fim, uma fotografia de 1962 (fonte: SIPA).

Assim sendo, depreende-se que apenas a fachada Norte se manteve relativamente intacta desde a construção primitiva. No entanto, isto não significa que a fachada a poente, a fachada frontal da Igreja, não possua igualmente pequenos traços e indícios daquilo que seria na época da reconquista.

Desde já, é possível reconhecer no aparelho em alvenaria de granito o aumento de área efectuado, o que pode indiciar que, independentemente das alterações, estas foram sempre acrescentos à fachada original (ilustração 9). Igualmente identificável no aparelho de pedra é a marcação de uma empena, talvez correspondente a um exo-nártex ou átrio. A origem construtiva, dimensões e formato deste elemento são, contudo, impossíveis de identificar. Se, por um lado, e tendo em consideração que esta marcação existe apenas na parte “antiga” da Igreja, poder-se-á deduzir que esse nártex já existiria antes das obras de aumento, justificado talvez pela sua envolvente agrária, de modo a evitar que os animais entrassem dentro do recinto religioso. Por outro, a sua construção também poderá advir do séc. XVII²⁸ (durante ou após as obras de aumento), visto este tipo de estrutura ser bastante usual à época e, para além disso, coincide com a construção da capela de S. Bento, a escassos 550 metros de distância (esta sim com alpendre e púlpito exterior)²⁹. Certo é que o nártex ter-se-á mantido até ao séc. XVIII, aquando do alargamento do óculo (acção requerida na acta de Visitação de 1782, para melhor iluminação do espaço interno).

Neste sentido, não se pode deduzir que o dito nártex e o portal axial correspondente (do lado esquerdo) sejam remanescentes da construção românica, visto que, e excluindo a sua forma em arco de volta perfeita, tanto a sua simplicidade como o trabalho da pedra não parecem corresponder à primitiva igreja, se comparado com a parede Norte. Segundo SANTOS (1976), uma prova dessa alteração, resultado certamente das obras de expansão da igreja, é a existência de uma inscrição, junto da ombreira norte do referido portal, colocada em posição invertida³⁰, o que leva a crer numa *“reconstrução feita sem grande critério, mais com a preocupação de aproveitar pedras provenientes de demolição que de aproveitar esteticamente os elementos neles gravados”*³¹.

²⁸ O facto de a dimensão do mesmo corresponder à da primitiva igreja poderia, na realidade, servir para indicar, e até realçar, aquela que era a nave principal.

²⁹ A capela de S. Bento, de 43 m² de área, aparece referenciada, pela primeira vez, nas actas de Visitação de 1655.

³⁰ Acerca desta inscrição hoje desaparecida, é importante citar o estudo sobre epigrafias de BARROCA (2000), *“Foi Joaquim Ribeiro dos Santos o único autor a registar esta insc. gravada em silhar da Igreja Velha de Joane, onde estaria embutida no muro em posição invertida.”* (BARROCA, Mário, 2000, p. 979). Devido a esta falta de informação, é impossível determinar a natureza do seu conteúdo e da sua localização original.

³¹ SANTOS, 1976, p. 30.

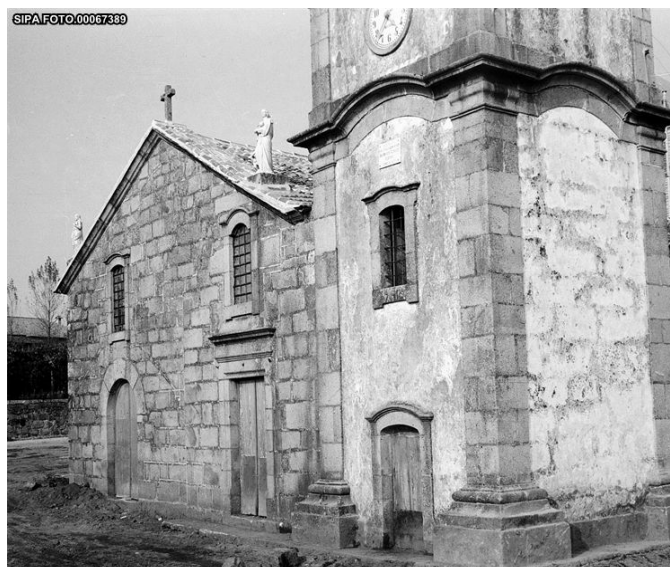


Ilustração 9 - Estudo da fachada frontal (Oeste) da Igreja do Divino Salvador. Na primeira imagem a representação da frontaria existente no séc. XX. Na segunda imagem, um estudo do que seria a igreja românica original, antes das obras de ampliação. Por fim, uma fotografia da mesma fachada datada de 1975 (fonte: SIPA).

Quanto ao portal axial propriamente dito, o mesmo autor refere que *“este portal, de volta redonda, com arco de bom desenho, com aduelas de fortes dimensões é de feição românica, se bem que me pareça não ser o primitivo, (...) porque tem um sentido de simplificação construtiva a que a total ausência de decoração reforça a ideia de ulterioridade”*³².

Logo, e tal como o exemplifica a ilustração 11 a primitiva Igreja teria, aproximadamente, 32 palmos de largura por 75 de comprimento (com base nos valores de conversão já indicados, estes correspondem a 7.1 metros de largura por 16.5 metros de comprimento).

Até ao século XVII pouca mais informação existe acerca da igreja do Divino Salvador (exceptua-se aqui as inscrições datadas de 1272 e 1273 que consagram obras realizadas no templo, explicadas no subcapítulo seguinte, dedicado às epígrafias). Segundo SALGADO (1978), no séc. XVII o templo de Joane *“tinha, já então, duas naves, sendo a da esquerda (norte) da paróquia (dos fregueses) e a da direita (sul) da Confraria do Senhor. Esta rematava na capela do Santíssimo e aquela no altar-mor (...)”*³³.

Ora, é desconhecido o porquê do aumento da igreja, em vez da simples demolição e reconstrução, mas um documento de 1595 (Tombo das Terras e Assento da Igreja e Comenda de Joane) cita a existência de uma capela, denominada de Sta. Madalena, *“pegada à igreja, descontra o nascente”*³⁴. Não sendo possível comprovar a existência desta igreja, talvez se possa compreender estas obras sob uma perspectiva social e histórica. A manutenção e conservação das pequenas igrejas, em especial quando localizadas nos meios rurais, era, maioritariamente, assegurada pela população, pelo que esses factores baseavam-se em *“processos de transformação e redefinição das suas qualidades espaciais e funcionais”*³⁵. Resumindo, essas alterações variavam sempre entre duas possibilidades - acréscimo ou sobreposição – o que levou, no séc. XX, ao debate entre Reconstrução estilística contra Conservação de vários estilos³⁶. Com as obras de aumento, a Igreja do Divino Salvador aproxima-se da sua configuração final (a que resistiu até à demolição). Apresenta-se, assim, como um templo de planta longitudinal, com duas naves, duas capelas de topo e dois coros alto. No seu interior, três arcos de volta perfeita

³² SANTOS, 1976, p. 31 e 32.

³³ SALGADO, 1978, p. 45.

³⁴ SALGADO, 1978, p. 32.

³⁵ TOMÉ, M., *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 25

³⁶ O debate entre Restauro e Conservação surge a partir da década de 20 e baseava-se na manutenção de referências estilísticas que não fossem originais (da construção inicial) do edifício. De um lado, a Reconstrução estilística defendia a supressão de qualquer acréscimo anacrónico e reconstrução das partes alteradas (exemplo da catedral de Lisboa), enquanto a Conservação protegia essa hibridez (teoria presente na Carta de Atenas de 1931, do qual é exemplo a Igreja de Paderne).

No piso inferior, existia a Sacristia, que permitia inclusive um acesso directo à capela da Santíssimo, por uma passagem através do altar. No piso superior, a que se acedia pelas escadas exteriores, havia uma sala descaracterizada e que, não raras vezes, foi usada para actividades da freguesia (a exemplo, em dia de votos).

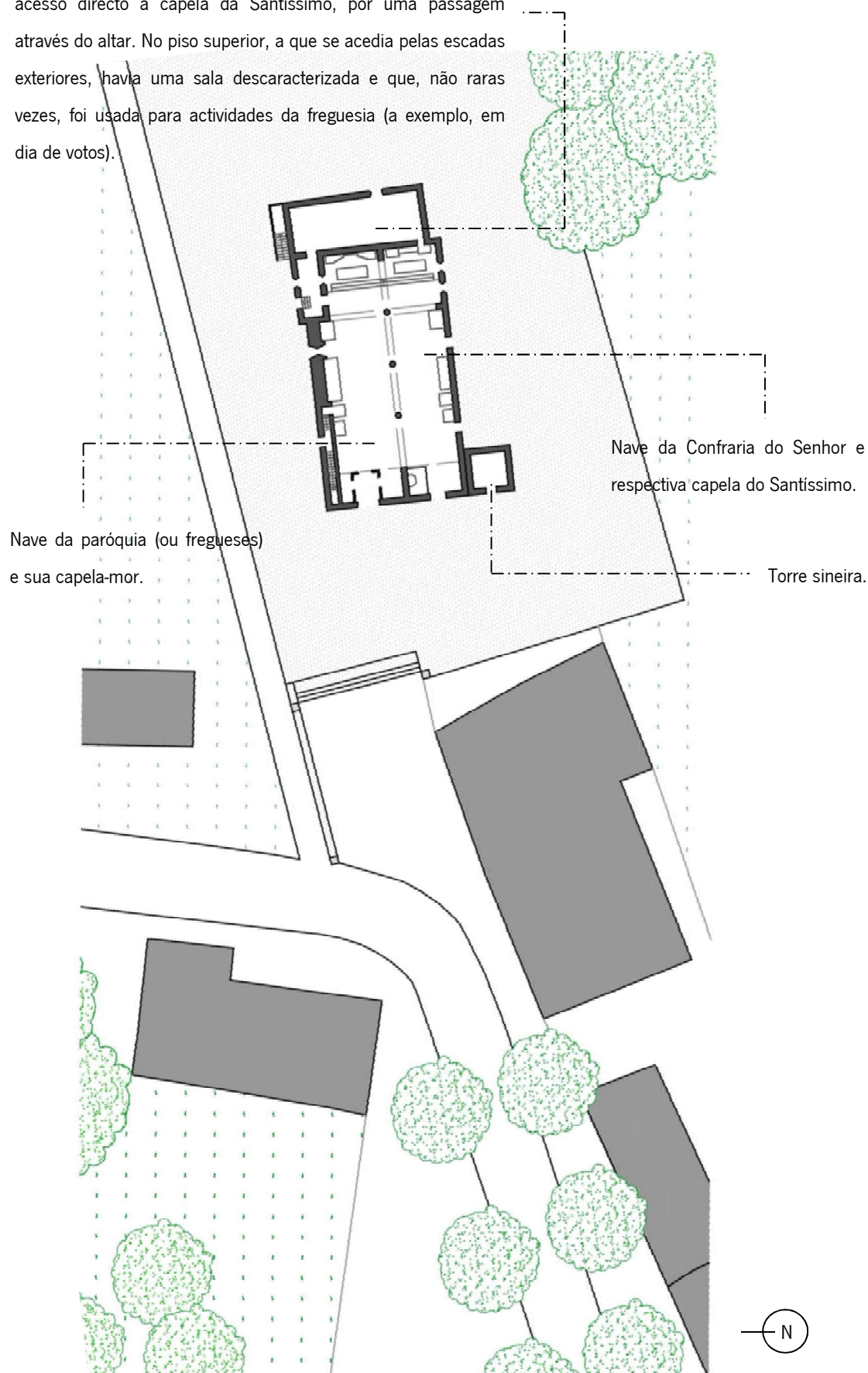


Ilustração 10 – Esquema de identificação dos espaços interiores da Igreja do Divino Salvador de Jane. Planta da igreja e suposta envolvente na década de 50, séc. XX. Escala 1:500.

separam as duas naves (um quarto arco divide igualmente o espaço entre as duas capelas no topo), ambas com cobertura em abobada de berço (a do lado do Evangelho em madeira pintada e a da Epístola em estuque com decoração floral³⁷). O acesso à capela-mor e à capela do Santíssimo fazia-se por três escadas, sendo o seu espaço igualmente demarcado por arcos plenos (entre estas e a nave).

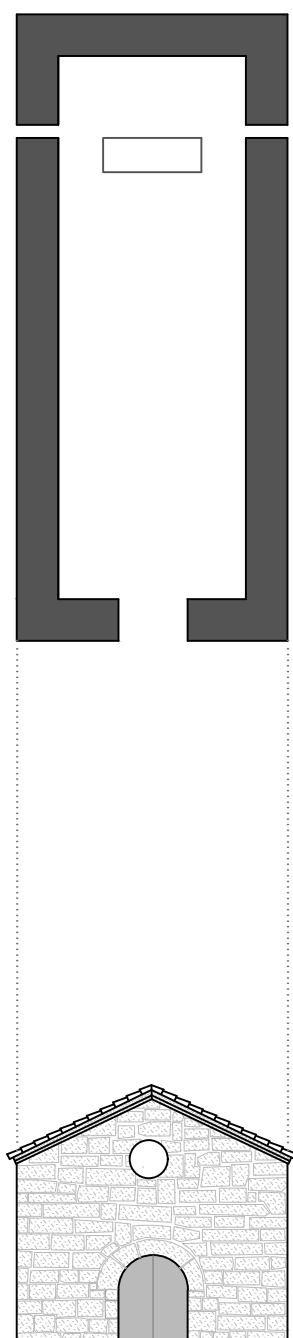
O séc. XVII, sendo de grande pobreza³⁸, é rico em obras e adornamentos na Igreja do Divino Salvador de Joane. Numa primeira fase, em 1640, é edificado o cruzeiro, próximo da Igreja (só no séc. XX, com o projecto de construção do novo templo é que este é transferido para o lugar actual). Mais tarde, em 1649, é construído o baptistério, sob o coro alto, na nave da Confraria (à direita), todo em pedra e com revestimento em azulejos figurativos, dedicados à Natividade e ao Baptismo. Ainda no mesmo século, mas já nos primeiros anos da década de 70 (1671), executa-se o revestimento azulejar da capela-mor. Também nesta época (talvez em 1670) é montado o retábulo do Nome de Deus (mais tarde rebaptizado como altar do Senhor da Agonia), tendo sido adossado a um dos arcos centrais da Igreja. Esta peculiar localização levou a uma curiosa discussão sobre a correcta e ideal posição deste no interior do templo. Só na viragem do século, em 1701, é definitivamente resolvida a localização do dito retábulo, com a sua remoção para a parede norte, na nave da paróquia. Porém, e aproveitando a necessidade de fazer obras nessa parede, são igualmente construídas, no seu interior, as escadas de acesso ao coro alto, evitando-se assim que estas ficassem expostas (ilustração 11).

Aparte algumas obras de menor dimensão, na grande maioria pequenas reparações, é no séc. XVIII que ocorrem as últimas duas grandes alterações na Igreja do Divino Salvador – a demolição do nártex e a construção da torre sineira. Se a primeira advém da necessidade de alargar o óculo da fachada frontal, de modo a melhor iluminar a nave principal e manter a estética da mesma, já a segunda é o resultado da natural evolução da igreja. A única referência ao antigo campanário descreve-o como *“antigo, tosco e baixo”*³⁹, pelo que se deduz que estaria, certamente, em estado de degradação. A nova torre sineira, cuja construção decorre entre 1780 e 1782, é adossada à fachada Sul, na continuidade do plano da fachada frontal. Dividida em três registos, apresenta, no primeiro, um portal e janela em arco abatido, idênticos aos da fachada frontal, do lado da nave da Confraria do Senhor. O segundo registo apresenta um relógio, ainda

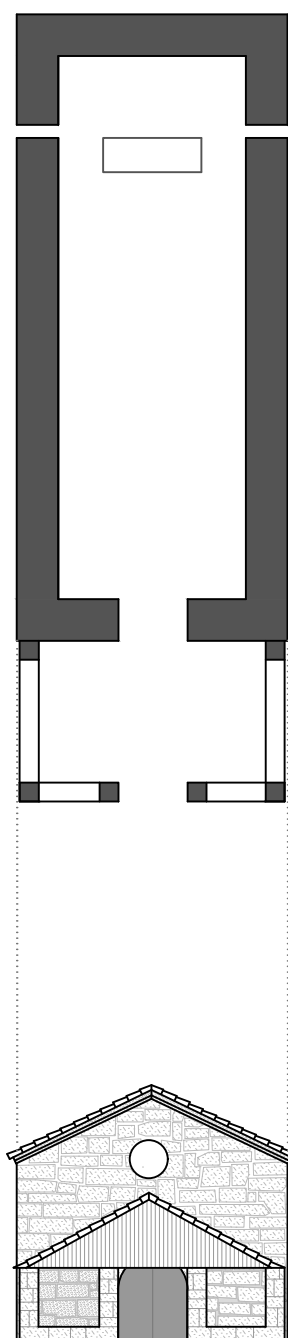
³⁷ Extraído do website SIPA, *Igreja paroquial de Joane*.

³⁸ Este século ficou marcado pelo domínio castelhano e pela Guerra da Restauração (1640-1668).

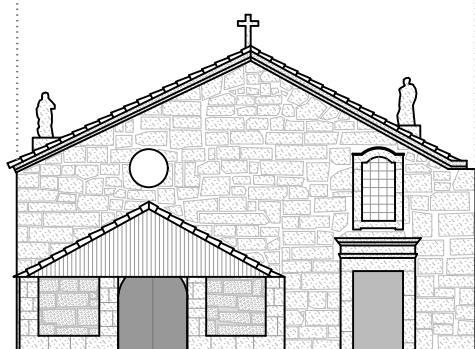
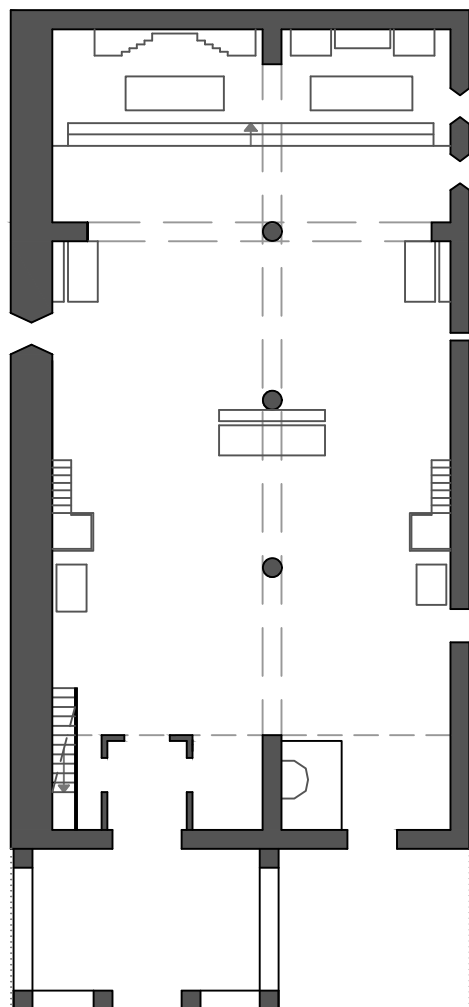
³⁹ SALGADO, 1978, p. 60.



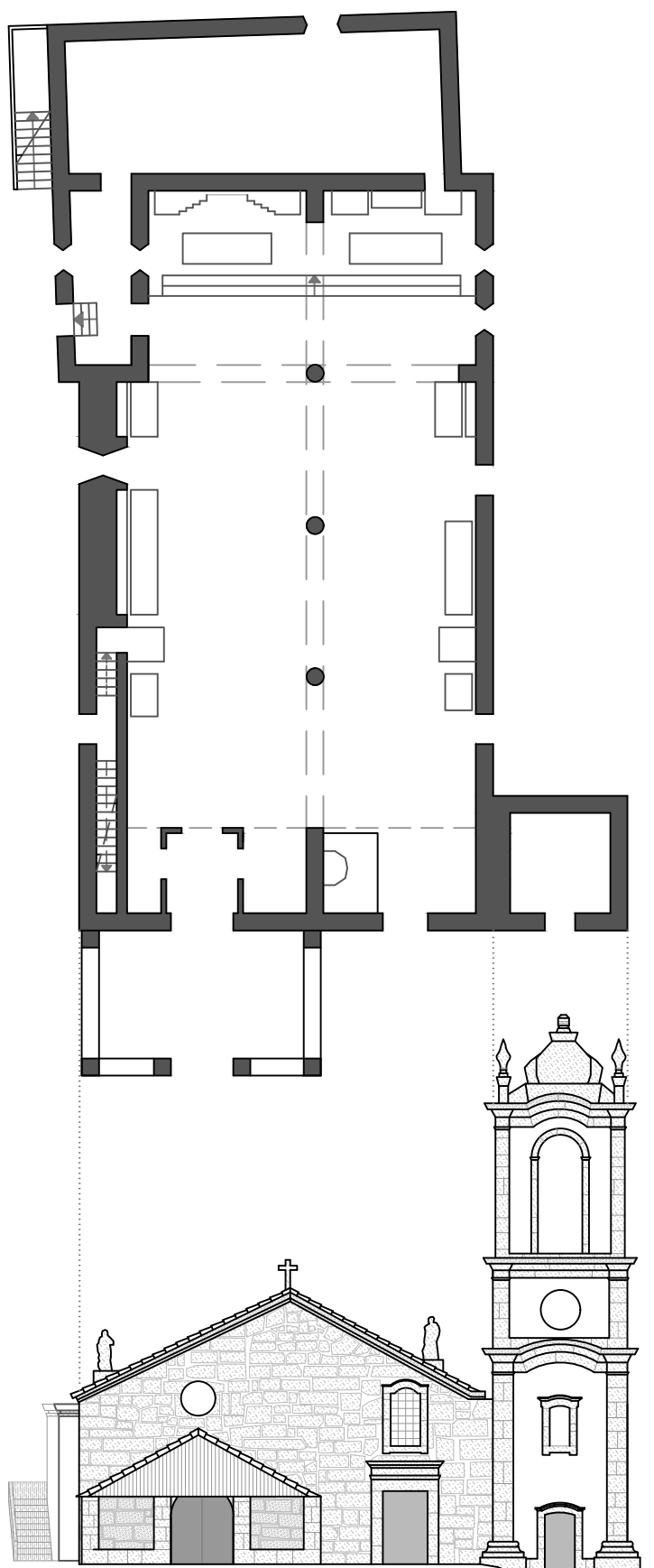
A primitiva Igreja do Divino Salvador de Joane seria um templo simples, de feição romana e apenas uma nave. Na frontaria, um possível óculo iluminaria o seu interior. As suas dimensões seriam de 32 palmos de largo por 75 de profundidade.



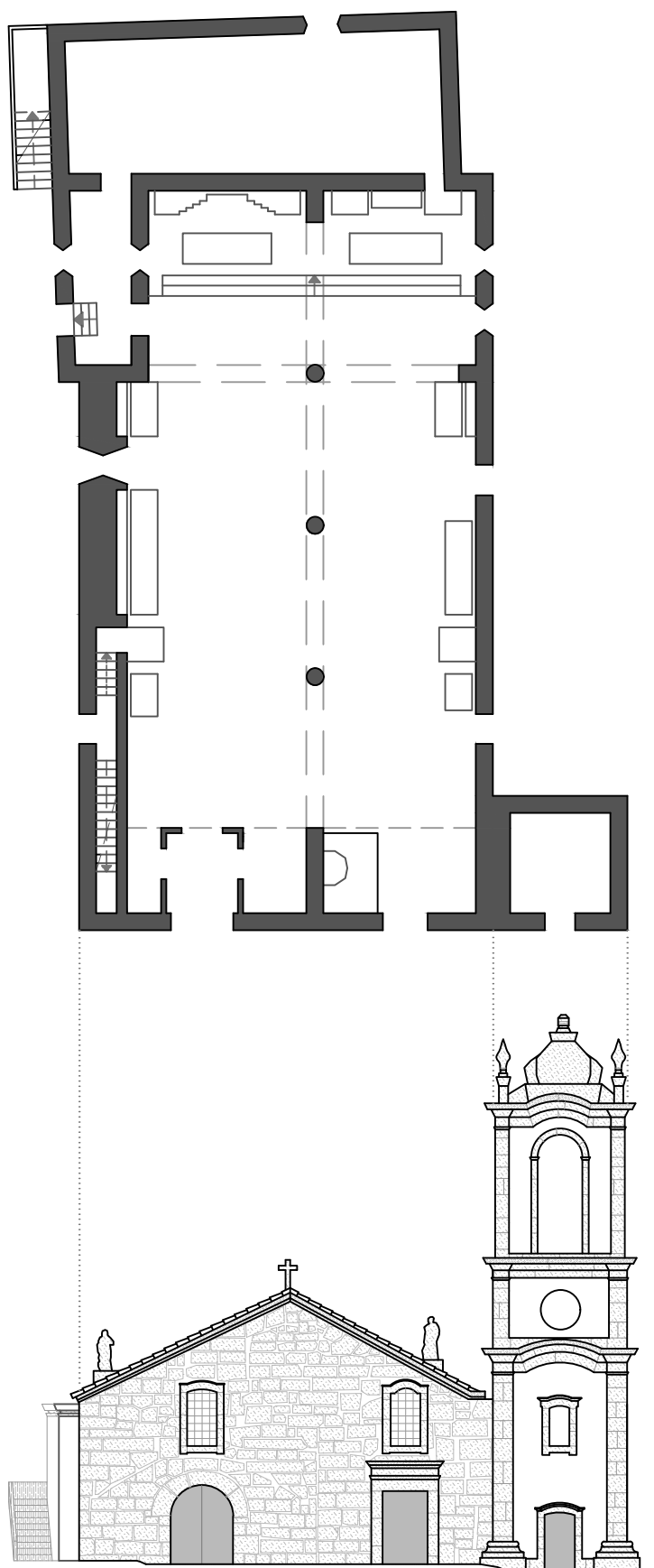
Através do estudo fotográfico, reconhece-se, na fachada da igreja, um suposto nártex. Porém, é impossível saber qual a sua configuração ou data de construção, pelo que a sua representação é meramente fictícia.



No séc. XVII a igreja apresenta-se já com duas naves e a curiosa localização do altar do Nome de Deus (ao centro, associado aos arcos).



No séc. XVIII decorre a construção da torre sineira e das escadas de acesso ao coro. Por outro lado, são várias as citações sobre obras na sacristia, pelo que se pode deduzir que a sua configuração e/ou construção sejam desta época.



Com a demolição do nártex e a construção da janela na fachada frontal a Igreja do Divino Salvador de Joane aproxima-se da sua configuração final, e que resistiu até ao séc. XX.

Ilustração 11 – Esquema de evolução da planta e alçado da Igreja do Divino Salvador de Joane. Escala 1:200.

pouco comum em igrejas de menor dimensão, tal como o refere PINHO LEAL (1874), *“a torre da igreja é de arquitectura moderna e nela estão colocados três sinos, e tem relógio”*⁴⁰. Por fim, o último registo, onde se localizam os sinos, detém um remate central de forma bulbosa e cunhais nos quatro vértices.

Do século XIX poucas obras de melhoramento existem para acrescentar, o que, certamente, se deve, por um lado, à nacionalização dos bens religiosos, ocorrida em 1834, mas, essencialmente, pela Guerra Civil (1828-1834), que devastou um país já de si carenciado.

⁴⁰ PINHO LEAL, 1874, p. 411.

1.2 Epígrafias

Já muito foi referida a pouca informação documental da antiga Igreja do Divino Salvador. Porém, nem só de escritos sobrevive a história deste templo. As epígrafes, ou inscrições, eram um método muito comum de celebrar momentos, homenagear pessoas ou recordar acontecimentos. No caso das epígrafias religiosas, estas dividem-se essencialmente em dois grupos – as funerárias e as votivas. Enquanto as primeiras se dedicam a relembrar uma pessoa importante, sendo este um modo de lhe prestar a devida homenagem, as segundas referem-se a inscrições de Dedicção ou Sagração de um espaço religioso, tornando-se assim comemorativas de algum feito.

Existem, no total, cinco epígrafes associadas à antiga Igreja do Divino Salvador de Joane, todas datadas entre século XIII e XIV. Duas das referidas inscrições, ambas gravadas em silhar de granito, pertencem ao grupo das inscrições funerárias⁴¹, pelo que o seu estudo é irrelevante. Das restantes, uma terceira inscrição, datada de 1273, é igualmente excluída, visto ser impossível decifrar o seu conteúdo e, por conseguinte, a sua tipologia⁴². Deste modo, sobram duas epígrafias comemorativas, ambas do século XIII e, possivelmente, dedicadas à mesma obra. A primeira, de 1272, é uma inscrição gravada em lintel de granito encontrada, durante obras de restauro, na Residência Paroquial da freguesia (algures entre 1989 e 1990). Apresentava uma certa qualidade epigráfica, sem regras gravadas, e do seu texto, algo incompleto, consegue-se deduzir que esta inscrição serviria



Ilustração 12 – Fotografia da inscrição de Dedicção ou Sagração da igreja de Joane, 1273, gravada em tímpano de granito. (fonte: SIPA)

para comemorar alguma obra realizada⁴³. Advinda possivelmente da mesma obra, devido à proximidade temporal (novamente 1273), surge uma inscrição gravada em tímpano de Dedicção ou Sagração do templo⁴⁴. Esta última, tal como a maioria, encontrava-se fora da localização inicial sendo, no entanto, a única que se encontrava exposta nas paredes da velha Igreja. Não sendo possível, devido à falta de documentação desta época, relacionar estas inscrições com obras importantes ocorridas na Igreja, estas são, independentemente disso, marcos históricos da mesma, pelo que é impossível não as referir.

⁴¹ BARROCA, Mário J., *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 2000, p. 1179 e p. 1564.

⁴² Idem, 2000, p. 979.

⁴³ Idem, 2000, p. 972.

⁴⁴ Idem, 2000, p. 981.

1.3 Curiosidades: Mosteiro e Templários

Segundo a tradição oral, é indicado que a antiga Igreja do Divino Salvador de Joane teria sido mosteiro dos Templários. Não sendo uma informação de relevo para a presente dissertação, não deixa de ser uma interessante curiosidade passível de exploração. Alguma da bibliografia estudada refere inclusive essa possibilidade. Se, por um lado, PINHO LEAL (1874) refere apenas que “*É tradição constante ter sido a igreja matriz, mosteiro dos cavaleiros templários, cuja ordem foi extinta em 1311 (...)*”⁴⁵, já COSTA (1706), mais de 100 anos antes era peremptório “*São Salvador de Joane foi Mosteiro de Templários(...)*”⁴⁶. A mesma informação aparece referenciada nas Memórias Paroquiais de 1758, “*Também se denomina esta igreja, o Mosteiro de Joane, vulgarmente se diz, fora dos Templários*”⁴⁷.

Uma leitura atenta pelo livro do SALGADO (1978) permite esclarecer algumas dúvidas. Nenhum dos antigos documentos estudados, se referem à Igreja de Joane como mosteiro, o que leva a acreditar numa concepção diferente da palavra. Torna-se aqui importante contextualizar temporalmente o termo mosteiro. No antes e após da chegada dos Templários a terreno português (ainda Condado Portucalense), eram comuns os ataques dos árabes e normandos, como o é exemplo o ataque ao castelo de Vermoim, a escassos 3 km de distância, e que em 1016 foi destruído por completo. As pequenas igrejas eram então importantes pontos de ocupação e coesão territorial, atribuindo-lhes o nome de mosteiro por aí viverem poucos monges, por vezes apenas um, o que poderá ter sido o caso da Igreja de Joane.

Em relação aos Templários, é possível que a Igreja do Divino Salvador, devido à riqueza e bens que lhe eram atribuídos, tivesse sido comenda desta Ordem, (como o foi, oficialmente, da Ordem de Cristo⁴⁸), mas não como mosteiro. Assim, e citando SALGADO (1978) “*E porque os Templários estiveram em Portugal desde o séc. XII (1125) até ao séc. XIV (1312) e os documentos referentes a este período não assinalam a existência de qualquer mosteiro em Joane, segue-se que não é correcto escrever-se «foi mosteiro de Templários» nem «pertenceu inicialmente à Ordem dos Templários». Terá sido mosteiro e foi dos Templários, mas em épocas diversas.*”⁴⁹.

⁴⁵ PINHO LEAL, 1874, p. 411

⁴⁶ COSTA, A. C., *Corografia Portuguesa*, 1706, p. 326

⁴⁷ CAPELA, J., PINTO DA SILVA, A., *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, 2001, p. 166

⁴⁸ A Igreja do Divino Salvador de Joane aparece referenciada no Inventário das Comendas do Arquivo distrital de Braga como comenda da Ordem de Cristo (código de referência PT/ADB/C/28 e PT/ADB/C/142). Em PINHO LEAL, 1874, p. 410, encontra-se “*Foi até 1311 reitoria e comenda dos templários, que em 1319 passou para a ordem de Cristo.*”

⁴⁹ SALGADO, 1978, p. 23

1.4 Mudam-se os Templos – o Novo Projecto

O fim do século XIX, início do século XX, traz um novo paradigma para a sociedade portuguesa. A industrialização invade as áreas rurais, nidificando junto aos rios e ocupando os vazios agrários. A população assegura aí o seu futuro, construindo as suas habitações próximas a esses complexos industriais e criando uma rotina diária diferente, e quase sempre complementar, à rotina agrária. Cresce uma ideologia social – é o século dos direitos humanos, do voto da mulher, da luta contra o racismo – e uma ideologia consumista – da rádio, da televisão, do cinema, da moda. Surge igualmente uma nova identidade, a do modernismo. A apologia do futuro desenvolve-se no insuflar da iniciativa privada, base principal do processo de modernização socioeconómica.

O concelho de V. N. Famalicão e, obviamente, a freguesia de Joane não são excepções. O Vale do Ave prospera apoiado essencialmente na indústria têxtil, com a respectiva população, até à época dependente da agricultura, a crescer exponencialmente. Joane é um exemplo paradigmático dessa situação. Em apenas 50 anos a freguesia vê a sua população aumentar até aos 3 mil habitantes⁵⁰. Um valor demasiado alto para a velha Igreja do Divino Salvador, que começava a ser pequena demais para tanta gente. À parte do aumento da população, surgiam igualmente problemas de conservação, comuns num edifício que há já muito não sofria obras de melhoramento. A década de 50 do passado século apresenta-se assim como época de mudança e crescimento. Época de uma nova Igreja, capaz de albergar e dignificar toda a população de Joane.

O arquitecto Sequeira Braga⁵¹, Professor assistente da ESBAP (Escola Superior das Belas Artes do Porto) foi o escolhido para apresentar um projecto para a nova Igreja paroquial. Na memória descritiva, apresentada em 1955, surgem, para além da descrição pormenorizada da obra, justificadas as várias opções deliberadas em conjunto com a Comissão Fabriqueira que provocaram fortes dúvidas e discórdias. No entanto, e retomando o que foi escrito anteriormente, segue um excerto do início da dita memória descritiva, em que se fundamenta a necessidade de construir um novo templo.

“Ciosa das suas tradições espirituais, intelectuais e de trabalho, pretendeu a freguesia de Joane perpetuar a consagração do Ano

⁵⁰ De acordo com os censos de 1950, Joane tinha uma população residente – homens e mulheres – de 3.042 habitantes. Nos Censos de 1900, esse valor era de 1.640 habitantes.

⁵¹ Formado na ESBAP, foi aluno de Marques da Silva. Arquitecto responsável pela fonte monumental existente no Largo do Toural Guimarães, construída em 1953 e retirada em 2011.

*Mariano, com o início da construção duma nova Igreja, de que esta freguesia muito carecia visto a actual além de não ser suficiente para comportar o desenvolvimento crescente que esta freguesia vive devido principalmente à indústria progressiva e ordenada que possui, também se encontra em precárias circunstâncias de arruinada estabilidade. Se não ameaça ruir, pelo menos exige grande dispêndio em obras de conservação o que parece não ser lógico, tanto mais, que como dissemos as suas dimensões não são suficientes para abrigar a população de fiéis que a ela se acolhem.*⁵²

A nova igreja proposta, de claro traço modernista, acolheria, no total, cerca de 650 pessoas sentadas, sendo a sua lotação máxima de 1.500 a 1.800 (considerando os devotos que ficariam de pé), o que correspondia a cerca de metade da população residente na freguesia à época (e ao dobro do que conseguia acolher a velha Igreja)⁵³. Desta, desejava-se que fosse grandiosa, representativa da “nova” época que se atravessava.

O primeiro ponto essencial de discussão para esta nova construção foi, naturalmente, a sua implantação. Perdidos que estavam, em anos passados (ou mesmo séculos), todos os terrenos, campos e vinhas outrora detidos pela igreja, a solução passava pela escolha entre dois pontos – a aquisição de terrenos para a construção (provavelmente uma hipótese mais cara) ou o aproveitamento dos terrenos correspondentes aos da igreja existente (aos quais se adicionaram pequenos campos doados para o efeito). Citando novamente o arquitecto responsável, *“ponderando todas as razões de ordem espiritual, tradicional e económica, optou-se em princípio, pela segunda hipótese. Esta, em nosso entender resolve todas as exigências incluindo as de origem litúrgica e tradicional.”*⁵⁴ Esta opção permitia, inclusive, a manutenção do templo religioso no seu lugar original e de grande proximidade a parte da população.

O programa final, apresentado pelo arquitecto, dividia-se em 3 elementos, segundo as regras litúrgicas. Uma entrada (ou nártex) que permitisse o acesso ao coro alto (disposto sobre a entrada principal, conforme a tradição portuguesa), uma grande nave central ladeada por duas de pequenas dimensões (onde se localizam as seis capelas-laterais) e capela-mor. Para além deste programa obrigatório, outros espaços foram acrescentados, de entre os quais se destaca a

⁵² Extraído da Memória Arquitectónica disponível no Arquivo Municipal Alberto Sampaio de V. N. Famalicão.

⁵³ *“esta Igreja comportará aproximadamente 400 a 450 mulheres e 200 a 250 homens sentados sendo a sua capacidade total de 1.500 a 1.800 pessoas de pé, número este, que deve satisfazer às exigências da Freguesia”* in Memória Arquitectónica, Arquivo municipal Alberto Sampaio de V. N. Famalicão.

⁵⁴ Memória Arquitectónica disponível no Arquivo municipal Alberto Sampaio, V. N. Famalicão.

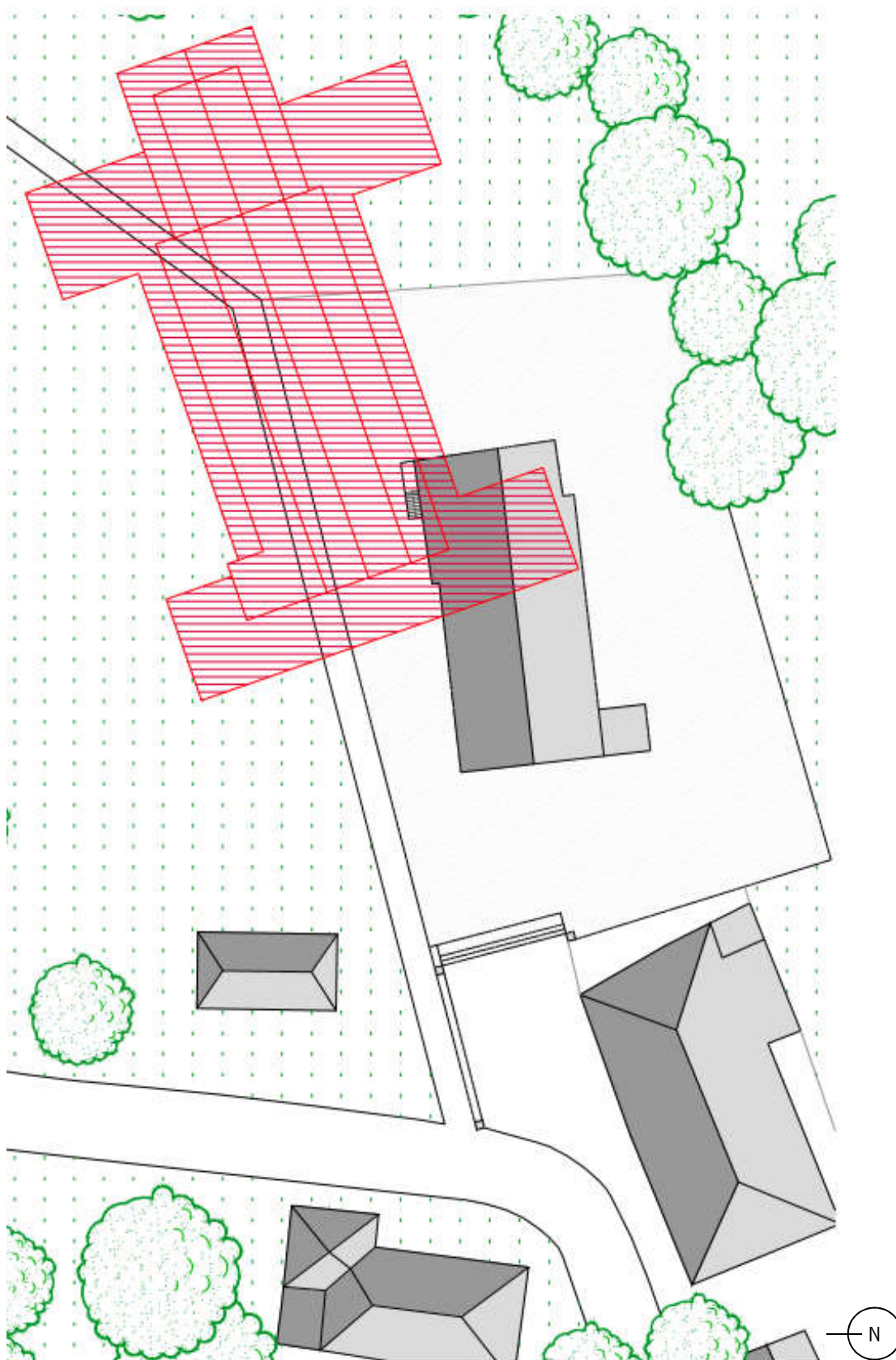


Ilustração 13 – Planta de localização da nova igreja.

presença de uma cripta, sob a capela principal, e duas sacristias, sendo uma paroquial e outra para as confrarias. Um detalhe que relembra a matriz espacial da velha igreja e acentua a importância deste modelo de organização para a comunidade religiosa de Joane. Por curiosidade, outra importação a partir da velha Igreja é a existência de uma ligação directa entre a capela-mor e as ditas sacristias, o que permite que o celebrante não necessite de atravessar a nave para aceder ao altar.

A estrutura da nave, de cobertura parabólica adquire uma unidade espacial de elevada qualidade, permitindo uma relação mais próxima por parte da assembleia – os devotos – com o locutor – o sacerdote.

Pelo exterior, a variação de alvenarias de diferentes tipos de tijolo oferece uma harmonia visual que aparenta uma maior ligeireza em relação à real volumetria do edifício. Por outro lado, a existência de um ligeiro paramento, em torno de todo o edifício, quase que embutido no volume, permite uma dupla experiência visual: ao longe, aparenta ser um pórtico de entrada bastante singelo, ao perto, diminui drasticamente a noção de altimetria da igreja. Tal permite que o visitante tenha, sempre, uma aproximação mais pessoal e afectiva com o mesmo. A fachada frontal culmina numa grandiosa rosácea com a imagem do Divino Salvador.



Ilustração 14 – Vistas do exterior e interior da nova Igreja matriz de Joane (fonte: fotografias por Daniela Sousa)

*“Pedras velhinhas que tantos séculos já viram passar (...).
Pedras veneradas de que a geração actual apenas é fiel depositária e lhes cumpre
entregar como as recebeu às gerações vindouras. Por elas somos responsáveis perante a
história. Alerta. Mas um alerta de sentinelas vigilantes.”⁵⁵*

⁵⁵ Carta aberta, assinada por Manuel Oliveira Salgado e outros, enviada à DGEMN em Janeiro de 1973, em defesa da velha igreja (fonte: SIPA).

Neste segundo capítulo aborda-se o conflito político-social da construção da nova Igreja e, principalmente, da demolição da existente. Os anos 60 e 70, em Joane, são sinónimos de contradições – arranques e paragens de obras, ordens e contra-ordens, aprovações e impedimentos. É durante estas duas décadas, que terminam com a demolição da Igreja do Divino Salvador, que ganha importância o desempenho (ou falta dele) da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Independentemente dos lentos meandros da política portuguesa, que pouco acrescentam a esta dissertação, interessa aqui compreender os valores arquitectónicos e patrimoniais atribuídos à velha Igreja e as reviravoltas que se foram sucedendo, desde a aprovação da demolição à proposta para a sua classificação como Imóvel de Interesse Público.

Como anteriormente referido, o final do séc. XIX e início do séc. XX representa uma época de mudança e quebra com o passado, em especial na arquitectura, com a corrente modernista a impor-se. Porém, e do mesmo modo que a sociedade aplaudia e incentivava o modernismo, desenvolvia-se uma outra corrente, mais nostálgica e sentimental⁵⁶, onde a problemática da salvaguarda do Monumento (primeiro surge o termo monumento, e só depois património) se sobrepõe, criando um conjunto alargado de relatórios, listagens, classificações e leis. Desenvolve-se assim uma disputa de ideias, de valores e, até, de prioridades. A nomes como Ruskin ou Morris, que consideravam que o restauro levava à perda de identidade do monumento, contrapõem-se figuras como Riegl ou Viollet-le-Duc, defensores da memória histórica e afectiva do mesmo. *“Esquemáticamente, opõem-se duas doutrinas: uma intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra, anti-intervencionista, é sobretudo característica da Inglaterra”*⁵⁷. Uma dicotomia entre a qual se irá balançar toda a discussão e definição de modelos acerca da consideração e intervenção no património.

No que concerne à realidade portuguesa, pode-se afirmar que a legislação sobre a defesa do Património surge, maioritariamente, com o fim da monarquia. Antes disso, em 1901, são elaboradas as bases para a classificação de monumentos, mas a listagem final ocorre apenas em 1910.

Mais tarde, em 1920 é criada uma Administração, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, unicamente dedicada ao restauro e manutenção dos Monumentos Nacionais, que,

⁵⁶ Enquanto para os modernistas o edifício antigo surge como um entrave ao desenvolvimento urbano, para outros autores o monumento histórico é visto como *“símbolo do destino humano (...): duplo emblema do ‘arché’ criativo e da transitoriedade das obras humanas”* (CHOAY, 1999, p. 117), ou, por outro lado, contribuem *“para ilustrar, e assim servir, um sentimento: o sentimento nacional”* (CHOAY, 1999, p. 114).

⁵⁷ CHOAY, 1999, p. 129.

nove anos mais tarde, assumiria a denominação pela qual é hoje conhecida – DGEMN⁵⁸. A protecção do património estende-se então à Constituição Portuguesa, com a publicação, em Diário da República, da figura de *imóvel de interesse público* (Lei nº 1700 e Decreto de 1932) ou, em 1949, de *imóvel de valor concelhio* (Lei nº 2032) e conceito de *elemento ou conjunto de valor artístico, arqueológico, histórico ou paisagístico* (Projecto-Lei nº 201).

A nível internacional, a década de 30 ficou marcada pela divulgação e publicação de dois importantes documentos que, curiosamente, ficaram ambos conhecidos como *Cartas de Atenas*. A primeira surge em 1931, elaborada pelo 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos⁵⁹, definitivamente, a primeira reunião normativa exclusivamente dedicada à problemática do restauro e conservação de património. A segunda, certamente de maior reconhecimento, foi redigida dois anos mais tarde, em 1933, no âmbito do IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna). Apesar de serem homólogas, as duas Cartas apresentam objectivos diferentes. Enquanto a primeira se baseia na definição de directrizes de orientação para a protecção do património, cingindo-se a aspectos legais (de índole internacional, obviamente) e técnicos (materiais de restauro e métodos de conservação), a Carta de 1933 estabelece o valor da arquitectura histórica no contexto da cidade moderna e evolutiva, considerando que nem todo o edifício antigo é merecedor de protecção e manutenção (apenas aqueles que expressem valor e uso para a cidade devem ser preservados)⁶⁰.

Este balancear de opiniões e contra-informação mantém-se, ainda, nas décadas seguintes. Encravada nessa dualidade, a Igreja do Divino Salvador de Joane vive, entre os anos 60 e 70, momentos de incertezas, espelhadas na correspondência trocada entre DGEMN (em especial entre os seus serviços e gabinetes), Comissão Fabriqueira da freguesia e outras organizações⁶¹. O estudo destes documentos permite não só compreender os vários avanços e recuos das obras, mas também averiguar o valor patrimonial conferido a esta igreja (ou, pelo menos, os considerados à época) e o modo de acção dos intervenientes citados. Por outro lado, é igualmente interessante criar uma linha de comparação entre passado e presente, entre o que foi escrito e feito e o que se escreveria e faria se este processo ocorresse hoje.

⁵⁸ Decreto nº16 791 de 30 de Abril de 1929, pertencendo ao então denominado Ministério do Comércio e das Comunicações.

⁵⁹ Nesta 1ª Conferência participaram quatro países europeus. A 2ª Conferência ocorre em Veneza, 1964, com a participação de três países não europeus – Tunísia, México e Peru. Em 1979, oitenta países assinam a Convenção do Património Mundial. (fonte CHOAY, 1999, p. 14)

⁶⁰ ALMEIDA, 2010, p. 67 e 68.

⁶¹ Caso de, por exemplo, a Sociedade Martins Sarmento, o Instituto José de Figueiredo e uma Comissão de habitantes locais, criada para defender a existência da Igreja do Divino Salvador.

19 Janeiro 1962

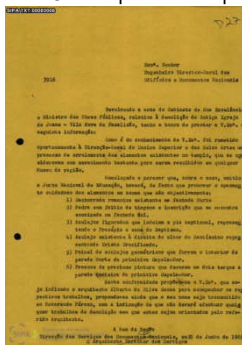
Primeiro pedido de informação por parte da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) sobre a construção da nova igreja.

8 Agosto 1962

Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais requer parecer da Junta Nacional de Educação para avaliar os elementos de possível salvaguarda da velha igreja.

29 Junho 1965

Concluída a inventariação dos bens patrimoniais da Igreja. O arquitecto Alberto Bessa é indicado pela DGEMN para acompanhar o caso.



19 Julho 1965

Aprovada a demolição.

26 Julho 1967

Inicia-se o processo de arrolamento das pinturas a fresco.

23 Dezembro 1972

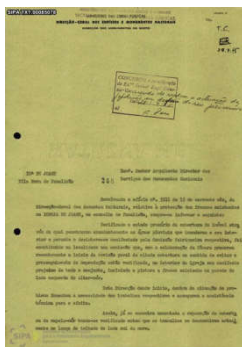
DGEMN recusa e devolve cheque no valor de 2200\$00 para obras na Igreja do Divino Salvador.

18 Outubro 1973

Pedido de alteração do projecto da nova igreja de modo a evitar a demolição da pré-existente.

24 Abril 1975

Comissão local, em conjunto com a Câmara Municipal dá início a obras de reparação da cobertura da velha igreja.



3 Fevereiro 1962

Resposta a esse primeiro pedido de informação descreve a Igreja do Divino Salvador como sendo de pouco valor histórico devido às várias alterações sofridas. Por esse motivo, considera-se não haver motivo para embargo.

2 Novembro 1962

Durante as obras de remoção do altar-mor, são descobertos dois frescos quinhentistas na parede nascente. Pároco local aceita reconstruir igreja noutro local.



9 Maio 1966

Ocorre a remoção dos azulejos e altares de acordo com as indicações prestadas pelo Arq. Alberto Bessa. Entretanto, e como grande parte do corpo principal do novo edifício já está construído, as cerimónias religiosas são para aí transferidas.

20 Janeiro 1973

Enviada à DGEMN uma carta aberta, assinada por quatro signatários, em defesa da velha igreja.

2 Fevereiro 1974

Requerida a classificação das pinturas a fresco como Imóvel de Interesse Público.

11 Março 1978

Demolição da Igreja do Divino Salvador de Joane.



Ilustração 15 – Linha temporal da evolução das duas igrejas de Joane (1955 – 1978).

2.1 O Conflito entre Passado e Futuro

“Tendo constado a esta Repartição Técnica que junto à Igreja de Joane, situada no lugar do Assento, Famalicão, está em construção uma nova igreja que a desvirtue e tendo-nos sido afirmado que o primitivo Templo possui merecimento bastante para não ser destruído, digne-se V. Ex.^a, providenciar para que o mesmo seja visitado, prestando a informação respectiva.”⁶²

A primeira denúncia feita à DGEMN sobre a construção de uma nova igreja no terreno da pré-existente data da década de 60, mais concretamente do dia 19 de Janeiro de 1962. Esta carta é, curiosamente, um pedido de esclarecimento da Repartição Técnica de Lisboa à sua homóloga a norte (2^a Secção Porto) sobre a dita construção (conforme texto acima transcrito). Durante os primeiros anos, foram vários os pedidos de informação, esclarecimentos, inventariados, envio e reenvio de ofícios.

A primeira avaliação realizada à Igreja indicava-a como sendo de pouco valor arquitectónico devido às várias alterações ocorridas, pelo que a sua demolição, não sendo aconselhável, é aceite. Porém, à medida que iam sendo retiradas, inventariadas e estudadas as várias peças encontradas no seu interior (como a talha e os azulejos) que, devido à sua historicidade, poderiam ser alvo de salvaguarda em algum museu da região⁶³, o discurso vai-se alterando, sendo mesmo proposto, a 13 de Setembro de 1962, a reconstrução do templo, de modo a evitar a dispersão das peças referidas. Menos de um mês depois, a 2 de Novembro, aquando a remoção do altar-mor, são descobertos dois frescos na parede testeira da igreja.

Apenas em meados de 1965 é concluída a inventariação dos bens patrimoniais da Igreja do Divino Salvador⁶⁴, sendo designado, para acompanhar o processo de apeamento desses elementos, o arquitecto Alberto da Silva Bessa, pertencente à Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Ora, se a remoção de peças de menor dimensão, como os azulejos e altares laterais, decorreu segundo as indicações prestadas pelo arquitecto (mesmo que tardiamente, visto algumas dessas peças já terem sido retiradas), o aproveitamento dos bens incorporados na estrutura da igreja, como os frescos ou a cachorrada, implicavam uma diferente leitura e modo de acção. Surge então a possibilidade de incorporar parte da velha igreja (neste caso, a fachada a nascente, onde se encontravam os frescos) na nova construção (numa das

⁶² Missiva de 19 Janeiro de 1962 da repartição técnica de Lisboa à sua homóloga do norte (fonte: SIPA).

⁶³ Assim o é proposto, pela primeira vez, pelo arquitecto Director dos Serviços da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais a 8 de Agosto de 1962.

⁶⁴ Tema a desenvolver no subcapítulo seguinte.

capelas laterais). No entanto, cerca de oito meses mais tarde, numa carta endereçada ao Arquitecto Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, datada de 26 de Janeiro de 1967, surge a confirmação de que *“num estudo preliminar de nivelamento realizado depois da desobstrução de alguns elementos que dificultavam tal trabalho e após ter sido retirado o altar que encobria os referidos frescos, chegou-se à conclusão de não ser aconselhável integrar a referida parede na Igreja em construção, visto haver grandes diferenças de nível”*, propondo-se, de seguida, a alternativa possível, *“segundo informação do Pintor Abel de Moura que visitou o local (...) as pinturas vão ser removidas do local onde se encontram, motivo por que já não se justifica a realização de qualquer integração da parede do velho templo na Igreja em construção”*⁶⁵. Contudo, tanto esse estudo de nivelamento como o de incorporação da velha igreja na nova construção, ou nunca foram apresentados ou o seu registo não existe nas bases investigadas (seja nos dados recolhidos do SIPA seja no arquivo municipal de V. N. Famalicão).

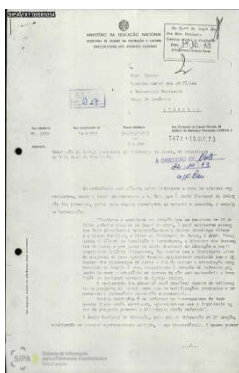
Independentemente disso, a 8 de Fevereiro de 1967 é publicado o despacho que autoriza o processo de arrolamento das pinturas, ficando o processo sob ordem da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes e da Junta Nacional de Educação. Paralelamente, inicia-se igualmente o processo de classificação dos frescos. Ora, a possível classificação dos frescos como Imóvel de Interesse Público tinha, como consequência, a proibição da demolição de todo o edifício. Tal possibilidade leva, uma vez mais, a uma discrepância entre o Ministério da Educação Nacional, sob a direcção geral do ensino superior e das belas-arts e a comissão fabriqueira de Joane, exposta nas repetidas cartas enviadas (e reenviadas) por esta e seus representantes em defesa da construção da nova igreja, e noutras missivas, igualmente enviadas (e reenviadas) contra a construção dessa e a favor da demolição do velho templo.

Curiosamente é igualmente nesta época de maior lentidão institucional que surge, em defesa da velha igreja, um benfeitor que, com comparticipação local, chega a enviar para a DGEMN um cheque no valor de 2 200\$00 para obras de reparação do templo. Evidentemente, esse cheque foi recusado e devolvido⁶⁶.

⁶⁵ Carta acedida em SIPA – *A igreja paroquial de Joane*.

⁶⁶ A DGEMN não tinha qualquer autoridade para intervir no edifício sem autorização do ministério. Para além disso, mesmo que houvesse essa autorização, as obras dificilmente poderiam decorrer sob financiamento local.

À parte as referidas divergências, prolongadas ao longo dos anos, ficou claro, já na década de 70 (1973), que a antiga igreja do Divino Salvador não seria para demolir (integral ou parcialmente), sendo que as obras do novo edifício só se retomariam com a alteração e aprovação ministerial de um novo projecto de arquitectura (que permitisse assim a manutenção da referida igreja). Contudo, meio ano depois, em Fevereiro de 1974, essa revisão do projecto ainda não tinha sido apresentada a nenhum dos órgãos envolvidos, sendo, então, proposto pela 4ª subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional da Educação a classificação como Imóvel de Interesse Público das pinturas a fresco existentes na igreja. Tal assim foi aceite pelo Secretário de Estado da Instrução e Cultura em missiva enviada para a DGEMN com data de 2 de Fevereiro de 1974.



“Conforme o combinado na reunião que se realizou em 10 de Julho próximo passado no local da obra, à qual estiveram presentes Sua Excelência Reverendíssimas o Senhor Arcebispo Primaz e o Bispo Auxiliar, o Prior da Freguesia de Joane, o Exmº. Presidente da Câmara de Famalicão e Vereadores, o Director dos Monumentos do Norte e por parte da Junta Nacional da Educação o vogal Arquitecto Octávio Figueiras, foi aceite que o Arquitecto autor do projecto da nova igreja deveria estabelecer contacto com o Director dos Monumentos do Norte a fim de colher a orientação estabelecida na visita à obra respeitante à revisão do referido projecto de modo a adaptá-lo em termos de não ser necessária a demolição de qualquer parcela da igreja antiga.

O reatamento das obras só será possível depois do aditamento ao projecto da igreja nova com as modificações previstas e ter merecido a necessária aprovação ministerial.

Nestas condições é de informar os interessados de tudo quanto ficou então combinado, aguardando-se que o Arquitecto autor do projecto promova a diligência atrás referida”.

Ilustração 16 – Carta datada de 18 de Outubro de 1973 do Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais Repartição sul à sua homóloga Norte (fonte: SIPA).

Seria de supor que, classificados os frescos e sendo estes parte integrante da igreja do Divino Salvador, esta seria, em curto prazo, alvo de uma intervenção para assim acautelar a sua degradação e mau estado, até porque a hipótese de demolição estava, irremediavelmente, excluída. No entanto, e como se pode ler numa missiva assinada pelo Arquitecto Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais ao seu superior, Director Geral da DGEMN, *“com efeito, a partir da existência de elementos classificados na mesma Igreja, não será já possível demoli-la, pelo que será forçoso encontrar solução de a manter, possivelmente dentro dos parâmetros propostos pelos delegados da J.N.E. na referida reunião efectuada no local”* concluindo que *“competirá às próprias entidades religiosas a conservação da velha Igreja de Joane, visto que os frescos que nela existem só agora fora classificados, ou seja, em data muito posterior a 5 anos do prazo da ratificação do mesmo documento”*⁶⁷. Desviadas as responsabilidades sobre o templo para a Comissão Fabriqueira de Joane que não tinha nenhum interesse no velho edifício e cujo saldo era já negativo devido aos vários atrasos da construção, foi criada por alguns habitantes locais uma comissão que, com o apoio da Câmara municipal, procedeu à primeira – e única – intervenção de restauro sobre o edifício. Deste modo, durante o mês de Abril de 1975 ocorre a reparação da cobertura, impedindo-se novas inundações e o avanço do estado de degradação do edifício e, inclusivamente, dos frescos. Porém, nos anos seguintes foram várias as tentativas, sem sucesso, por parte da Câmara Municipal de V. N. Famalicão, na obtenção de verbas para continuação das obras de reparação⁶⁸.

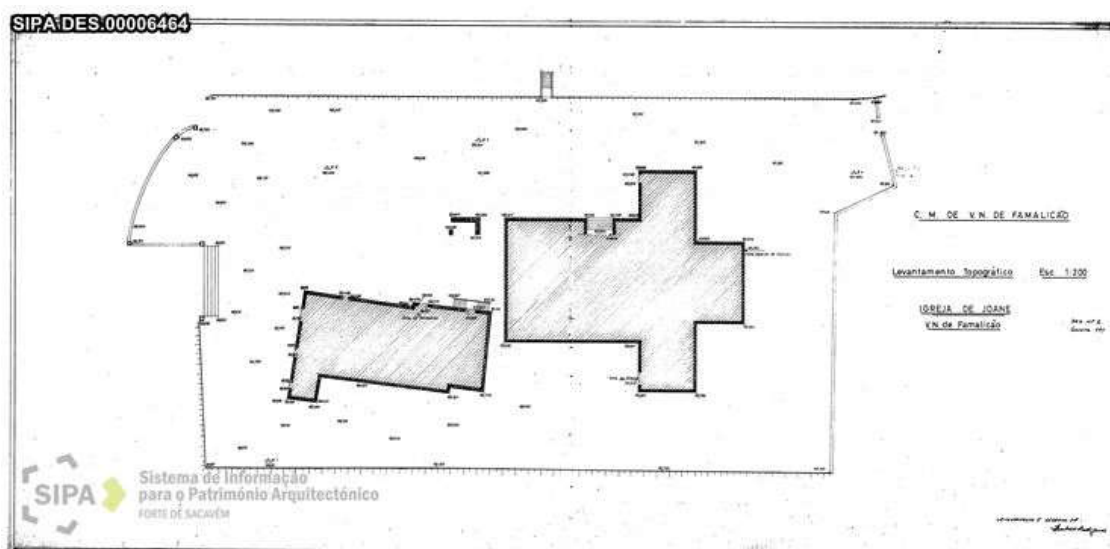


Ilustração 17 – Planta das Igrejas de Joane, em que é possível verificar o ponto de paragem da construção da nova igreja (fonte: SIPA).

⁶⁷ Missiva de 4 de Fevereiro de 1974 (fonte: SIPA).

⁶⁸ Por já se terem realizado as obras na cobertura, considerava-se que tanto o edifício como as pinturas tinham já condições suficientes para a sua salvaguarda.

Todas estas incertezas, avanços e recuos culminaram, no dia 11 de Março de 1978, pelas 6:00 horas da manhã, com a demolição da Igreja do Divino Salvador. Cansados pela falta de resposta e pelo silêncio da DGEMN, a Junta de freguesia, associada ao pároco e comissão fabriqueira, decidem actuar à margem das entidades competentes. Assim, nesse sábado, dois *bulldozers* (máquinas de terraplanagem) avançaram pelo centro da vila e destruíram por completo o velho templo, arruinando, para sempre, as pinturas a fresco e a cachorrada da parede Norte. Deste atroz derrube restou, junto aos escombros, a torre sineira, *“onde um relógio, como único sinal de vida num corpo mutilado e destruído, continua a bater as horas”*⁶⁹.

Durante os dias seguintes este arrasamento é notícia em vários diários nacionais, ganhando uma notoriedade que leva, inclusive, a que seja abordado e discutido em Assembleia da República e que o mesmo seja processado judicialmente⁷⁰.

Consumada que estava a demolição, a edificação da nova igreja podia, finalmente, ser concluída.

⁶⁹ Este excerto é parte integrante da notícia sobre a demolição do templo do jornal Diário de Lisboa, dia 15 de Março de 1978.

⁷⁰ A primeira acção judicial é intentada pela Câmara Municipal de V. N. Famalicão no tribunal judicial da cidade contra desconhecidos. O processo, entretanto, não avançou e ninguém foi considerado culpado.



Ilustração 18 – Fotografias da demolição da Igreja do Divino Salvador. Na primeira e segunda imagem é possível identificar o tapume de madeira, já degradado, da nova construção. Ano de 1978 (fonte: SIPA).

2.2 Os Bens Inventariados

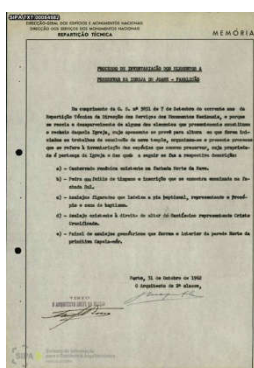
Em meados do ano de 1962, ainda durante as primeiras avaliações e estudos do valor da Igreja do Divino Salvador de Joane, inicia-se a inventariação dos elementos do interior desta, cujo destino seria a distribuição por museus e espaços religiosos do concelho.

O primeiro documento oficial com a respectiva listagem surge a 31 de Outubro do ano citado (ilustração 19). Aparte a desvalorização da importância histórica da igreja, devido às sucessivas alterações que a *“desviaram do seu traçado original”*⁷¹, alguns dos seus elementos interiores foram sempre requeridos como de possível e necessária salvaguarda, tal como indicado nas imagens seguintes. Desta lista constam os seguintes componentes:

- a) Cachorrada românica existente na fachada Norte da Nave;
- b) Pedra com feitiço de tímpano e inscrição que se encontra encaixada na fachada Sul;
- c) Azulejos figurados que ladeiam a pia baptismal, representando o Presépio e cena de baptismo;
- d) Azulejo existente à direita do altar do Santíssimo representando Cristo Crucificado;
- e) Paineis de azulejos geométricos que forram o interior da parede Norte da primitiva Capela-mor;
- f) Frescos de preciosa pintura que decoram em dois terços a parede testeira da primitiva capela-mor (adicionado apenas em 1965, aquando a sua descoberta).

Tendo em consideração a diversidade dos elementos listados, pode-se subdividir os mesmos em dois grupos – inerentes e amovíveis. No primeiro grupo consideram-se os valores de difícil (ou impossível) remoção, cuja característica pertence à estrutura do edifício, tal como a cachorrada ou as pinturas a fresco. No segundo grupo consideram-se os elementos decorativos de fácil remoção, como o é exemplo os painéis de azulejos. Foram, aliás, estes os únicos bens salvaguardados, tendo a sua remoção ocorrido durante o ano de 1965 e, posteriormente, reaproveitados para decoro da nova igreja (este assunto é abordado no 3º capítulo). Os restantes bens (ditos inerentes) perderam-se durante a demolição da Igreja.

⁷¹ Extraído do processo de inventariação (fonte: SIPA).



PROCESSO DE INVENTARIAÇÃO DOS ELEMENTOS A

PRESERVAR NA IGREJA DE JOANE – FAMALICÃO

Em cumprimento da O. S. n.º 5851 de 7 de Setembro do corrente ano da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, e porque se receia o desaparecimento de alguns dos elementos que presentemente constituem o recheio daquela Igreja, cujo apeamento se prevê para altura em que forem iniciados os trabalhos de conclusão do novo templo, organizou-se o presente processo que se refere à inventariação das espécies que convém preservar, cuja propriedade é pertença da Igreja e das quais a seguir se faz a respectiva descrição:

- a) – Cachorrada românica existente na fachada Norte da nave.*
- b) – Pedra com feitio de tímpano e inscrição que se encontra encaixada na fachada Sul.*
- c) – Azulejos figurados que ladeiam a pia baptismal, representando o Presépio e cena de baptismo.*
- d) – Azulejo existente à direita do altar do Santíssimo representando Cristo Crucificado.*
- e) – Painel de azulejos geométricos que forram o interior da parede Norte da primitiva Capela-mor.*

Porto, 31 de Outubro de 1962

Ilustração 19 – Primeira inventariação dos bens a salvaguardar da velha igreja (fonte: SIPA).

2.3 Os Frescos da Velha igreja

Antes de prosseguir, é importante primeiro entender e conhecer um pouco mais sobre os já muito citados frescos da Velha Igreja, tendo em especial consideração o seu valor histórico, que muito influenciou o destino do edifício. De carácter maioritariamente religioso, as pinturas murais a fresco popularizaram-se desde as sociedades gregas e romanas e foram relativamente comuns até ao séc. XVI. A sua técnica consiste em pintar sobre uma superfície (por norma, parede ou tecto) composta por cal e algumas matérias inertes, enquanto esta ainda se encontra fresca (daí o nome). A fixação das cores (misturadas com água) dá-se através do processo de carbonatação da cal, que ocorre lentamente (podendo demorar até um ano)⁷².

O Eng.º. Ribeiro dos Santos, na sua publicação *Valores Patrimoniais do Concelho de V. N. Famalicão*, apresenta o único estudo aprofundado sobre o românico da Igreja do Divino Salvador e, conseqüentemente, surge também a referência aos seus frescos. Ocupando toda a parede testeira da igreja, ocultos pelo retábulo da capela-mor, esses eram compostos por “*painéis rectangulares com representação de São Tiago, a Virgem com o Menino e no centro, anjos a segurar a coroa, sob nicho*”⁷³. No entanto, é “*de reparar porém que as condições em que o fresco se encontra são más: as figuras apresentam-se mutiladas em muitas zonas e a presença de salitre nas argamassas de suporte vai atacando as cores, alterando-as, e contribuindo para a degradação das argamassas*”⁷⁴. Para este seu estado de degradação muito contribuiu a sua antiguidade, e, logicamente, às más condições em que a própria igreja se encontrava (com destaque para as infiltrações).



Ilustração 20 – A única fotografia existente do fresco da Igreja Velha, tirada em 1966 (fonte: SIPA).

⁷² Retirado do website <http://www.arelíquia.com.br/artigos%20anteriores/71PintMurais.htm>.

⁷³ Extraído do website da SIPA.

⁷⁴ SANTOS, 1976, p. 10

2.4 Demolição, Restauro⁷⁵ ou Abandono?

Dos subcapítulos anteriores deduz-se a constante flutuação das soluções escolhidas para o destino da igreja. Ora impunha-se a demolição, por se considerar a mesma de pouca qualidade arquitectónica, ora se exaltava a sua manutenção e restauro, expondo-se a sua herança histórica e artística. Pretende-se, neste texto, compreender e reflectir sobre os possíveis destinos da velha igreja, abarcando um conjunto de hipóteses: *demolição, restauro ou abandono*. Obviamente, estas suposições erram pelo factor tempo e contexto, mas, em contrapartida, permitem uma ampla reflexão que facilmente se pode extrapolar para outros casos idênticos, actuais ou futuros.

As questões apresentadas são, na realidade, resultado de uma outra problemática por vezes bem mais complexa. *Que obras de arquitectura devem ser preservadas? Quais, de que modo e porquê?*⁷⁶ Traduzindo a necessidade de, em primeiro lugar, compreender e determinar o valor patrimonial ou monumental do objecto em estudo, é imperativo retomar algumas definições atribuídas aos termos Património e Monumento expostas no início desta dissertação⁷⁷, mais concretamente, a escala de valores definida por RIEGL (1903). Na sua publicação *O Culto Moderno dos Monumentos*, o autor define seis valores (de carácter sensorial) que caracterizam o Monumento, conferindo-lhes “*protagonismo, como critérios de discernimento para a tutela e para o restauro*”⁷⁸. O quadro seguinte permite agrupar os valores apresentados por RIEGL em três níveis de entendimento e dois conjuntos.

	<i>Tempo</i> Obra do devir (da natureza)	<i>Arte</i> Obra do homem)	
<i>Nível prático</i>	“Valor Monumental Intencional”	“Valor Instrumental”	A expressão da acção do tempo ou da arte são infinitesimais.
<i>Nível cognitivo</i>	“Valor Histórico”	“Valor Artístico Relativo”	“Valor Artístico” A expressão do tempo e da arte é entendida conceptualmente. A expressão do tempo e da obra do homem é percebida sensorialmente, pela aparência – são valores de massas empáticos à vida do homem.
<i>Nível psicológico</i>	“Valor de Antiguidade”	“Valor de Novidade”	

Ilustração 21 - Tabela organizativa dos valores de RIEGL (fonte: ABREU, 1996, p. 414).

⁷⁵ Por Restauro aqui entende-se qualquer processo de manutenção de um edifício antigo, seja, a exemplo, restauro, reabilitação ou recuperação.

⁷⁶ ABREU, P., *Palácios da Memória II*, 2007, p. 31.

⁷⁷ Rever capítulo 0.1// *Património (algo mais que monumento?)*

⁷⁸ ABREU, 1996, p. 410

No primeiro nível compreende-se a diferença entre Monumento Intencional e Valor Instrumental. Enquanto o primeiro se refere ao edifício como Memória (construído com o propósito de fazer perdurar no tempo a Memória de algo ou alguém), o segundo valor representa o seu factor funcional (seu uso). No segundo nível, o Valor Histórico prende-se, tal como o nome o indica, com o factor passado, representativos de uma etapa de evolução humana (muito ligado à História como disciplina, ensino). Já o valor Artístico Relativo complementa o anterior por, independentemente da mensagem histórica, valorizar o edifício em si, a sua forma, escala ou cor. Por fim, no último nível, os valores mais visuais e de mais rápida percepção, entendidos por qualquer sujeito perante o antigo (ou ruína) – Valor de Antiguidade - e o novo (recém-acabado) – Valor de Novidade.

Não sendo um processo infalível na avaliação e categorização de Monumentos (até tendo em consideração o ano em que foi publicado), a presente valorização de RIEGL demonstra, no entanto, termos de grande utilidade para a compreensão do edifício como património e, como anunciado no tema deste subcapítulo, para a correcta escolha do seu destino (demolição, restauro ou abandono).

Conhecidos os elementos a estudar na obra arquitectónica e a pergunta base, é agora necessário discorrer pelas possíveis respostas. De entre os destinos possíveis, organizáveis em dois grandes grupos – *com valor patrimonial (SIM)* e *sem valor patrimonial (NÃO)* – muitas variáveis, nem sempre consensuais, se apresentam. Esse processo de leitura varia não só com uma escala de valores, mas também com a utilização pessoal – e colectiva – que cada sociedade lhe dá.

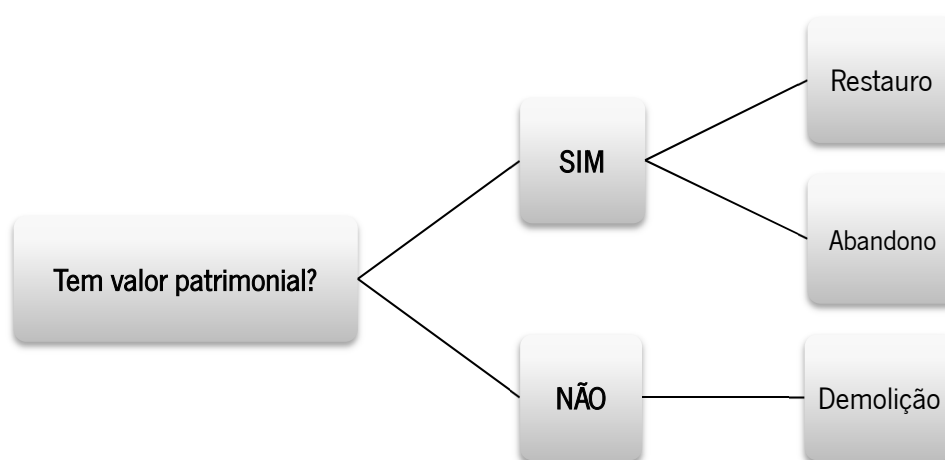


Ilustração 22 – Gráfico organizacional das diferentes hipóteses de acção no património.

2.5 Extrapolação para a Igreja Divino Salvador

Identificadas as acções sobre o edificado e os valores do Monumento, interessa agora importá-los para a Igreja do Divino Salvador, de modo a compreender a avaliação feita pela DGEMN e, igualmente, reflectir sobre o destino possível do templo (à luz destes dados). Partindo dos valores de Riegl, é possível reconhecer no templo de Joane o valor Instrumental (a sua função como local de culto religioso), o valor Histórico (o edifício marca a história da freguesia, sendo o único legado material da formação da nacionalidade na mesma⁷⁹) e, obviamente, o valor de Antiguidade (compreendida até pelas diferentes obras e fases pelo que o edifício passou).

No entanto, antes ainda da devida extrapolção para o caso em estudo, é necessário entender o âmbito subjectivo deste tipo de avaliação. Recorrendo às palavras de ABREU (2007), *“a operação de compreender e avaliar uma qualquer arquitectura não é nunca uma operação de resultado exacto, matemático. Sendo uma operação objectiva – enquanto toda ela propende e depende do objecto em análise – é também uma operação subjectiva – enquanto não pode prescindir de procurar verificar uma correspondência do objecto em análise ao sujeito que analisa (ainda que procure que a definição desta correspondência seja o mais universal possível), correspondência sem a qual não existiria a possibilidade, pelas próprias qualidades intrínsecas do que é arquitectura, de um juízo de valor sobre a arquitectura. Uma perspectiva dogmática e pré-conceptual do problema da leitura e selecção das arquitecturas ditas de valor patrimonial, deixaria de fora muitos elementos e incluiria inutilmente muitos outros, uma vez que o que se procura determinar, quando se pretende aferir o valor de uma obra de arquitectura, é a sua correspondência ao ser humano (...)”*⁸⁰. Esta dubiedade, aliada à realidade temporal (os costumes da arquitectura na segunda metade do século XX que hoje são, naturalmente, diferentes), transportam este texto para o patamar das suposições. No entanto, quer as referências feitas, os dados citados, ou as valias atribuídas são, sempre, reais e rigorosas. A variação surge no desfecho, na conclusão final, na relevância dada a cada uma das fracções.

Partindo desse pressuposto, supõe-se que *“o conjunto de exigências existenciais a que um objecto deve corresponder para se poder admitir que tem função patrimonial”*⁸¹, seja aquilo a

⁷⁹ O valor Histórico prende-se com a ideia de transmissão de uma mensagem, marco de algo que terá existido e não mais existe. ABREU, 1996, p. 417.

⁸⁰ ABREU, 2007, p. 40.

⁸¹ Por *função patrimonial* considera-se o contributo (seja histórico, social, cultural) ou valor a que o edifício corresponde.

que se chama qualidade arquitectónica, fazendo coincidir a categoria de Património com a categoria de Arquitectura no seu mais elevado expoente”⁸².

Para tal, é igualmente importante compreender o contexto português da defesa do património. É na década 20 do século passado que, com a introdução do ensino da História em vários cursos superiores (sob a orientação de alguns dos grandes nomes da arquitectura nacional, como Marques da Silva, Joaquim de Vasconcelos e Aarão de Lacerda), começa a surgir uma nova linha de investigadores e arquitectos capazes de aplicar novos métodos de avaliação e contextualização, empenhando um conhecimento mais próximo da vanguarda europeia. Durante as duas décadas seguintes a tendência, no que concerne ao processo de classificação patrimonial, passa pela “*criação de colecções temáticas*”, cingindo o valor do edifício à sua representação estilística. Valorizava-se assim o edifício pela manutenção do seu “estado original”, eliminando-se todos os acrescentos anacrónicos e reconstruindo as partes alteradas “como devia ter sido”. Esta concepção permitia uma uniformidade de restauros por efeito de *copy-paste*. É no final dos anos 30, sob a influência da Carta de Atenas e da Carta de Restauro Italiana, que se começa a valorizar a hibridez do edifício. Exemplo desse novo método são as obras de restauro na igreja de Gatão onde, segundo relatório da DGEMN, não se “*pretendeu reconstituí-lo como ele devia ter sido na sua origem porque isso equivaleria a iludir, com a lei da própria fantasia (erudita ou não), a lei da verdade histórica – isto é, a mascarar com um monumento falso o verdadeiro monumento. Preferiu (-se), em contrário, aceitá-lo tal como o deixaram as inúmeras gerações de Portugueses que em várias épocas, reconstruindo-o bem ou mal, contribuíram louvavelmente para a sua conservação.*”⁸³ Por fim, os anos 70 e 80 surgem acompanhados com um forte debate teórico centrado nos binómios da arquitectura (cidade e ruralidade, construção e conservação) e na expansão do conceito de património (do monumento às áreas urbanas ou paisagens protegidas).

Em que consiste, então, a *qualidade arquitectónica* da Igreja do Divino Salvador de Joane? Parte dessa resposta foi já dada no subcapítulo anterior, dedicado à lista final dos bens inventariados pela DGEMN de 1965. Desta lista, de onde sobressaem, essencialmente, os painéis de azulejos, os cachorros românicos e, naturalmente, as pinturas a fresco, nada há a discordar. A divergência surge, aos olhos de hoje, na apreciação dada à história da igreja e, principalmente, à desvalorização da sua singular composição espacial. A existência de duas

⁸² ABREU, 2007, p. 42.

⁸³ TOMÉ, 2002, p. 138, 139.

naves, caso raro, se não único, em Portugal, seria, ou deveria ter sido, um elemento suficientemente relevante de provocar, no mínimo, uma forte e aberta discussão sobre a sua unicidade e autenticidade. No entanto, essa raridade é continuamente desconsiderada nos ofícios e cartas trocadas entre as duas repartições da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, como se pode confirmar na missiva, datada de 3 de Fevereiro de 1962, após a primeira visita à Igreja: *“trata-se de uma pequena igreja que sofreu através dos tempos alterações de vária ordem que desvirtuaram o seu valor inicial”*⁸⁴. Além disso, denota-se pouco apreço pelas ditas alterações, apoiando-se o seu *valor* no que o edifício *teria sido originalmente*, como se pode ler noutra correspondência de 7 e Novembro do mesmo ano: *“a actual Igreja de Joane – Vila Nova de Famalicão é uma construção de pequenas dimensões que sofreu através dos tempos diversas alterações que a desviaram do seu traçado inicial, restando apenas da construção românica a cachorrada da fachada Norte da Nave, uns restos da fachada principal e uma pedra encaixada na actual fachada Sul com feitiço de tímpano”*⁸⁵. Ora, como referido anteriormente, nas décadas de 50 e 60 o ensino do restauro em Portugal já defendia, aceitava e aplicava a mistura estilística num edifício. No entanto, essa concordância ocorria sempre dentro de um contexto de sobrevalorização de um estilo em relação ao outro, ou seja, o imóvel, quanto mais representativo fosse de uma fase da história arquitectónica nacional, mais *valor* tinha. Alguns teóricos, no início do século, defendiam inclusive que *“qualquer edifício que revelasse ‘raça portuguesa’ (origem, fundação) deveria ser monumento nacional”*⁸⁶, incluindo, assim, todos os edifícios medievais.

Por outro lado, o *valor* da Igreja do Divino Salvador de Joane não se resguarda, apenas, na sua qualidade interior. Também o seu aspecto exterior, algo simples e rústico, prima pela assimilação do tempo cronológico, que nem rugas da História (aquilo a que RIEGL chama de valor de antiguidade – os sinais do tempo).

Outro dado a acrescentar que, de algum modo, poderia ter levado à desconsideração do templo joanense é a sua localização em meio rural. Independentemente da realização do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa de 1961, que se baseou maioritariamente nos edifícios habitacionais, a construção religiosa rural, de menores dimensões, não suportada por ordens ou conventos, era alvo de menor estima.

⁸⁴ Retirado do website SIPA.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ TOMÉ, 2002, p. 23.

Asseguradas as características inerentes à Igreja e nela reconhecida, resta agora explorar os referidos destinos – demolição, restauro e abandono. Contudo, e porque a avaliação da *qualidade arquitectónica* não se rege apenas pelos critérios acima descritos, como se compreenderá no capítulo seguinte – *Uma Memória* – é impossível limitar prontamente uma solução. Em vez, propõe-se uma análise objectiva de cada hipótese e, a partir daí, compreender os prós e contras da mesma sob a análise do templo de Joane.

2.5.1 Demolição

Não sendo a linha de acção mais recente, até porque não pertence à ideologia da protecção do património, a demolição, mesmo que aparentemente destruidora, pode, e deve ser vista como uma acção revitalizadora e reorganizadora do espaço construído. A Arquitectura Moderna, a exemplo, defendeu o seu uso de modo paradigmático. Na sua procura por um novo modo de viver a cidade, consideraram que *“a mutação que transforma simultaneamente os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas europeias torna obsoletos os tecidos urbanos antigos. Os monumentos que aí se inserem aparecem de repente como obstáculos e entraves a derrubar ou a destruir para dar um lugar limpo ao novo modo de urbanização, ao seu sistema e às suas escalas viárias e parcelares”*⁸⁷. Este rompimento absoluto com o passado permitiu não só um novo pensamento sobre a cidade, mas, principalmente, que esta fosse entendida como um “órgão vivo”, capaz de se regenerar e crescer, facultando aos arquitectos espaço para a sua criatividade. Por outro lado, se à questão *tem valor patrimonial?* não se obtiver uma resposta coesa, apoiada em ideais (mais ou menos) estabelecidos, e se se apresentar, em contrapartida, uma alternativa ajustada às necessidades locais, a demolição pode ser uma justa possibilidade a ter em consideração. Não faltam, por entre os meandros da história, inclusive na história recente, exemplos de maior ou menor dimensão demolidos para que o tecido urbano prosperasse (caso da Igreja de S. Paio, em Guimarães, demolida em 1912, ou do teatro Príncipe Real, em Lisboa, demolido em 1957⁸⁸).

Ora, qualquer obra arquitectónica, de menor ou maior dimensão, encerra em si um valor arquitectónico e patrimonial. Porém, e tal como o indica a Carta de Atenas de 1933, nem todas podem ser categorizadas como protegidas, ou correr-se-ia o risco de banalizar essa mesma classificação. No caso da Igreja do Divino Salvador, as suas sucessivas alterações e acrescentos parecem ter retirado ao próprio templo parte da sua identidade e carácter artístico,

⁸⁷ CHOAY, 1999, p. 123.

⁸⁸ No caso da Igreja de S. Paio em Guimarães, a sua demolição ocorreu por motivos de higiene pública, de modo a aumentar o antigo largo S. Paio, hoje Largo António Leite de Carvalho.

transformando-o apenas num somatório de elementos de qualidade. Por outro lado, o seu estado crítico de conservação e reduzida dimensão (tendo em consideração, obviamente, a população que usufruía do templo) fizeram que esta perdesse a sua função primordial – ser um espaço de celebração eucarística para toda a comunidade cristã.

Neste sentido, descartada a sua salvaguarda (por falta de Identidade e unicidade) e o seu uso, a demolição (e, no caso concreto, construção do novo), mesmo que aparentemente agressiva, revela-se uma opção digna de revigorar o culto religioso local.

2.5.2 Restauro

Sendo, aparentemente, a opção de mais fácil escolha (basta reconhecer na obra os citados valores de Riegl), é, igualmente, a de mais complexa identificação. Não sendo intenção desta dissertação compreender e analisar os diversos critérios sólidos⁸⁹ que permitem discernir quais as especificidades que determinam o seu valor de preservação, pretende-se, independentemente, obter uma leitura subjectiva da obra de arquitectura, “*a sua correspondência ao ser humano, a sua capacidade de satisfazer*”⁹⁰. Para tal, invocam-se razões de índole cultural (Arte ou História), social ou mesmo económicas⁹¹, atribuindo-lhe, por vezes, uma legitimidade imaterial, sentimental (o seu efeito na pessoa, enquanto agente social). No entanto, a principal correspondência em defesa do restauro é mesmo a Memória⁹². Afinal, o Restauro “*é aquela disciplina que se coloca na charneira entre História e Arquitectura*”⁹³ e que “*tem por finalidade a propagação, na maior amplitude social possível, no presente e no futuro, do valor que foi reconhecido a um determinado objecto*”⁹⁴. Segundo CHOAY, à problemática do Restauro adiciona-se a relação entre três pontos fundamentais – memória histórica, memória afectiva⁹⁵ e utilização piedosa – que, não equilibrados, podem levar à musealização ou à ruína, até porque, “*ao reconstruir um tipo, concede-se um utensílio didáctico que restitui ao objecto restaurado um valor histórico, mas não a sua historicidade*”⁹⁶. Por outro lado, à prática do Restauro ou de processos idênticos, levanta-se a questão do seu significado, uso e intento, afinal, “*conservar é só garantir a subsistência da matéria ou só garantir a subsistência da forma?*

40. ⁸⁹ Critérios padronizados que determinam “*o valor da obra e das razões, ou carência delas, para a sua preservação*”. ABREU, 2007, p.

⁹⁰ ABREU, 2007, p. 40.

⁹¹ ABREU, 2007, p. 56.

⁹² Sobre este tema, ver o terceiro capítulo, intitulado de Memória.

⁹³ ABREU, 1996, p. 24.

⁹⁴ ABREU, 2007, p. 46

⁹⁵ Estes termos serão abordados e devidamente analisados no capítulo seguinte.

⁹⁶ CHOAY, 1999, p. 133.

*Será mais do que garantir a subsistência de ambas?*⁹⁷. Porém, e independentemente das suas condicionantes, o Restauro é, ainda hoje, o principal dispositivo de protecção e valorização do Património.

Para a freguesia de Joane, a necessidade de restauro da velha Igreja prendia-se, essencialmente, com a sua representação histórica. Se, em boa verdade, a sua classificação (ou proposta de classificação) se deveu, principalmente, à existência das pinturas a frescos na parede nascente, também é verdade que a sua especificidade espacial e multiplicidade física (a leitura dos seus acrescentos) apelavam a uma profunda reflexão sobre o seu valor. Actualmente, esta arquitectura de origens rurais, outrora alvo de menor estima, que “*embora sem arquitectos*” apresenta “*qualidades funcionais e valores pitorescos, etnográficos e até técnicos, mostrando (...) por vezes perfeitas adaptações aos sítios e às funções*”⁹⁸, é tida como elementar na sociedade portuguesa. Ora a Igreja do Divino Salvador, mesmo que esteticamente pouco aprazível, era, nitidamente, símbolo histórico e artístico, local e regional (e por artístico entenda-se não só os frescos, mas igualmente os altares em talha dourada e os painéis de azulejos), merecedora, portanto, do reconhecimento do seu *valor*.

2.5.3 Abandono

O Abandono, teoria muito defendida em finais do séc. XIX por teóricos como Ruskin e Morris, teve (e tem) grande expressão em países como a Inglaterra. Segundo esta prática de defesa do construído, mais importante que restaurar, é conservar no tempo, mantendo as características e o “*carácter sagrado*”⁹⁹ do edifício, ou, parafraseando Victor Hugo, “*consolidá-los, impedi-los de cair, é tudo o que se deve permitir*”¹⁰⁰. No fundo, o Abandono surge como uma acção complementar e contraditória das referidas anteriormente – Demolição e Restauro. Se, por um lado, apresenta-se, tal como o Restauro, como um meio de preservação (não intervencionista) da obra, por outro, admite a existência do tempo actual, remetendo esses mesmos edifícios para o passado sem, contudo, os eliminar. Em contrapartida, remete o Restauro para uma linha de falsificação monumental, admitindo que “*ao reconstruir um tipo, concede-se um utensílio didáctico que restitui ao objecto restaurado um valor histórico, mas não a sua historicidade*”¹⁰¹.

⁹⁷ ABREU, 2007, p. 32.

⁹⁸ ALMEIDA, C., *Património – Riegl e Hoje*, 1993, p. 410.

⁹⁹ CHOAY, 1999, p. 130.

¹⁰⁰ CHOAY, 1999, p. 133.

¹⁰¹ CHOAY, 1999, p. 133.

Actualmente, é possível reconhecer esta acção em edifícios e espaços como castelos, antigos aquedutos de transporte de água ou, por exemplo, em ruínas como as da Igreja do Carmo em Lisboa.

Não sendo uma prática que se coaduna com todo o tipo de arquitectura, o Abandono apresenta-se como um meio-termo entre o restauro e a Demolição. Se, por um lado, reconhece na Velha Igreja de Joane um valor patrimonial, por outro, retira-lhe a sua função inicial, *musealizando* o seu espaço e permitindo a acção corrosiva do tempo. No fundo, muito mais importante do que a sua utilidade e forma é a sua simbologia. Mantendo a sua existência, preserva-se igualmente a sua história e a daqueles que a testemunharam, comprovando a transitoriedade das obras humanas e, em especial, da freguesia de Joane.

2.5.4 Manipulação

Não constando da listagem inicial, a prática da manipulação refere-se aos acrescentos, ao alterar, à demolição de partes para construir novo. Comum até ao século XX e ao aparecimento da ideologia da preservação do património, a sua utilidade perdeu-se na história recente, muito por se considerar que tal acção corrompia a originalidade do edifício. O caso em estudo, A Igreja do Divino Salvador, em Joane, é um exemplo paradigmático desta prática, desde a duplicação da nave, que alterou por completo a sua imagem, até ao acrescento da torre. Este último é, inclusive, dos exemplos mais comuns de intervenção, a par da abertura de janelas e óculos.

Independentemente dos enredos da História ou da acção que fosse mais propícia à Igreja, a atribuição de *valor patrimonial* a um edifício baseia-se em três linhas de valores – artístico, histórico e sentimental. Reconhecidos os dois primeiros, resta compreender em que base se assenta o terceiro nível. O *valor sentimental* reside na evocação de razões culturais e sociais, assente em experiências pessoais e colectivas. Por esse mesmo motivo, a avaliação de um edifício não se pode apenas concentrar na sua fisionomia e na sua história, mas, igualmente, na sua subjectividade, nas recordações que acalenta, na envolvente que agrega. Resumindo, na sua Memória.

“A memória é a consciência inserida no tempo.”¹⁰²

¹⁰² Fernando Pessoa.

E, entretanto, passaram-se quase 40 anos. Nasceu um novo século e o país modernizou-se. Criaram-se novos meios de comunicação, vulgarizaram-se os meios de transporte e até a pacata freguesia de Joane passou a denominar-se de Vila. A sua população mais que duplicou (passou de 3042 residentes em 1950 para 8089 em 2011¹⁰³) e surgiram novas valências, como o é exemplo as escolas (incluindo uma secundária). Quanto à pequena igreja do Divino Salvador, essa é, agora, nada mais que uma memória.

Neste terceiro capítulo pretende-se compreender o legado da Igreja na freguesia, estudando a relação que a sua população – uma geração depois – tem tanto com a velha como com a nova igreja. Deste modo, e avaliando o *valor*¹⁰⁴ do edifício nas pessoas, importa expor as mudanças e fragilidades da pós-demolição e, igualmente, reflectir sobre os critérios usados nas várias decisões tomadas ao longo destes 40 anos (a terminar pela manutenção e restauro da torre da igreja velha). Conhecida a história, o problema e o contexto¹⁰⁵, resta, agora, analisar a dúvida sob a pertinência contemporânea, numa resposta que, dificilmente, será clara e objectiva, assim como não o são os seus padrões de análise.

Em primeiro lugar, e para melhor compreender o legado da Igreja, aborda-se o conceito de memória, dentro das suas diferentes linhas de acção – memória formal, temporal e afectiva - e o que dela retiramos hoje, em 2016, na vila de Joane. A linguagem da Memória, essencial para a construção de uma identidade – seja ela individual, colectiva ou social – requer, obrigatoriamente, uma recordação, e o edificado – ou o monumento – são, indiscutivelmente, a sua melhor representação. No fundo, “*é a compreensão do Monumento como possibilidade privilegiada e, em certo sentido única, de habitar a Memória*”¹⁰⁶.

Partindo do estudo e compreensão da Memória, expõem-se as dúvidas e dicotomias da arquitectura que regeram a história da Igreja do Divino Salvador de Joane. Tal como referido na Introdução, neste capítulo abordam-se questões teóricas, muito ligadas às noções de tempo, lugar e identidade, que influenciaram (e influenciam) o pensamento da Arquitectura, em geral, e a relação da população com esta, em particular. Pretende-se assim responder (ou, pelo menos, tentar responder) às diversas dúvidas levantadas ao longo desta dissertação sabendo que, inegavelmente, muitas dessas questões pertencem, ainda, ao espectro dos debates actuais.

¹⁰³ Valores obtidos dos Censos de 1950 e 2011.

¹⁰⁴ Valor surge aqui não no sentido monetário, mas no sentido simbólico, memorial e afectivo.

¹⁰⁵ Entenda-se por *problema* a destruição da Igreja do Divino Salvador e por *contexto* a localização, a sociedade, a política (de defesa do Património em especial) e, obviamente, os anos de acção.

¹⁰⁶ ABREU, P., *O Destino do Monumento*, 2009, p. 256.

3.1 Desmemoriados¹⁰⁷

*“Carência, luto, memória, tempo, identidade, melancolia, nostalgia – são algumas das (muitas) palavras (dos conceitos, ou vivências) que, como se sabe, gravitam em torno da nebulosa do património e da conservação (...)”*¹⁰⁸

Segundo a mitologia da Grécia antiga, a origem das divindades surge com a união de *Gaia* (a Terra) e *Úrano* (o Céu), dos quais, entre a sua vasta descendência, surge *Mnemósine*, a deusa da Memória (do verbo grego *mimnéskein*, lembrar). Da sua relação com Zeus, nascem nove filhas, conhecidas como as nove *Musas*¹⁰⁹, protectoras das artes e ciências (designadamente, a eloquência, a história, a poesia, a música, a tragédia, as canções dedicadas aos deuses, a comédia, a dança e a astronomia)¹¹⁰. O termo Memória remete assim para uma recordação, a conservação de uma ou mais experiências anteriores que se manifestam por hábitos ou lembranças¹¹¹, resgatando-as para o presente e eternizando-as no futuro. “*O lugar da Memória é, pois, o lugar da imortalidade*”¹¹². No entanto, a Memória, ao contrário da História¹¹³, existe apenas na interdependência entre o passado e o presente do Eu, possuindo “*o estatuto de consciência, assegurando ao individuo a sua história e o conhecimento de si próprio*”¹¹⁴. No fundo, embora esta tenha “*os seus referentes situados no Passado, ela é coisa do Presente*”¹¹⁵, até porque permite, dentro da sua dinâmica, “*projectar o conteúdo da nossa consciência para fora da estrita experiência do Presente*”¹¹⁶ ou, de certo modo, “*reactivar o Passado*”¹¹⁷.

Porém, em que suportes se sustenta essa Memória? Será no edificado, no lugar, nas tradições, na linguagem, nas lendas? Todas elas, de modo mais fidedigno ou artificial, mais perdurável ou esquecível, representam, socialmente, um legado memorial, um “*depósito da qualidade humana*”¹¹⁸. Nesse sentido, a Arquitectura, na sua perenidade, adquire um papel essencial na defesa (e talvez criação) da Memória. Facilmente se reconhece, na longa história

¹⁰⁷ Termo referido em PINHEIRO, E., DUARTE, C., *Esquecimento e Reconstrução*, 2008, p. 76.

¹⁰⁸ GUILLAUME, M., *A Política do Património*, 2003, p. 17.

¹⁰⁹ ROSÁRIO, C., *O Lugar Mítico da Memória*, 2002.

¹¹⁰ LOURO, M., *Memória da Cidade Destruída*, 2015, p. 22.

¹¹¹ *Memória* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-08-05 16:31:37]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/memoria>.

¹¹² ROSÁRIO, 2002.

¹¹³ Entenda-se por História a disciplina teórica, cujos referentes se centram na vertente racional, documental, analítica e objectiva.

¹¹⁴ LOURO, 2015, p. 22.

¹¹⁵ ABREU, 2007, p. 196.

¹¹⁶ JORGE, J., *Os Objectos, Artíficos da Memória*, 2009, p. 265.

¹¹⁷ ABREU, P., *Arquitectura: Monumento e Morada*, 2007b, p. 6.

¹¹⁸ ABREU, 2007b, p. 3.

das civilizações humanas, exemplos da importância do edificado (ou monumento) para a compreensão do passado e das vivências dessas mesmas populações. Os espanhóis e os portugueses, nas suas conquistas por território americano, destruíram as povoações indígenas de modo a criar uma nova ordem e sociedade. Outro exemplo são as antigas civilizações romanas e etruscas, que habitaram comumente a península itálica. Enquanto dos primeiros existe uma elevada informação, seja sobre o seu modo de vida, sobre a estruturação da sua sociedade ou da sua política, sobre os etruscos pouco (ou quase nada) se sabe. Tal acontece porque os povos de Roma confiavam a sua identidade (a sua Memória Colectiva) na arquitectura, nas obras monumentais, ao contrário dos povos da Etrúria, que a delegavam ao indivíduo, essencialmente sacerdotes e governantes¹¹⁹.

Também os arquitectos reconhecem a influência da Arquitectura na Memória (e, em certo sentido, da Memória sobre a Arquitectura). John Ruskin, numa das suas mais famosas afirmações, exalta o poder da Arquitectura como a “*mais forte*” defensora da Memória¹²⁰, acrescentando ainda que “*podemos viver sem (a arquitectura), adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar*”¹²¹. Esta estreita relação que Ruskin atribuiu entre a Arquitectura e a Memória surge ligada à Identidade (seja como Eu individual seja como sociedade) e a uma valorização afectiva da vivência do objecto construído. Muito mais importante que a sua função, o edifício tem um valor (Choay refere-se-lhe como “*valor de devoção*”¹²²), um sentido, é testemunho das gerações passadas. Para o autor, “*a Arquitectura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser*”¹²³. No fundo, ao identifica-la “*como maior defensora da Memória, Ruskin introduz a ideia que legitima o Património: toda e qualquer expressão humana contribui para o conhecimento que o homem tem de si próprio e da sua essência*”¹²⁴.

Contudo, nem mesmo a Memória é, em si, um termo homogéneo. Esta exprime-se de modos diferentes. Um exemplo disso são as memórias que, por vezes, retemos de algum objecto do nosso passado. É possível recordar um relógio usado durante a adolescência pelo seu valor monetário (e consequentes cuidados para não o danificar) ou, em vez disso, relembra-lo

¹¹⁹ VIEGAS, I., *Arquitectura e Memória*, 2012, p. 66.

¹²⁰ “*Não há senão dois fortes vencedores do esquecimento dos homens, Poesia e Arquitectura. E a última de algum modo inclui a primeira e é mais forte na sua realidade.*” Apud. ABREU, 2007b, p. 1.

¹²¹ Apud. CHOAY, 1999, p. 121.

¹²² CHOAY, 1999, p. 121.

¹²³ Apud CHOAY, 1999, p. 121.

¹²⁴ VIEGAS, 2012, p. 103.

por ter sido oferecido por alguém de grande estima. Assim, também a Memória na Architectura actua sob diferentes linhas de acção – formal (que advém do lugar, o espaço, o uso), temporal (do tempo, as vivências passadas) e afectiva (da relação sensorial com o Eu individuo). Estas linguagens, já perceptíveis na estruturação que Riegl faz sobre o Monumento, configuram a base de entendimento que cada um tem sobre o lugar que habita e do qual é parte integrante. *“É, pois, na relação entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado que se ancora a estabilidade da colectividade que habita a cidade, fundamentalmente, na relação entre o tempo e o espaço. Atribuir características espaciais ao passado, de ordem temporal, remete-nos para uma materialidade de sensações. Por isso, cada movimento, distância, cor ou cheiro provoca-nos uma experiência diferente, que nos encaminha para um tempo distinto”*¹²⁵.

¹²⁵ VIEGAS, 2012, p. 71.

3.2 Um Lugar Memorizado

Todavia, até que ponto a relação da Memória se prende “apenas” ao edificado? Ter-se-á o passado, esse elemento aglutinador da sociedade, perdido com a demolição da Igreja? Essa Memória, baseada na Identidade, requer toda uma ordem espacial, assente nos elementos físicos – as casas, ruas, cultivos – em suma – o lugar. Ora, se a um edifício arquitectónico se atribui o valor memorial de um indivíduo, ao seu aglomerado, atribui-se toda uma memória colectiva. O lugar, seja cidade seja uma pequena aldeia, possuiu *“num grau mais ou menos constrangedor, o duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo”*¹²⁶. Muito mais do que lugar de habitação, *“elas são a garantia da nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana”*¹²⁷. Na realidade, é a própria *“apreensão da memória (que) conduz, desta forma, à construção do sentido urbano; faz emergir os significados e valores dos lugares, atribuídos por indivíduos que nele estão, fomenta as ligações simbólicas entre o ambiente de uma pessoa e suas crenças essenciais e, principalmente, nos faz olhar para as imagens e prioridades dos usuários conjuntamente com o ambiente físico”*¹²⁸. O espaço construído, muito mais que um aglomerado indistinto e, não raras vezes, desordenado, é um fixador de camadas de memórias, do seu desenvolvimento nasce a harmonia do hábito, ou, melhor ainda, o *genius locci*¹²⁹.

Também na vila de Joane a sabida necessidade de construir uma nova Igreja passava pela apreensão das memórias do culto. Na escolha de um terreno para implantar o novo templo, além das referidas justificações monetárias, importava aqui reconhecer a *memória do lugar*. No conceito religioso, invoca-se o *terreno sagrado*, campanário de centenas de corpos e rostos sem nome ali enterrados ao longo dos séculos. Neste caso em particular, a sua ligeira elevação e localização central na vila, transportam para a ideologia do cosmos e da transcendência (Deus no centro).

Por outro lado, e talvez mais forte do que o sentido do lugar de construção do templo, é a manutenção das práticas rituais. Um exemplo próximo da importância da Arquitectura na Memória foi a submersão das aldeias de Vilarinho das Furnas, no Gerês, e da Aldeia da Luz, no Alentejo. Em ambos os casos, perderam-se referências geográficas, sociais e afectivas. No caso

¹²⁶ CHOAY, 1999, p. 159.

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ PINHEIRO, DUARTE, 2008, p. 77.

¹²⁹ Termo de origem latina, representava para os antigos Romanos o *espírito do lugar*, responsável pela configuração e protecção da cidade. Em 1979-80 o conceito é resgatado para a teoria da arquitectura pelas mãos de Christian Norberg-Schulz, arquitecto norueguês, que se lhe refere como o *carácter do lugar*, o que o identifica e caracteriza como espaço habitacional.

da Aldeia da Luz, a população foi transferida para uma nova área construída, contudo, a relação com o espaço – o lugar – foi, obrigatoriamente, alterada. A nova aldeia surge, assim, como uma reprodução, uma cópia da anterior, sobre a qual a população exprime uma certa desconexão – esta não transparece a *sua*¹³⁰ história. Já o exemplo de Vilarinho das Furnas é ainda mais aterrador. Neste caso, os antigos moradores, que partilhavam uma vida comunitária, foram alocados nas freguesias vizinhas, desenraizados dos seus hábitos e costumes. Muito mais revelador do que simplesmente destruir o seu local de habitação, a submersão destas aldeias, pela construção das barragens, derrubou as crenças e ritos locais, induzindo-os num novo modo de vida.

O mesmo não se pode deduzir da demolição da Igreja do Divino Salvador. Com a edificação do novo templo em terreno comum, mantiveram-se tradições, percursos e rotinas. Os caminhos palmilhados de casa até à igreja continuam os mesmos, as procissões religiosas seguem o mesmo trajecto, tiram-se as fotografias de casamento na mesma escadaria¹³¹. E, contrariamente ao ocorrido na Aldeia da Luz, em que a população sente que a actual localidade é mera imitação da velha freguesia, agora submersa, em Joane, não havendo essa tentativa de reprodução, a relação – seja ela física ou visual - dos locais com o edificado alterou-se naturalmente (não existe uma réplica, existe algo novo). Por outro lado, a apropriação de alguns elementos da velha igreja – incluindo os considerados de salvaguarda – como os painéis de azulejos do séc. XVI, a talha dourada dos altares principais, a pia baptismal, e claro, as peças e estatuárias de culto, possibilitou que a adaptação ao novo edifício não se afigurasse lesiva. Para além disso, e como já foi anteriormente citado até algumas práticas mais incomuns foram asseguradas no projecto arquitectónico da nova igreja, como a duplicação de sacristias. Deste modo, a população reconhece no novo espaço um *carácter* religioso¹³².

Por fim, importa relembrar que as celebrações litúrgicas já se realizavam na nova igreja desde 1966, mais de dez anos antes da demolição. Por isto pode-se, talvez, deduzir que a população joanense viveu um processo de adaptação e alteração lento, permitindo uma transferência pausada dessas experiências memoriais. No fundo, permitiu-se, mesmo que contra vontade, a

¹³⁰ Entenda-se a história da aldeia, mas também dos seus habitantes.

¹³¹ A importância desses caminhos decorre também da sua historicidade. Já no séc. XVII é pedido que ocorram obras de alargamento e restauro em algumas vias da freguesia para que as procissões e a “*administração dos sacramentos*” ocorressem sem perigos maiores. SALGADO, 1978, p. 54

¹³² Um exemplo dessa falta de reconhecimento seria a igreja de Santa Maria, em Marco de Canaveses, projectada por Siza Vieira (1996). A inexistência de figuras santas ou imagens religiosas no seu interior provocou um grande alarido junto dos habitantes locais, que não reconheciam naquele espaço límpido uma identidade católica. A sua *memória* (ou imagem de representação) de uma igreja não se coadunava com aquele espaço.

criação dessas relações formais, temporais e afectivas com o novo templo antes de efectivada a perda da antiga construção.

Na vila, a destruição da igreja passa, hoje, de certo modo despercebida. A manutenção dos rituais semanais, dos percursos religiosos, faz com que a demolição da igreja velha não tenha sido completa. Desfez-se o edifício, mas não o sentido. Poder-se-á então dizer que a memória do lugar é mais forte que a memória da velha igreja.

Hoje, na vila de Joane, o culto religioso mantém-se no mesmo lugar, mas sob um tecto diferente.

3.3 Pertinência contemporânea

Já aqui se discorreu sobre a história da igreja, sobre os seus bens, a sua memória e as relações espaciais do seu lugar. Falta agora reflectir sobre a sua finalidade e, consequentemente, o seu *valor*.

A resposta à pergunta *tem valor patrimonial?*, ainda que simples e aparentemente categórica – sim ou não – atravessa um vasto conjunto de contornos não lineares. É impossível catalogar ou tabelar a avaliação de uma obra arquitectónica, pois correr-se-ia o risco de prejudicar e desprezar certas obras, umas em relação a outras (um edifício de grande dimensão não é, obrigatoriamente, mais rico patrimonialmente que uma pequena habitação ou, até, que um cruzeiro ou praça). Essa valorização parte do equilíbrio da experiência da realidade, de uma visão crítica (que implica um juízo de valor) e de uma disciplinada e coerente construção de um todo unitário (nas relações entre Memória, Património e Realidade).

Para atribuir a um edifício um valor patrimonial é necessário reconhecer-lhe dois caracteres fundamentais. O primeiro baseia-se na história, no carácter documental do edifício e na sua capacidade de veicular uma Memória. O segundo assenta na relação existente entre o Indivíduo e a Arquitectura, no lado humano e sentimental que lhe é atribuído (já Ruskin defendia que os edifícios antigos *“falam connosco, fazem-nos escutar vozes que nos envolvem num diálogo”*¹³³). No fundo, na sua Identidade, a sua *“dimensão imaterial, que é a dimensão do sentido”*¹³⁴. Assim sendo, o caminho para a resposta à pergunta *tem valor patrimonial?* passa pelo reconhecimento do *valor* da Memória e da Identidade na Arquitectura. Ora, facilmente se reconhece essa Memória na demolida Igreja do Divino Salvador, seja pela sua história ou pelo acompanhamento do devir do Homem (as suas alterações e marcas do tempo são vistas como rugas do edifício, aproximando a realidade deste à do ser humano). Em contrapartida, os sucessivos acrescentos transformaram a igreja num somatório de elementos algo confuso, retirando-lhe hipoteticamente unidade e referencialidade (seja na alusão a uma época, seja na sua notoriedade espacial). Perdendo essa Identidade, o templo perdeu igualmente o seu *valor de beleza*.

Por outro lado, e se Memória e Identidade não existem sem uma população, então a resposta não pode ser dada sem o conhecimento do contexto local (social, económico ou histórico), e da relevância do construído neste. Para tal é importante perceber a afinidade da

¹³³ CHOAY, 1999, p. 121.

¹³⁴ REIS, 2009, p. 185.

população para com a Igreja. Ora, o contexto de Joane foi-se modificando desde o início do séc. XX até ao séc. XXI. De freguesia de base rural, agrícola, ao surgimento da indústria têxtil (a fição e tecelagem sempre foram parte integrante do trabalho doméstico no vale do Ave), a região vê a sua estrutura económica e social alterar-se, com a população e a paisagem a moldar-se a uma cultura de trabalho fabril não especializado. O número de habitantes aumenta, ainda que esse desenvolvimento não se expressasse em qualidade de vida – a escolaridade mantinha-se baixa (até porque o trabalho infantil era comum) o acesso à saúde continuava residual e os salários eram precários. Hoje, Joane é uma vila pulsante, com oferta escolar adequada, serviços médicos e culturais, com uma base comercial relativa e vários serviços educacionais, ocupacionais e estatais. Do que se vê e conhece, já pouco lembra esse passado de labor e vivência sofrida. Manter essa Memória presa à Igreja do Divino Salvador (recorde-se, era antiga, em más condições, sombria e pequena) seria recusar essa mesma evolução, em especial de um passado que em nada influencia ou dita regras na actualidade. *“Ter existido não é, portanto, condição de qualidade”*¹³⁵ A demolição da velha igreja, ainda que perturbadora pelo modo como ocorreu, não é, nem deve ser considerada com uma perda incalculável para o meio arquitectónico português e local.

Agora, uma geração depois, a arrasada igreja do Divino Salvador é uma sombra na memória da população da vila. Os mais novos, que nunca a conheceram, relativizam a sua história, alguns desconhecendo mesmo a sua narrativa. Para os mais velhos, também a memória se tende a perder. Nascidos num meio de luta pela sobrevivência, onde o trabalho ocupava grande parte do dia e o contacto com a cultura fazia-se apenas nas festas da aldeia ou através da televisão, a velha igreja não detinha, para a maioria destes, qualquer valor, fosse artístico, arquitectónico ou histórico. Para outros, a sua degradação sobrepunha-se à sua identificação humana, à sua Arte (o seu âmbito afectivo, que provoca sensações, como espanto ou comoção).

Contudo, como aceitar o desaparecimento de um edifício secular num mundo globalizado em que guerras e catástrofes naturais originam a (re)criação de património?¹³⁶ Como contrabalançar estas correntes consumistas de história e feitos épicos com uma sociedade tão

¹³⁵ COELHO, C., *A Questão do Arquitecto*, 2008, p. 30.

¹³⁶ Exemplo de cidades como Dresden, na Alemanha, que, durante a 2ª Guerra Mundial, foi fortemente bombardeada e os seus principais edifícios históricos ruíram. Alguns, como a casa da Ópera ou a Igreja Frauenkirche foram reconstruídos segundo o seu projecto original.

dispar e acelerada? Como sobreviver nesta dialéctica entre recordar e esquecer? A retórica populista de tudo conservar expressa-se em espaços museológicos repetidos ou em reconstituições históricas comuns um pouco por todas as cidades. O direito à preservação confunde-se assim com um desejo de ser ou pertencer a uma herança cuja sociedade actual, continuamente em transformação, tende a marginalizar. A facilidade de movimentação, dentro e fora de fronteiras, as redes sociais que permitem, hoje, estar em contacto, *in real time*, com qualquer parte do mundo provocaram um desenraizamento social. A ideia de “pertencer” a um lugar, a uma terra, tornou-se obsoleta. Essa transformação e mudança urbana, lida na relação entre *“o que se mantém, o que se transforma, o que se destrói e como se executam”*¹³⁷ cada um desses processos define-se na identificação e relevância dada pelas sociedades às diferentes camadas do construído. Novamente, é nesse vínculo entre o ser humano e o edificado – a igreja – que reside o seu *valor*. No fundo, é a *“capacidade do homem lhe dar continuidade ou de o substituir. De o fazer verter de uma epifania de lugar, constituindo-se como lugar de memória, ou decretando-o ao papel omissivo de uma existência que já não é indispensável”*¹³⁸. Aceitar, deste modo, o desaparecimento da velha igreja parte do reconhecimento do seu carácter e temporalidade, de determinar o valor da sua forma e função, de consentir o seu esquecimento. Aceitar, aparte toda a polémica e diferentes pontos de vista, a destruição como factor de continuidade, ou como impulsionador de uma mudança¹³⁹.

E se fosse hoje? Se a construção de um novo templo estivesse a decorrer agora mesmo, no mesmo lugar? Qual seria a posição das entidades competentes? E da população (não só a joanense, directamente implicada, mas também da sociedade em geral)? Pressupondo que estaria salvaguardado o destino das peças classificadas como *valor patrimonial* (incluindo as que foram devastadas, como as pinturas a fresco e a cachorrada romana) estariam as mesmas dispostas a abdicar da velha igreja? Provavelmente a resposta seria não¹⁴⁰.

¹³⁷ MONTANER, J., *Arquitectura e Política*, 2015, p. 159.

¹³⁸ VIEGAS, 2012, p. 103

¹³⁹ O termo mudança tem aqui um duplo significado. Se, por um lado, e num espectro mais restrito, refere-se à mudança de um edifício – a velha igreja pelo novo templo – que implica uma nova relação com o espaço, por outro lado, num nível mais abrangente e não linear, aplica-se a todo o debate sobre o desenvolvimento social e económico (também presente na Arquitectura). Afinal, *“a própria noção de sociedade implica uma noção de mudança permanente e inelutável”* (COELHO, 2008, p. 27).

¹⁴⁰ Só seria demolida se a sua existência prejudicasse algo – fosse a saúde dos que a usam, fosse a sua localização no meio de uma estrada (ver exemplo do capítulo património). Para deixar de existir, tinha de haver uma função que lhe fosse superior.

Existe, actualmente, uma forte valorização do Património. Da sua expansão tipológica¹⁴¹ à classificação de áreas inteiras, a sociedade vive aprisionada em títulos de protecções, classificações e imóveis de interesse. A defesa do património surge assim dependente duma política do património, quase sempre associada a espaços de turismo e recreação – desde as pousadas de juventude aos hostels, passando pelos bares dos centros históricos. A ideia de museificação dos edifícios, mas, especialmente, das cidades, resulta da *“separação entre sociedade e cidade. O centro, em vez de ser vivido e actualizado, é visto como um lugar de turismo, de observação, de conservação, de desactualização e, como tal, de descontinuidade espacial e temporal”*¹⁴². O património construído apresenta-se assim como um objecto intocável, inviolável, ao qual apenas se pode expressar admiração, não usufruir na sua totalidade – na sua finalidade. Porém, ao agir num *“sistema arquivista, onde se procura inventariar tudo, o património perde a sua função construtiva de identidade”*¹⁴³ e acentua-se essa ligação a um passado *“que não pertence mais à continuidade do futuro e que mais nenhum presente ou futuro virão aumentar”*¹⁴⁴. Mas este *“processo de patrimonialização das sociedades contemporâneas”*¹⁴⁵ não se cinge apenas aos elementos históricos, enquadra também *“os objectos do passado recente e mesmo do presente”*¹⁴⁶ cuja salvaguarda permite *“adiantar e compensar o seu desaparecimento programado”*¹⁴⁷. Essa excessiva atribuição de valor patrimonial tem, naturalmente, efeitos negativos. Por um lado, diminui o raio de acção dos arquitectos, retirando-lhes, por vezes, a disponibilidade criativa. *“A preservação de obras feitas no passado pode impedir a criação de novas obras, mais adequadas às circunstâncias do momento, e assim, muitas vezes, esta preservação não está a construir memória, mas sim a destruir as possibilidades do presente”*¹⁴⁸. Por outro lado, essa nostalgia para com o passado rapidamente se transforma em exibição patrimonial, cuja prática retira dinamismo e Identidade ao seu contexto - ao lugar. É na procura de um equilíbrio entre conservação e construção, passado e futuro, função e arte que o Património se constitui como potencializador de cidadania.

¹⁴¹ REIS, 2009, p. 189

¹⁴² COELHO, 2008, p. 30.

¹⁴³ VIEGAS, 2012, p. 103.

¹⁴⁴ CHOAY, 1999, p. 119.

¹⁴⁵ REIS, 2009, p. 189

¹⁴⁶ GUILLAUME, 2003, p. 35

¹⁴⁷ Idem, ibidem.

¹⁴⁸ COELHO, 2008, p. 30.

3.4 Uma Torre Esquecida

Aparte toda esta consideração, é fundamental ressaltar que a história da Igreja do Divino Salvador não terminou com a sua demolição. Para além da incorporação de alguns dos seus objectos na nova igreja, ela mantém-se viva ainda hoje, em pleno séc. XXI, com a preservação da torre sineira. Se, naquele fatídico amanhecer de 11 de Março de 1978, a sua salvação dependeu de motivos práticos - a edificação da nova igreja, à época, ainda não estava terminada (ainda que aí já se celebrassem missas), faltando a fachada frontal, na qual se inclui a torre, pelo que a



Ilustração 23 – Fotografias do antes e pós demolição. Na primeira é possível verificar em que estado se encontrava a nova igreja, com praticamente toda a nave construída (tapada com painéis de madeira). Na segunda imagem o momento após a demolição do velho templo. (fonte: SIPA)

sua substituição não estava assegurada. Por esse motivo, era necessário manter a velha estrutura sineira, relevante dispositivo de informação local (fosse em assinalar as horas e eucaristias, fosse, obviamente, avisando dos óbitos ocorridos). Porém, após a finalização das obras, já não existiam motivos funcionais para a sua manutenção. Ainda assim, a torre manteve erigida, mesmo que abandonada. Joane, de terra sem igreja passou a terra com duas torres. Sobrou, assim, personificada na torre oitocentista, a lembrança da velha igreja.

Abandonada durante largos anos, a torre sineira foi, por muitas vezes, objecto de pressão social, alvo de vários pedidos de restauro. Se a demolição da velha igreja foi, ainda que muito contestada, razoavelmente aceite pela generalidade dos habitantes locais (num processo que, naturalmente, durou algum tempo), o mesmo nunca esteve em causa para a torre. Esquecida a sua função, a torre sineira passou a símbolo local, memória, não tanto de uma igreja histórica, mas de todo um processo de demolição ilegal que afectou fortemente os joanenses. Mais do que

herança, a torre transformou-se numa lembrança. Uma metáfora da revolta pelo modo como foi destruído o velho templo.

Com a chegada do novo século cumpre-se a exigência de restaurar e limpar a estrutura sineira (orçado em 10 mil euros). Mais tarde, em 2011, é elaborado, pelo Departamento de Arquitectura e Urbanismo da Câmara de V. N. Famalicão, um projecto para uma capela mortuária, a construir do lado sul da torre, indexada à mesma. A torre ganhava assim um novo corpo.



Ilustração 24 – Antes e após as obras de restauro da torre sineira (fonte imagem 1: <http://viladejoaneaminhaterra.blogspot.pt/search/label/Patrim%C3%B3nio%3A%20Igreja%20Velha>. Fonte imagem 2: por Daniela Sousa).

Ora, se a demolição da velha igreja permite uma profunda reflexão sobre o uso e protecção dos edifícios históricos, também a reutilização e integração destes, ou de seus elementos em novos projectos merece uma longa consideração. Não existindo oportunidade para um estudo aprofundado do mesmo, fica aqui uma pequena reflexão acerca deste caso.

Joane conta com outras cinco capelas, sendo que apenas duas não são de âmbito privado – capela dos Santos Passos e capela S. Bento. Era, nesta última, que ocorria a homenagem e despedida do ente querido antes da cerimónia fúnebre (na igreja matriz). No entanto, nem sempre era possível recorrer a esta capela, fosse pelas festividades que aí têm lugar, fosse pela infeliz coincidência de haver mais do que um óbito. Para além disso, a distância entre os dois templos obrigava a percorrer caminhos de grande tráfego viário no centro da vila. A construção de uma capela mortuária, que oferecesse melhores condições de recolhimento era essencial. A sua localização, junto à velha torre, permitia estabelecer uma ligação simbólica ao espaço

sagrado e, ao mesmo tempo, compatibilizar as volumetrias da nova igreja e da velha torre sineira. A incorporação da torre permitia, igualmente, devolver-lhe o seu uso (ou corpo), a sua utilidade, deixando assim de ser apenas a “sobra” da velha igreja do Divino Salvador.

No entanto, essa ‘incorporação’ não chega realmente a acontecer. Se, em boa verdade, a forma, espacialidade e orientação desta nova capela advêm da sua relação (e, em certo modo, dependência) com a torre – e não com a igreja matriz – o seu afastamento para com a mesma, permite que os edifícios sejam, igualmente, lidos como dois objectos autónomos. Por outro lado, a sua implantação do lado sul da torre gera uma ascensão de escalas com uma forte simbologia religiosa.



Ilustração 25 – A nova capela mortuária e a sua relação com a antiga torre sineira (fonte: fotografias por Daniela Sousa).

Ora, a evolução urbanística, económica e social da vila de Joane depende, e muito, do aparecimento de novas valências, pelo que também é importante que a sua memória e herança não se percam ou, especialmente, se esqueçam. O projecto da capela mortuária era uma boa oportunidade – pela sua localização e proximidade com a torre – de avivar essa recordação. Exemplo idêntico dessa acção de recordação é o projecto de Fernando Távora na praça de Santiago na cidade de Guimarães, em que se manteve marcado no pavimento o local onde existiu uma capela dedicada ao santo, o mesmo que deu nome à praça. Tal acção permite que mesmo não havendo construído, se identifique no espaço a sua pré-existência. Mesmo que em Joane tal não tenha ocorrido, a sua construção implica, certamente, um diferente aproveitamento do espaço e relação com a torre sineira.

4/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquando do início do estudo da Igreja do Divino Salvador de Joane e, respectivamente, da presente dissertação, a tendência ideológica era bastante clara – a demolição do antigo templo tinha sido um erro crasso, um prejuízo para a memória da freguesia. Embora nunca tenha existido a pretensão de elevar a mesma a monumento nacional ou torna-lo num edifício ícone religioso, a verdade é que a velha igreja apresentava características pouco comuns, senão mesmo raras, no panorama arquitectónico português. Porém, quanto mais aprofundado era esse estudo, maiores eram as questões levantadas, alterando-se assim essa ideia. A opinião convicta foi ganhando contornos cada vez mais esbatidos. O seu estudo foi, assim, também um debate pessoal. Por esse motivo, é algo irrisório, neste momento, definir, de modo objectivo e pragmático, qual teria sido a acção correcta – entre demolição, restauro ou abandono - a exercer sobre a velha igreja de Joane, até porque são muitas as incoerências sobre as quais não se conseguiu obter uma resposta. A exemplo, fica por explicar a demora na apresentação de um projecto de enquadramento do velho templo na nova matriz¹⁴⁹ e da efectivação do despacho de classificação como Imóvel de Interesse Público¹⁵⁰ ou, por outro lado, perceber qual entidade era, afinal, responsável sobre o edifício¹⁵¹. Não sendo informação de carácter discriminatório, até porque a sua concretização não alteraria muito do que aqui foi escrito, a verdade é que a sua existência permitiria, pelo menos, um estudo mais aprofundado e de melhor qualidade sobre a igreja do Divino Salvador de Joane¹⁵².

A particularidade da sua narrativa depende, por isso, muito para lá do seu *valor patrimonial*, da sua conjuntura (local e temporal). A mistura entre aumento demográfico, desenvolvimento territorial e económico da freguesia e o arrastar dos processos institucionais fortemente burocratizados originou uma história que é também, em si, o retrato dos labirintos da classificação e defesa de Património nacional. Para além disso, e se o presente estudo se baseia na história da Igreja do Divino Salvador, as percepções e conclusões que dele se retiram podem, obviamente, relacionar-se com muitos outros exemplos actuais.

¹⁴⁹ O primeiro pedido ocorre em Outubro de 1973, sendo que, quatro meses depois, as pinturas a fresco são classificadas de interesse Público, pelo que a demolição da igreja estava completamente proibida. Na edição de 15 de Março de 1978, o Diário de Lisboa publica uma reportagem sobre a demolição da Igreja de Joane na qual se pode ler “o arq. Alberto Bessa, da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais do Porto, que ontem de manhã se deslocou a Joane para filmar e falar com o pároco, disse-nos pelo seu lado que o monumento ia ser enquadrado na nova igreja, recuperando-o e salvando o fresco”. Esse projecto de enquadramento nunca foi, nesses cinco anos, proposto e/ou aprovado, fosse em assembleia municipal ou na DGEMN.

¹⁵⁰ O despacho de classificação, assinado pelo Secretário de estado da Instrução e Cultura e com data de 2 de Fevereiro de 1974, nunca foi publicado em Diário da República.

¹⁵¹ Em várias missivas trocadas entre as secções da DGEMN e Junta Nacional de Educação considera-se a igreja (edifício) como sendo da responsabilidade e pertença da Igreja (instituição). Contudo, aquando o despacho para classificação da mesma como Imóvel de Interesse Público, esta deveria, aparentemente, passar para o domínio estatal, o que não aconteceu, tendo sido, inclusive, recusados donativos para obras de reparação no templo.

¹⁵² E permitiria, certamente, que esta dissertação não se baseasse tanto em suposições e especulações sobre a sua forma e estrutura.

A *política do património*, ainda que essencial para a sua protecção, manutenção e divulgação, não se pode perder em torno de modelos confortáveis e matrizes enraizadas. Não deve concerta-se apenas em gabinetes fechados ou tabelar-se em decretos-lei. A sua classificação exige, hoje, uma maior clarificação e adequação às realidades actuais, partindo, tanto de uma descentralização da sua gestão (completamente dependente do Estado central) como de uma diferente tipologia de classificação¹⁵³, de modo a obter uma base lógica e encadeada entre elementos classificados.

No entanto, e mais importante do que os enredos políticos ou do que a história da Igreja, é a discussão que se gerou em torno dos fundamentos e finalidade do Património e da possível relativização do mesmo em relação à nova arquitectura.

Ora, há muito que os teóricos da arquitectura se debatem com um conjunto de antagonismos e incertezas dentro da sua área. A oposição entre Património e funcionalidade/utilidade é, certamente, das que provoca maior discussão. Este foi também um tema, mesmo que aparentemente oculto, predominante em toda esta dissertação. Muito mais revelador do que todas as variáveis citadas, é a noção de utilidade, ou finalidade, do edifício para a população joanense. Se a arquitectura exige uma população para ser vivida e sentida, se invoca uma memória colectiva, se a noção de património depende muito mais *“daquilo que queremos perpetuar aos outros”* em vez *“daquilo que esses outros pressupostamente nos terão deixado”*¹⁵⁴, então uma igreja sem utilização¹⁵⁵ é uma igreja sem vida. É construção¹⁵⁶. E a velha igreja do Divino Salvador estava já, à época da demolição, encerrada sobre si, abandonada por *“aqueles a quem fora deixada”*.

Património, Memória e Identidade são assim palavras de ordem. Habitam o imaginário da sociedade contemporânea como copos de cristal, exigindo um manuseamento cuidadoso que, à primeira distracção, provoca uma perda fatal. Irreparável e insubstituível. Esta é a ponderação a realizar da demolição da Igreja do Divino Salvador. A sua perda, ainda que impiedosa, não retirou o sentido de pertença e reconhecimento dos joanenses ao seu lugar, à sua terra. Parafraseando GUILLAUME (2003), *“a obsessão pela conservação do material, do visível e do espectacular não apaga as ‘artes da memória’, inúmeras e desconhecidas. Elas transformam-se*

¹⁵³ Para além da classificação como ‘monumento nacional’, ‘imóvel de interesse público’ (de âmbito nacional) e ‘imóvel de valor concelhio’ (de âmbito local), alguns estudiosos defendem a existência de uma classificação de *“valor regional”* (ALMEIDA, 1993, p. 415).

¹⁵⁴ JANEIRO, P., *Ressalvando as Aparências*, 2009, p. 269.

¹⁵⁵ Entenda-se por utilização qualquer uso que lhe seja ado, fosse com espaço de celebração eucarística, fosse como área museológica.

¹⁵⁶ Independentemente da qualidade estilística intrínseca a uma construção.

em busca de uma nova forma de simbólico que nos permita ainda, ‘com todo o mérito, mas como poetas’, conservar – e destruir, guardar na memória – e esquecer”¹⁵⁷

Este é o debate que importa reflectir dentro do panorama da arquitectura actual. Confrontados com a questão *“o que faz sobreviver um projecto ao tempo, à mudança de uso, à mudança dos clientes, ao envelhecimento?”¹⁵⁸* a sociedade contemporânea, e os arquitectos em particular, escondem-se sobre o silêncio de uma resposta sem solução. Sem confrontação nem selecção, a ‘defesa’ do Património perde-se numa teia de colecções, musealizações e, especialmente, de medo para com o futuro. Para com a velocidade de transformação e continuação que veicula a geração actual. No extremo de tudo conservar e nada destruir, enterra-se o Monumento¹⁵⁹. Porém, e se foram vários os autores, das mais diversas áreas, que, ao longo da história, proclamaram a ‘morte’ do Património¹⁶⁰, fosse pela invenção da imprensa, da fotografia ou da internet, a verdade é que a sua relevância e simbologia tem-se solidificado e expandido na cultura arquitectónica.

Aprender assim a valorizar o património, seja um edifício, um bairro ou uma paisagem, passa por reconhecer a sua relevância para as sociedades de hoje, ontem e amanhã.

Urge conservar, mas urge, principalmente, aprender a continuar.

¹⁵⁷ GUILLAUME, 2003, p. 42.

¹⁵⁸ COELHO, 2008, p. 32.

¹⁵⁹ Referência ao Castelo da Lousa, Monumento Nacional desde 1970 e que, devido à construção da barragem do Alqueva, se encontra submerso. Porém, para sua melhor protecção, o edifício foi coberto com sacos de areia e cimento, para assim evitar o desgaste provocado pelas águas. Este caso é exemplo notório de uma tentativa de preservação que não auferiu bem algum para a sociedade. Mais do que enterrado, o castelo da Lousa está sepultado.

¹⁶⁰ Exemplo de Victor Hugo que, na sua publicação *Notre Dame de Paris* (1832) *“pronunciava a oração fúnebre do monumento, condenado à morte pela invenção da imprensa”* (CHOAY, 1999, p. 19).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Pedro Marques – *Os Palácios da Memória: Percurso crítico sobre o restauro da Arquitectura*. Tese de Mestrado apresentada à faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em 1996. Texto policopiado.

ABREU, Pedro Marques – *Palácios da Memória II – A Revelação da Arquitectura*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em 2007. Texto policopiado.

ABREU, Pedro Marques – *Arquitectura: Monumento e Morada. Artitextos*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. ISSN 1647-9521: n°4 (2007b) p.11-20.

ABREU, Pedro – *O Destino do Monumento*. In MEDEIROS, António, RAMOS, Manuel João – *Memórias e Artificio: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2009. ISBN 978-989-96308-1-9. p. 255-262.

ALMEIDA, C. A. Ferreira – *Património – Riegl e Hoje. Revista da faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISSN 0871-164X. II série, vol.10 (1993) p. 407-416.

ALMEIDA, Eneida – *O “Construir no Construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. Tese de Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2010. Texto policopiado.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (864 – 1422): Corpus Epigráfico Medieval Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000. 3 vol. ISBN 972-31-0869-0.

CAPELA, José Viriato, PINTO DA SILVA, António Joaquim – *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. V. N. Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 2001.

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. 3ª edição. Lisboa: Edições 70, 1999. Tradução de Teresa Castro. ISBN 972-44-1037-4.

COELHO, Carolina – *A Questão do Arquitecto: A sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje*. Prova final de licenciatura em Arquitectura apresentada ao departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2008. Texto policopiado.

COSTA, António Carvalho – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal: noticias das fundações das cidades, villas & lugares, que contem varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, 1706. Tomo Primeyro. ISBN 9781247510927.

DURAND, Jean-Yves – Patrimónios/Patrimônios. Documento apresentado na XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu em Montalegre. 2005.

Esquecimento e Reconstrução: Memória e experiência na Arquitetura da cidade. Prof. Ethel Pinheiro e Prof. Cristiane Duarte. Publicação semestral. vol. 4, nº1: 70-86. [s.l.]: Arquiteturarevista, [2008]. ISSN 1808-5741.

JANEIRO, Pedro – *Ressalvando as Aparências: Aparentamento sobre a Memória, a Imaginação e o Valor*. In MEDEIROS, António, RAMOS, Manuel João – *Memórias e Artificio: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2009. ISBN 978-989-96308-1-9. p. 269-274.

JORGE, José Duarte Gorjão – *Os Objectos, Artificios da Memória*. In MEDEIROS, António, RAMOS, Manuel João – *Memórias e Artificio: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2009. ISBN 978-989-96308-1-9. p. 263-268.

LOURO, Margarida – *Memória da Cidade Destruída: Lisboa/Chiado – Berlim – Sarajevo*. Lisboa: Caleidoscópio, edição e artes gráficas, 2015. ISBN 978-989-658-345-3.

PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico, etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874. Vol. III. ISBN 972-632-023-2.

RAMOS, Manuel João – *O Património é um Roubo Intangível*. In MEDEIROS, António, RAMOS, Manuel João – *Memórias e Artificio: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2009. ISBN 978-989-96308-1-9. p. 275-297.

REIS, Manuela – Cidadania e Património: Notas de uma Pesquisa Sociológica. *Sociologia: Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia). ISSN 0873-6529. nº29 (1999) p. 77-94.

REIS, Manuela – *Noções do Património na Sociedade Portuguesa*. In MEDEIROS, António, RAMOS, Manuel João – *Memórias e Artificio: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2009. ISBN 978-989-96308-1-9. p. 185-200.

ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira – O Lugar Mítico da Memória. *Morpheus: Revista Electrónica em Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. ISSN 1676-2924. Vol. 01: nº 01 (2002). In url: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm>. (acedido em 2016-06-22. 16:27).

SALGADO, Padre Benjamim – *A Igreja do Divino Salvador: Apontamentos para a sua história*. 1ª ed.. V. N. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1978. ISBN 978-989-8136-24-4

SANTOS, Laurentina de Jesus Alves dos – *A Análise da Complexidade Estrutural do Conceito de Património em Alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado em Educação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho em 2004. Texto policopiado.

SIMÕES DOS REIS, Sofia Borges – *74-86 Arquitectura em Portugal: Uma Leitura a Partir da Imprensa*. Tese de Mestrado em Arquitectura, Território e Memória apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2007. Texto policopiado.

TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. 1ª ed.. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002. ISBN 972-9483-54-X.

VIEGAS, Inês Duarte – *Arquitectura e Memória: Nas camadas do Passado da Encosta do Castelo de Lisboa*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa em 2012. Texto policopiado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES – *Diário de Lisboa*. Disponível em http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/dia?ano=1978&mes=04

SIPA – *Igreja Paroquial de Joane/ Igreja do Divino Salvador*. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=332

PÚBLICO – *Igreja de Joane inaugurada 50 anos após início das obras*. Disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/igreja-de-joane-inaugurada-50-anos-apos-o-inicio-das-obras-1164853>

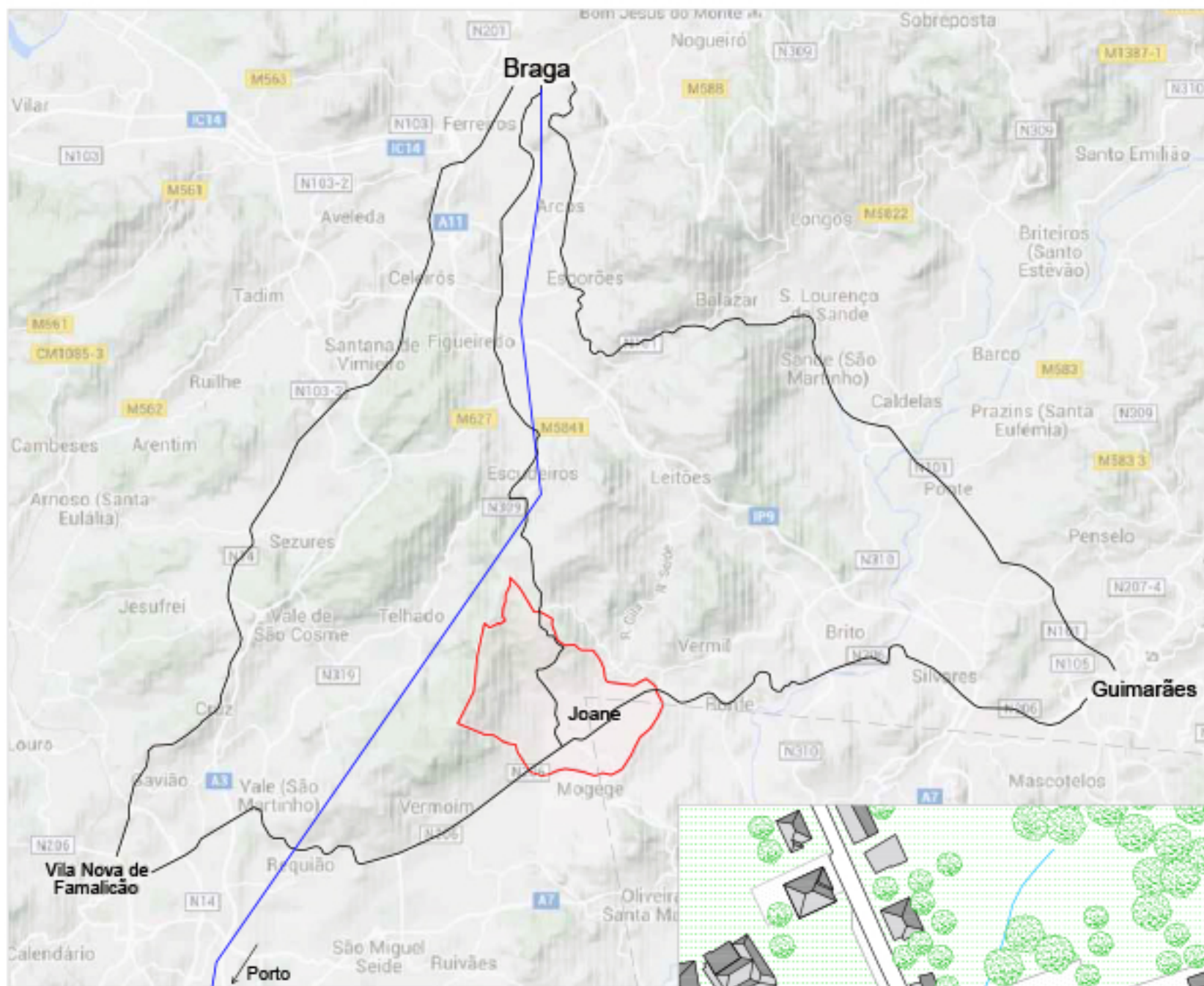
Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Vila Nova de Famalicão.

ANEXOS

Conteúdo

ANEXO 1	85
ANEXO 2	87
ANEXO 3	89
ANEXO 4	91
ANEXO 5	93

Planta de localização da vila de Joane.



Mapa de Localização. Escala 1:100000

Legenda:

- Estradas nacionais existentes.
- Limite territorial da freguesia de Joane.
- Antiga via romana (via XVII) que ligava Braga (Bracara Augusta) ao Porto (Portus Cale).



Mapa de Localização. Escala 1:2000

Localizada a exactos 11 km de distância da cidade de V. N. Famalicão e Guimarães, a menos de 16 km da sede de distrito e ainda a 18 km de Vizela, devido à via intermunicipal que atravessa quatro concelhos e que liga, precisamente, a vila à cidade termal, Joane apresenta-se como uma freguesia fortemente desenvolvida e de elevado índice ocupacional. Aliás, é a terceira freguesia mais populosa do concelho, sendo apenas a nona em dimensão territorial (no total de 34 freguesias).

Possui, dentro dos seus limites, três escolas que permitem todo o ensino obrigatório, centro de saúde, farmácia, delegações de correios e serviços municipais, sala de espectáculos e teatro. Existem igualmente cerca de 16 colectividades, das quais 8 são associações, cujo raio de acção varia desde o desporto, cultura ou solidariedade social. Todos os sábados realiza-se uma feira.



Freguesia de Joane

Concelho de Vila Nova de Famalicão

Distrito de Braga

Elevada a vila a 3 de Julho de 1986.

Área: 7.25 km²

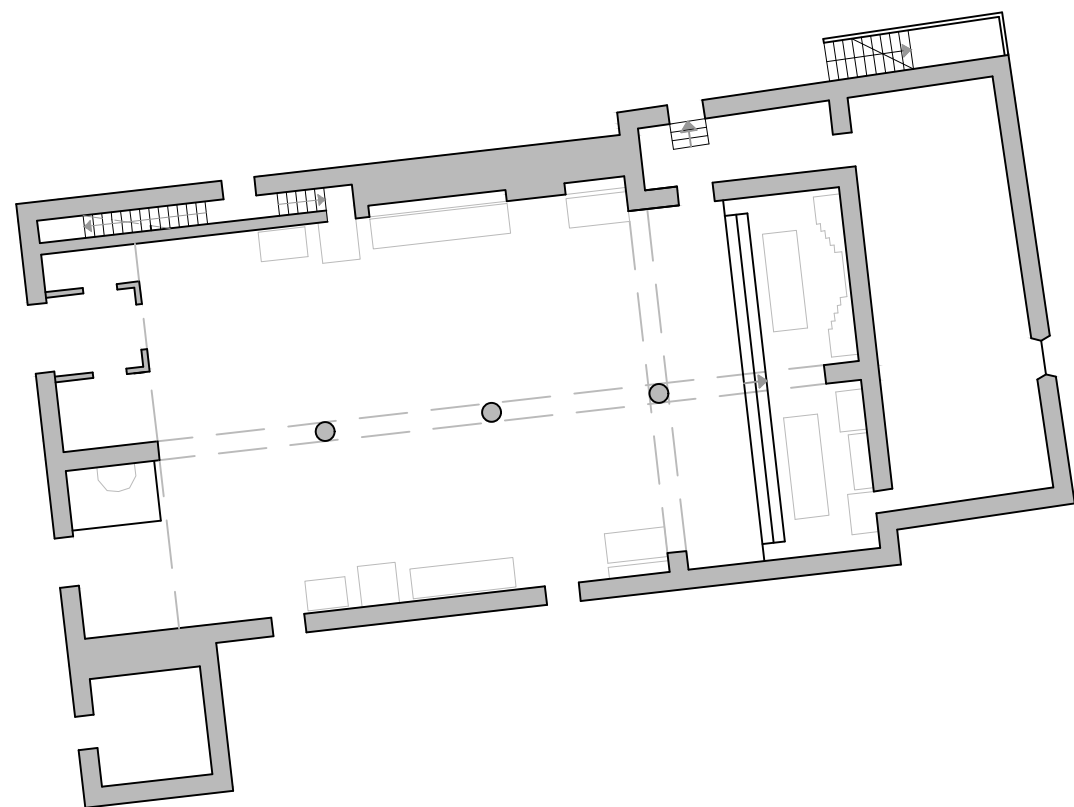
População residente: 8 089 habitantes

Densidade: 1 115.7/ km²

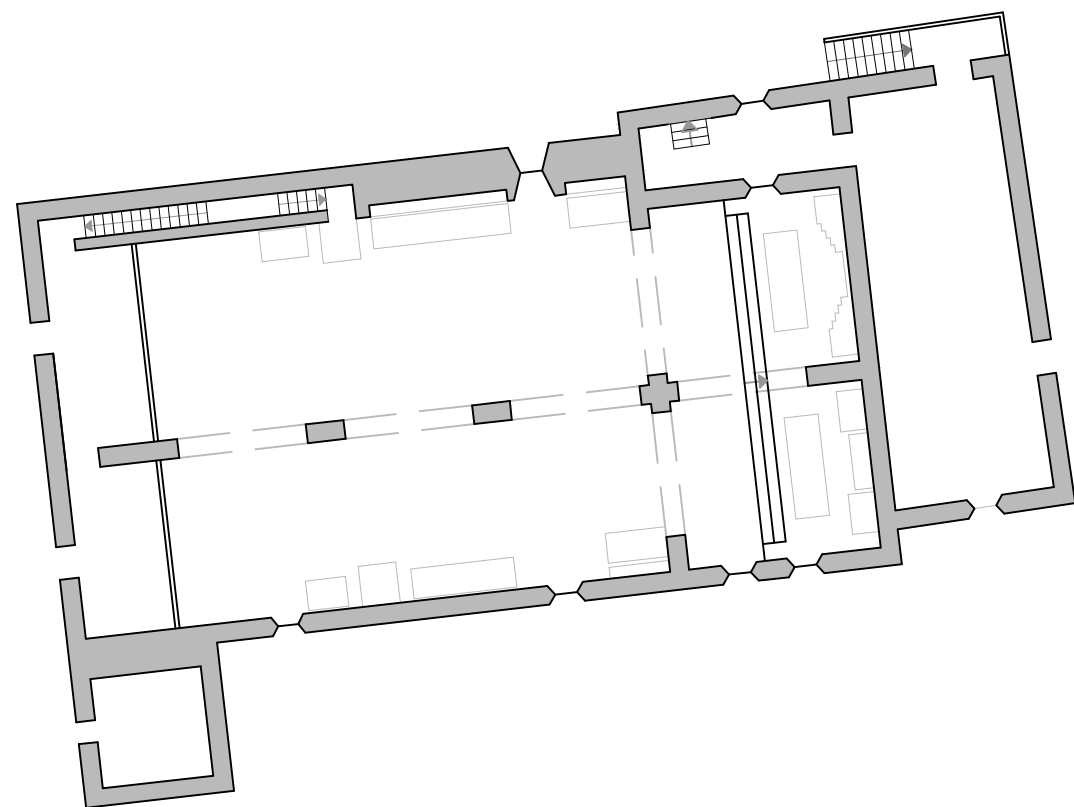
(fonte: <http://jf-joane.pt/> e <http://www.cm-vnfamalicao.pt/>)

Desenhos arquitectónicos da Igreja do Divino Salvador de Joane.

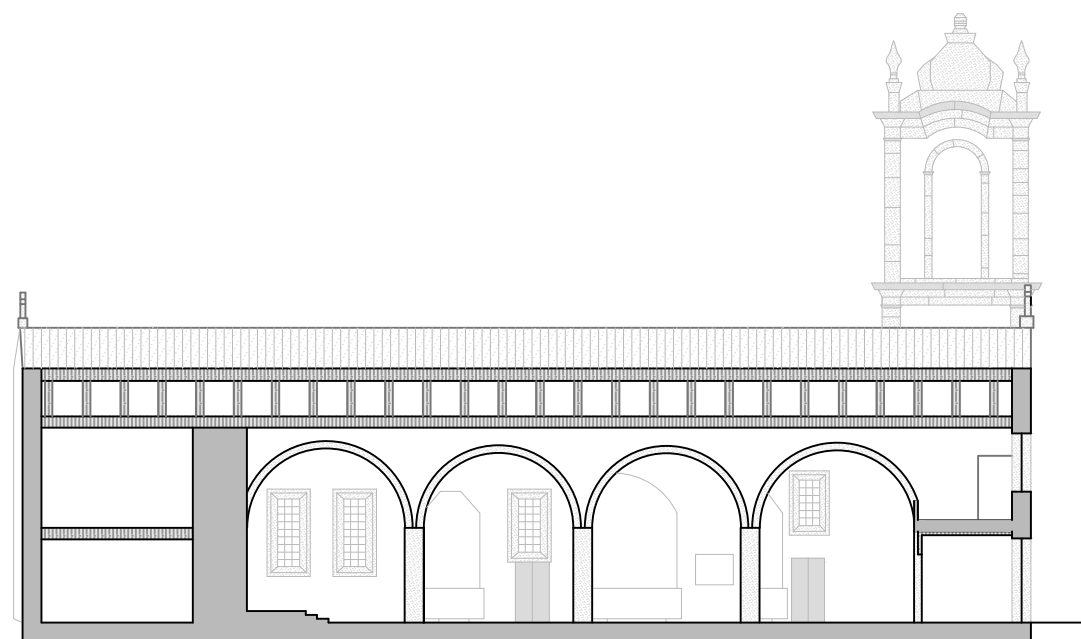
Plantas, Cortes e Alçados.




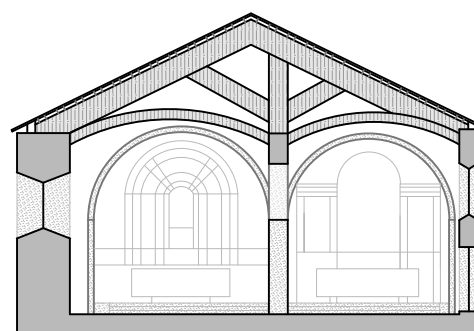
Planta do 1º piso da Igreja. Escala 1:200.




Planta do 2º piso da Igreja. Escala 1:200.



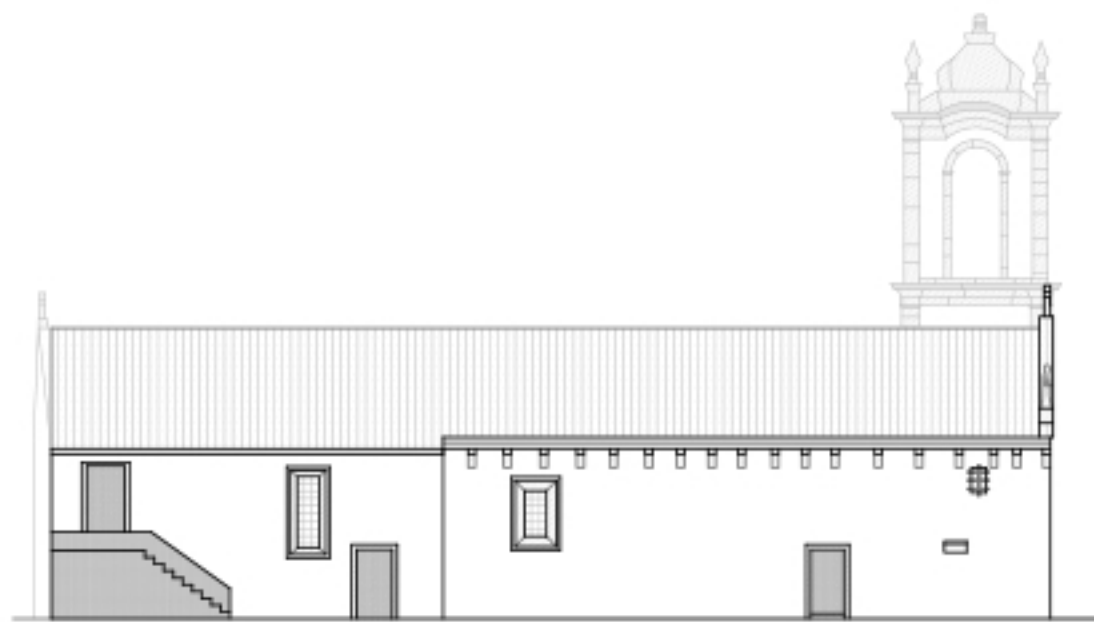
 Corte longitudinal da Igreja, conforme o esquema. Escala 1:200.



 Corte transversal da Igreja. Escala 1:200.

“A igreja desta freguesia denota antiguidade, é espaçosa, tendo 100 palmos de fundo e 45 de largo; é de duas naves, divididas por quatro arcos de pedra sustentados por três colunas da mesma; as paredes no interior são forradas de azulejos antigos; tem cinco altares; todos eles (mas principalmente os dois da frente) não obstante a sua antiguidade, atestam que nada nada se poupou de trabalho de despesa; é tudo obra de talha dourada, porém pela sua vetustez tem perdido muito do seu brilho. A torre da igreja é de arquitectura moderna e nela estão colocados três sinos, e tem relógio.”

PINHO LEAL, A., 1874, p. 411



Alçado Norte, conforme indicado no esquema. Escala 1:200.
Da primitiva igreja, era ainda possível ver nesta parede um largo conjunto de cachorros românicos.



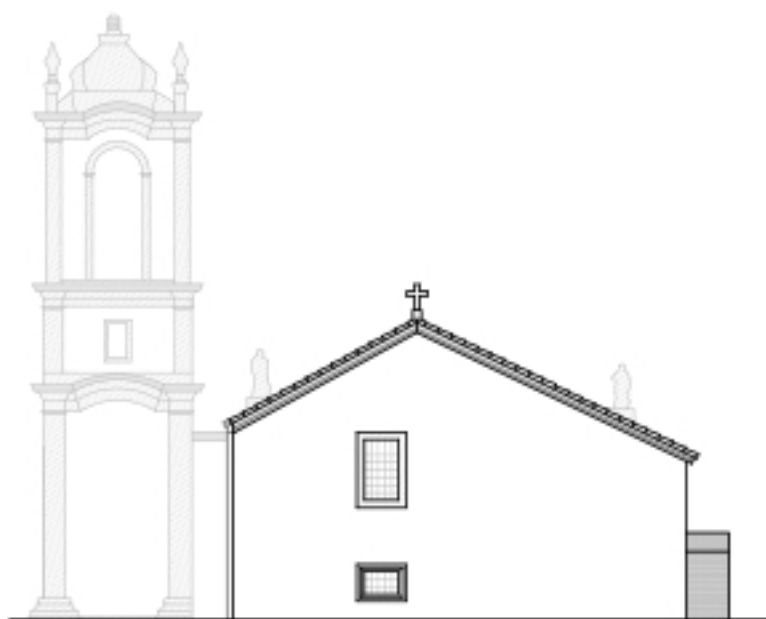
Alçado Oeste. Escala 1:200.
Fachada frontal da igreja, onde se melhor reconhece as várias obras sofridas.



Fotografias dos quatro alçados (fonte: SIPA).

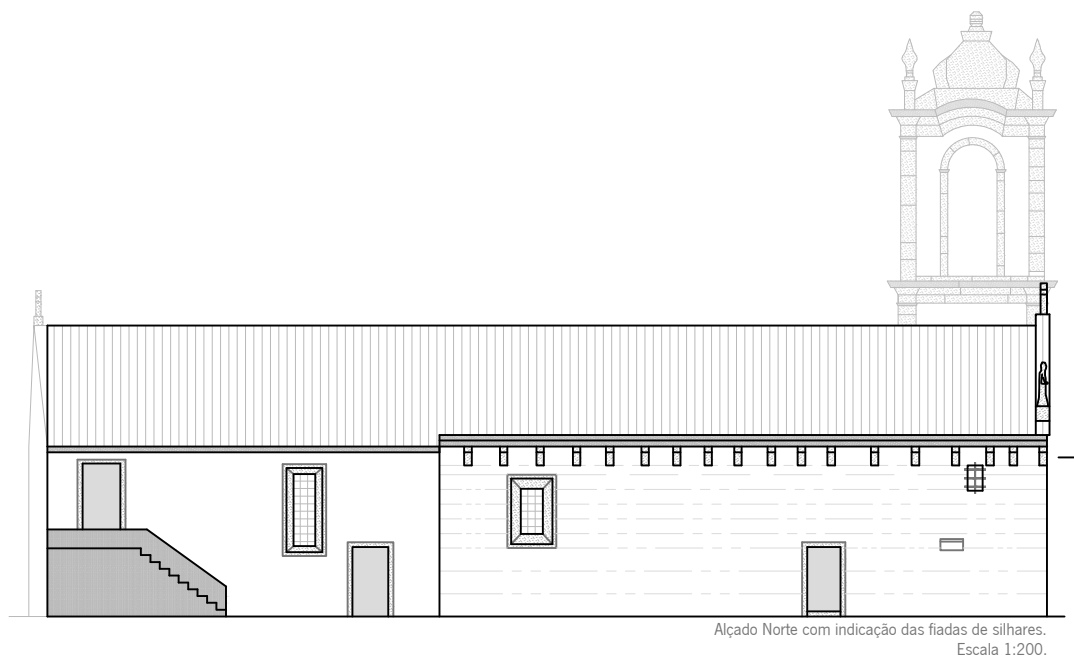


Alçado Sul. Escala 1:200.
Nesta fachada é possível identificar uma pedra, em forma de tímpano, certamente oriunda da primitiva igreja e ali colocada durante as obras de aumento.



Alçado Este. Escala 1:200.
Localização da sacristia e sala multiusos.

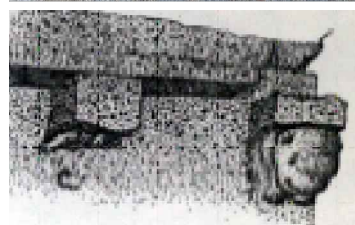
Estudo sobre a cachorrada românica da Igreja velha.



Para uma melhor compreensão da Fachada Norte da Igreja do Divino Salvador de Joane e, em especial, da sua cachorrada românica, transcreve-se a seguir um excerto do estudo de SANTOS (1976) dedicado ao mesmo.

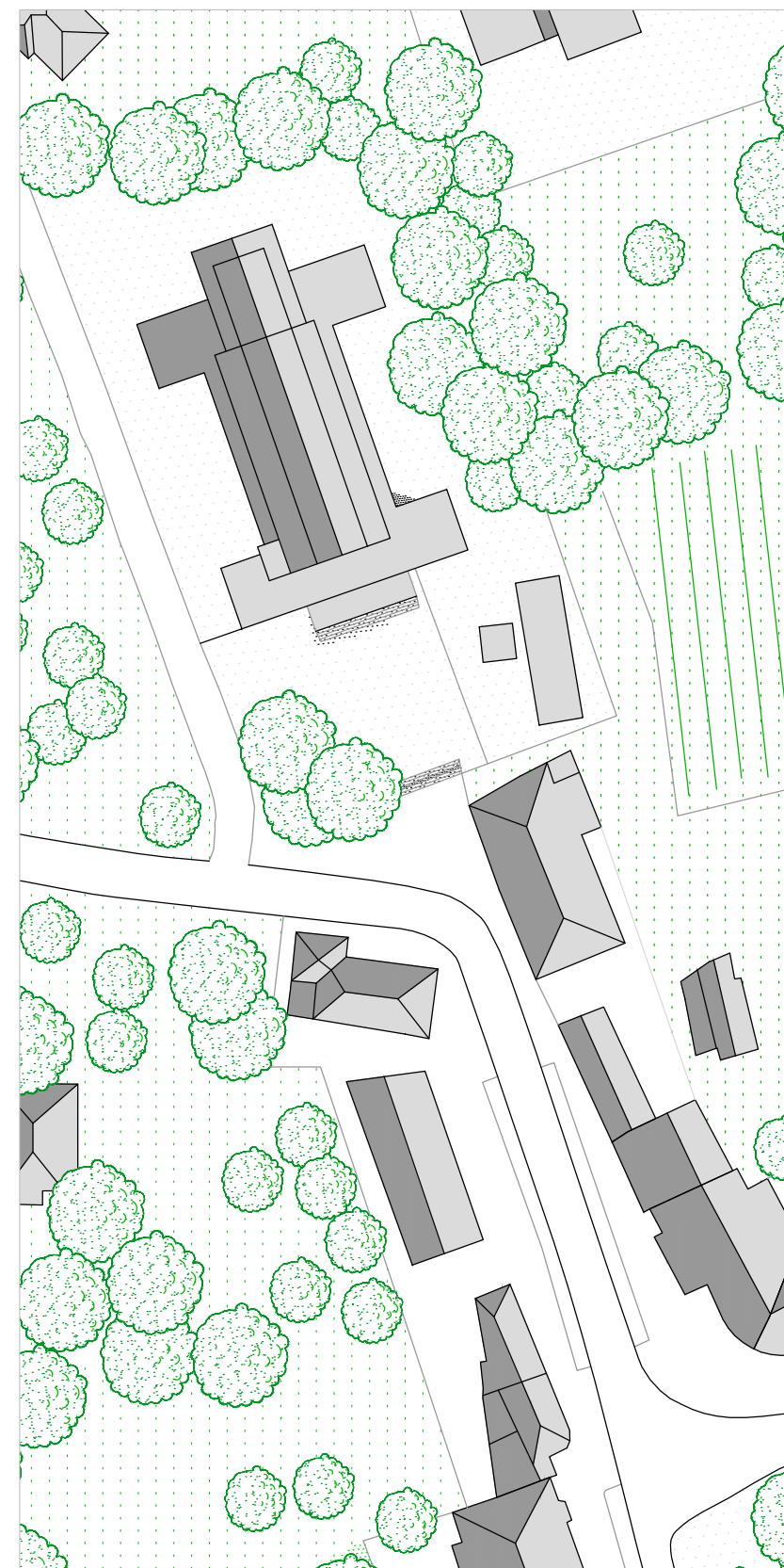
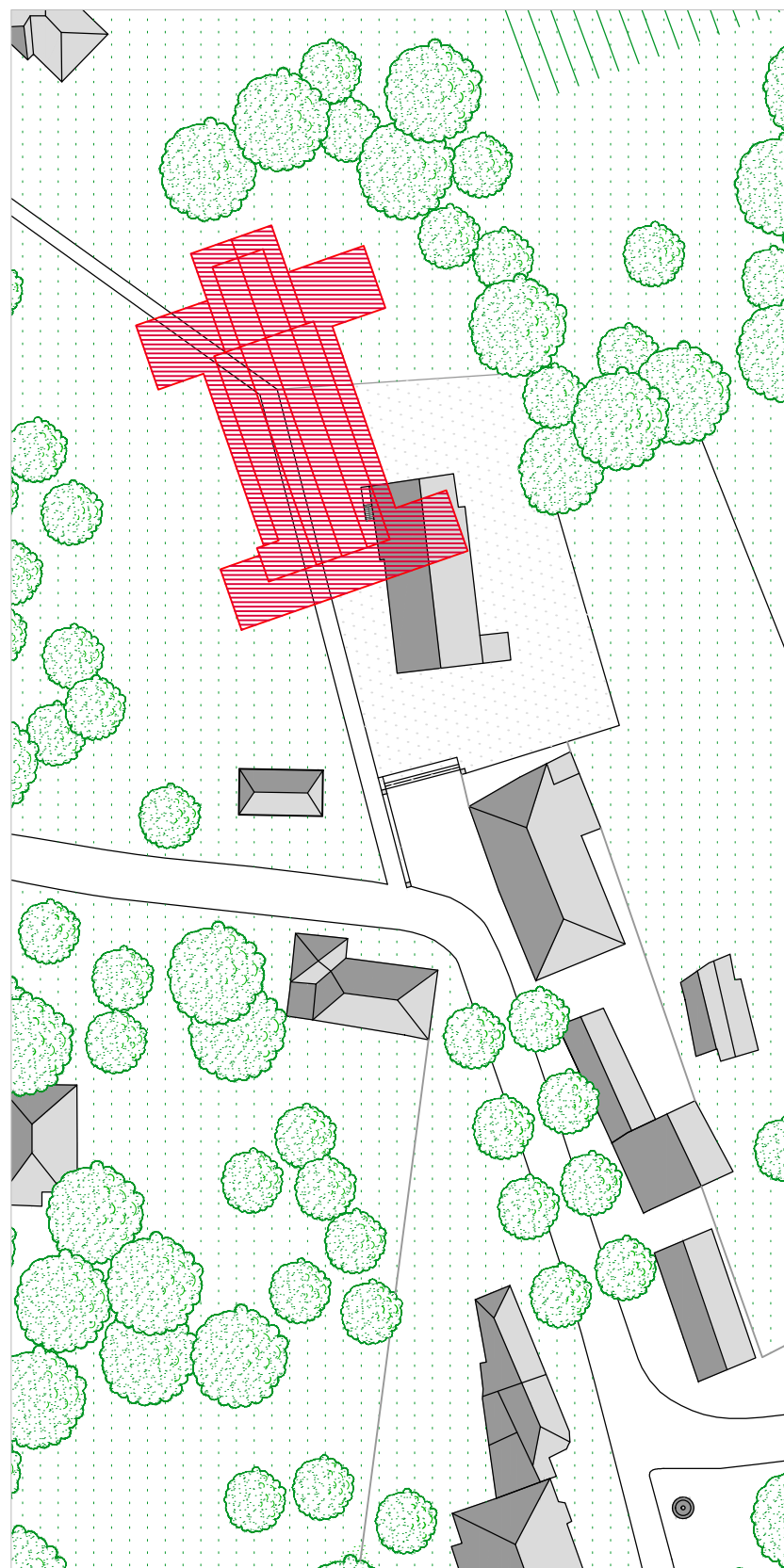
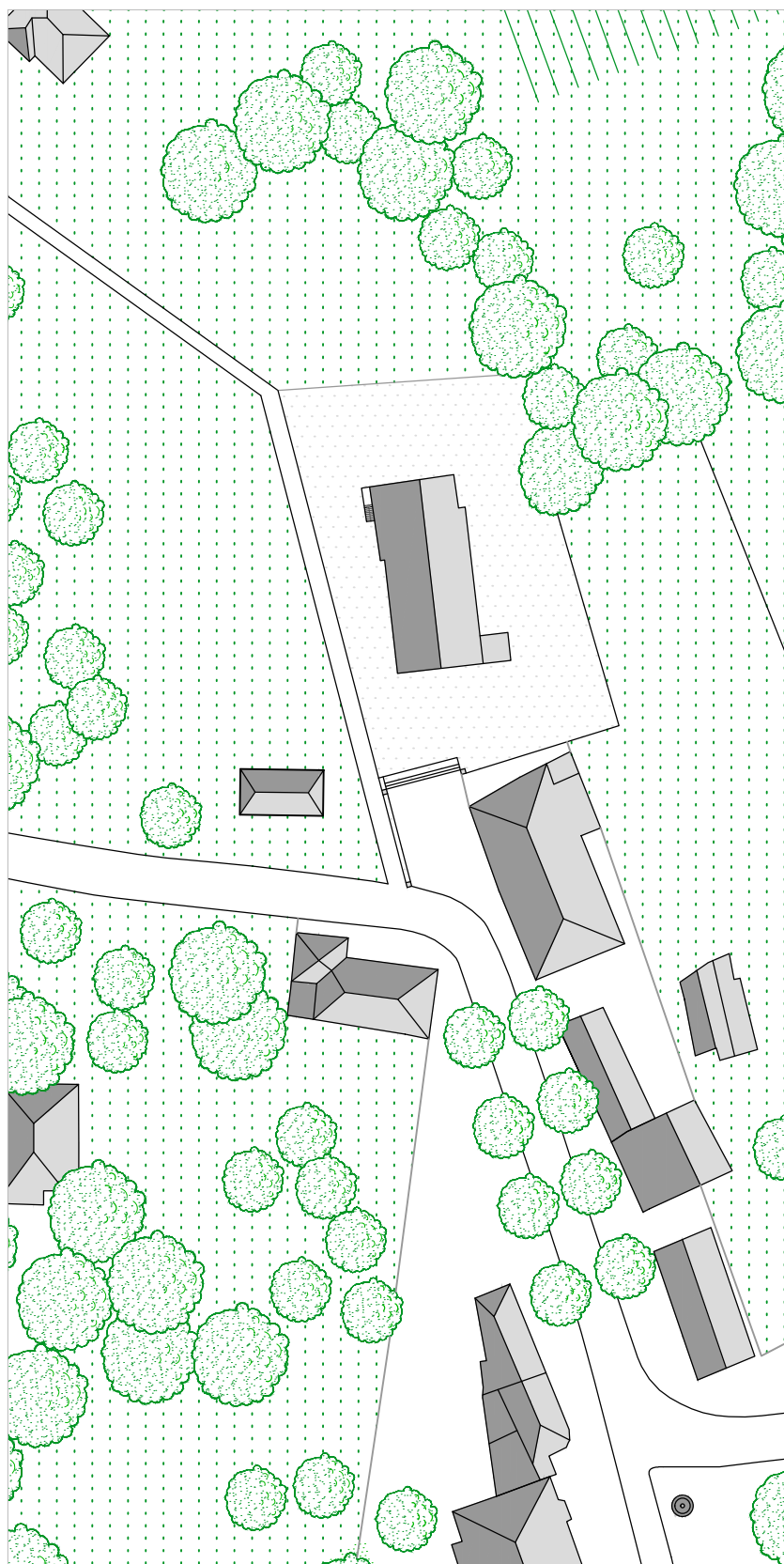
“Este muro é constituído por silhares quase todos com a mesma altura em combinação de aparelho médio e pequeno, tipo romano, com predominância do primeiro. (...) Os cachorros em número de dezoito, implantados com regularidade na zona mais a nascente e dispostos aleatoriamente na zona mais a poente são na sua maioria de expressão a mais simples possível (...). Assim, cinco não têm qualquer decoração (os números 4, 6, 8, 12 e 15, contando de nascente para poente); um está fortemente mutilado (17); nove têm por decoração uma simples moldura periférica em ressalto (1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11 e 16); e finalmente só três (13, 14 e 18) são decorados. Destes três últimos o número 13 apresenta três pérolas, uma superior e maior, e as outras duas, a pa par, inferiormente e menores; o número 14, uma saliência em forma de barrilete, fortemente corroída e em que é difícil a identificação do que representa; e o 18º que apresenta uma figura inidentificável.”

SANTOS, 1976, p. 28 e 29



Nas duas primeiras imagens, fotografias de peças sobrantes da Igreja velha e que se encontram junto ao novo templo (fonte: por Daniela Sousa). Na imagem inferior, desenho de mísula (fonte: SANTOS, 1976, p. 38).

Sequência de mapas com evolução de Joane, desde a igreja antiga até o novo templo.



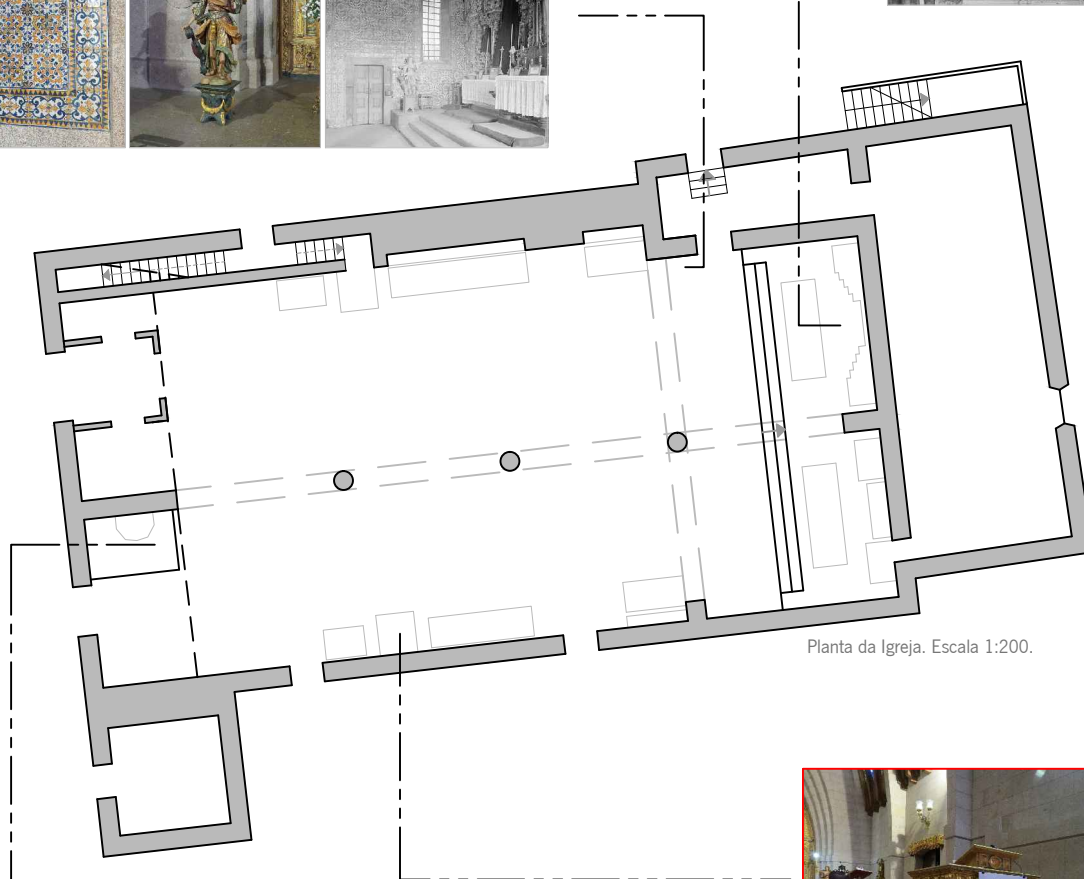
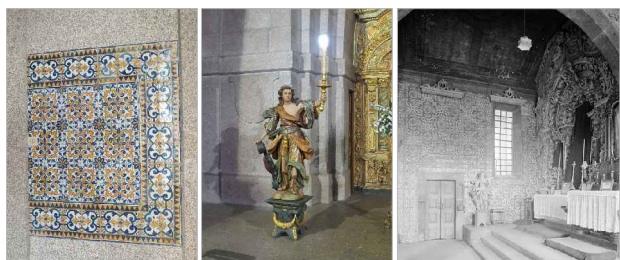
Sequência de mapas com evolução do projecto da nova igreja. Ano de 1950, 1955, 2016. Escala 1:1000.

Planta com identificação e localização dos bens salvaguardados.

Cerca de 15% do altar-mor da velha igreja foi aproveitado e incluído no novo templo.



Tanto os azulejos da capela-mor como a sua estatuária foram reaproveitados.



Planta da Igreja. Escala 1:200.



A pia baptismal também foi reaproveitada. Quanto aos azulejos que decoram o seu espaço na velha igreja, embora não estejam expostos, foram salvaguardados e encontram-se guardados na cripta do novo edifício.



Um dos púlpitos existentes no velho templo, foi reutilizado para a nova igreja.